

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

DOUGLAS DA VEIGA NASCIMENTO

**ASPIRAÇÕES E VERTIGENS NA MARCHA DO INTELECTO:
OS BACHARÉIS E A FORMAÇÃO DA CULTURA URBANA NA CIDADE DE
CURITIBA (1870-1883)**

**CURITIBA
2012**

DOUGLAS DA VEIGA NASCIMENTO

**ASPIRAÇÕES E VERTIGENS NA MARCHA DO INTELECTO:
OS BACHARÉIS E A FORMAÇÃO DA CULTURA URBANA NA CIDADE DE
CURITIBA (1870-1883)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Direito.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Luís Fernando Lopes Pereira

**CURITIBA
2012**

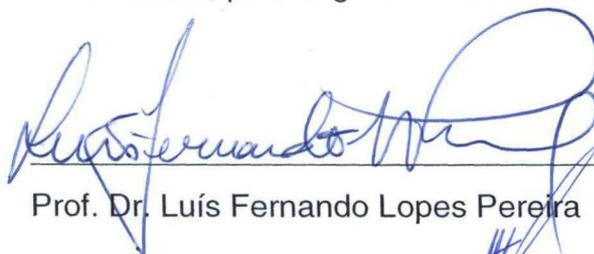
TERMO DE APROVAÇÃO

DOUGLAS DA VEIGA NASCIMENTO

ASPIRAÇÕES E VERTIGENS NA MARCHA DO INTELECTO: OS BACHARÉIS E A FORMAÇÃO DA CULTURA URBANA NA CIDADE DE CURITIBA (1870-1883)

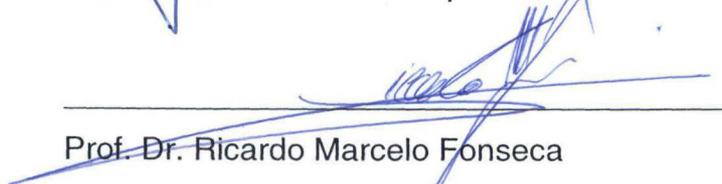
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira

Examinadores:



Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca



Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa

Curitiba, 28 de março de 2012

*Aos meus pais:
Ilza e Francisco
pela atenção e amor*

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa pesquisa, pude contar com a ajuda e o apoio de muitos amigos, colegas, professores e servidores de diversas instituições públicas. Esse trabalho jamais teria sido possível sem o auxílio dessas pessoas.

Devo agradecer, acima de tudo, ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira, pela atenção e pelo cuidado com que me guiou nos caminhos da história do direito. A sua constante dedicação como professor e pesquisador é para mim um exemplo. Devo, sobretudo, a ele o meu interesse pela história local. Agradeço pela motivação e pelos ensinamentos que tenho recebido desde 2004 nas aulas de graduação, pós-graduação, nas iniciações científicas e nos grupos de leitura, nos quais estivemos juntos. Agradeço também pelas indicações bibliográficas e pela ajuda crucial com as fontes.

Ao Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, pelo engrandecimento da história do direito e pelos ensinamentos de metodologia da história. Agradeço também pela confiança que depositou em mim ao longo de anos de trabalho conjunto.

Ao Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa, pela atenção e interesse que demonstrou pela pesquisa e por ter aceitado de imediato o convite para compor a banca examinadora.

Aos Professores Abili Castro de Lima, Vera Karam de Chueiri, César Antônio Serbena e Katya Kozicki, pela dedicação ao ensino e pelos ensinamentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR e à CAPES, pela bolsa de pesquisa, que me permitiu aprofundar nas fontes, desenvolver um trabalho de campo e me dedicar exclusivamente à pesquisa e ao programa de mestrado.

Aos inestimáveis amigos Liliam Ferraresi Brighente, Danielle Wobeto de Araújo, Ivan Furmann, Thiago Hoshino e Juliano Rodriguez Torres, pesquisadores da história do direito, pelo apoio na realização do trabalho e pelos momentos que compartilhamos juntos.

Aos Professores Walter Guandalini Jr., Sérgio Said Staut Jr., André Peixoto e Ozias Paese Neves pela amizade e consideração.

Ao Arquivo Público do Paraná, à Biblioteca Pública do Paraná, ao Círculo de Estudos Bandeirantes e à Câmara Municipal de Curitiba, por disponibilizarem os

seus acervos para consulta, sem os quais essa pesquisa teria sido praticamente impossível.

E finalmente, aos meus familiares e amigos, pela compreensão, afeto e incentivo nas horas mais difíceis.

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo apresentar os diversos aspectos do bacharelismo jurídico e o seu impacto na formação da cultura urbana da cidade de Curitiba entre os anos de 1870 e 1883. Através de fontes primárias, como jornais e processos judiciais do período, foram analisados os hábitos, as crenças e o cotidiano dos bacharéis que viviam na cidade. A finalidade foi a de encontrar os vários mecanismos de circularidade cultural no processo de urbanização, além de destacar os espaços de troca e de mediação entre a cultura erudita dos bacharéis e a cultura popular. Foram apresentadas as descrições do contexto histórico, das condições materiais e culturais da cidade e do processo de desenvolvimento e transformação do meio urbano. Além disso, foram investigadas as crenças ligadas à ideia de civilização, progresso e urbanidade e o papel dos bacharéis na introdução e circulação de novos saberes e discursos como o evolucionismo, o darwinismo social e o higienismo. Com essa pesquisa, buscou-se demonstrar as características da atuação dos bacharéis na cidade por meio da política, da imprensa e da advocacia.

Palavras-chaves: história do direito - bacharelismo jurídico - cultura urbana

ABSTRACT

This study had the objective to discuss the various aspects of legal bachelorism and its impact in shaping the urban culture of the city of Curitiba between the years of 1870 and 1883. Through primary sources, such as newspapers and court cases of the period, were analyzed the habits, beliefs and daily lives of bachelors living in the city. The purpose is to find the various mechanisms of cultural circularity in the process of urbanization of the city, and highlight areas of exchange and mediation between bachelors' high culture and popular culture. Were presented the descriptions of the historical, material and cultural conditions of the city and the process of development and transformation of the urban environment. Furthermore, were investigated the beliefs connected with the idea of civilization, progress and civility and the role of bachelors in the introduction and circulation of new knowledge and discourses, such as evolutionism, social Darwinism and hygienism. With this research, it sought to demonstrate the characteristics of bachelors' performance in the city through politics, media and advocacy.

Keywords: history of law - legal bachelorism - urban culture

"A embriaguez e a loucura se dão as mãos para afogar-nos num mar de sangue, ou arremessar-nos às chamas do incêndio? [...] Pois bem: quando as futuras gerações indagarem pelos vossos feitos, não faltará quem aponte para um largo fosso repleto de cadáveres, e para a imagem de um louco, que atíça o incêndio de miseráveis choupanas, - exclamando: - Eis o que era o Paraná em 1878!". (SILVA, Justiniano de Mello e. O Paranaense. Curitiba, 28 ago. 1878, p. 1)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A PROVA E A EVIDÊNCIA NA HISTÓRIA: A INQUIRIÇÃO DAS FONTES E O OFÍCIO DO HISTORIADOR.....	17
2. <i>EKPHRASIS</i> E <i>ENARGEIA</i> : ELEMENTOS PARA UMA DESCRIÇÃO DENSA NA HISTÓRIA.....	20
3. MICRO-HISTÓRIA, HISTÓRIA ANTROPOLÓGICA E BIOGRAFIA HISTÓRICA.....	22
1. CURITIBA: O MEIO E OS PODERES	26
1.1 CENÁRIO URBANO E RURAL.....	26
1.2 A MODERNIZAÇÃO DOS COSTUMES E OS VALORES DA CIVILIZAÇÃO.....	37
1.3 CONFLITOS E PROTESTOS: MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	47
2. CRENÇAS EM COMUM: OS CAMINHOS PARA O PROGRESSO	56
2.1 CIÊNCIA E HIGIENIZAÇÃO DOS HÁBITOS.....	56
2.2 A FAMÍLIA E AS MORALIDADES DOMÉSTICAS.....	66
2.3 BIOGRAFIAS: OS BACHARÉIS NA MEMÓRIA POLÍTICA.....	77
3. BACHARELISMO E COTIDIANO: POLÍTICA, IMPRENSA E ADVOCACIA	86
3.1 DISPUTAS LOCAIS E CONFLITOS POLÍTICOS.....	86
3.2 A IMPRENSA E O PROTAGONISMO POLÍTICO.....	102
3.3 O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.....	111
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	132
ANEXO I - FOTOS E IMAGENS DE CURITIBA.....	132

ANEXO II - PLANTAS E MAPAS DE CURITIBA.....	137
ANEXO III - BACHARÉIS EM CURITIBA (1870-1883).....	140

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2007 e 2008, durante o curso de graduação em direito na Universidade Federal do Paraná, iniciei uma pesquisa pouco comum, que aos olhos dos meus colegas parecia exótica e pitoresca. Na biblioteca, dediquei muitas horas ao estudo de livros antigos, principalmente os do século XIX, que faziam parte do acervo de obras raras. Enquanto todos estavam preocupados em conseguir tomar emprestadas as últimas edições dos cursos e dos manuais, atualizados conforme a legislação mais recente, a minha preocupação ia num sentido totalmente oposto; tinha interesse em obras já arruinadas pelo tempo e em escritores pouco lembrados ou até mesmo esquecidos. Nesse período, nenhum personagem tomou mais a minha atenção do que o jurista Augusto Teixeira de Freitas, sobretudo, quando por acidente passou pelas minhas mãos uma de suas obras literárias, que pela originalidade, precisava de um pouco mais de atenção.

Depois de estudar a vida do jurista, através de alguns trabalhos biográficos¹, surgiu uma possibilidade de convergir numa única pesquisa a história biográfica do jurista e a da cidade de Curitiba. Segundo contavam os biógrafos, ele teria vivido em Curitiba por alguns anos, em meados da década de 70 do século XIX. Para encontrar os vestígios deixados pela sua passagem na cidade, foi preciso buscar e analisar as fontes do período entre 1870 e 1883 - ano de sua morte - em vários arquivos de Curitiba, que felizmente preservaram muitos documentos. No Arquivo Público do Paraná foi consultada uma quantidade expressiva de processos judiciais e na Biblioteca Pública do Paraná estava à disposição uma vasta quantidade de jornais do período, todos conservados em rolos de microfilme. Em alguns dias, o resultado já surpreendia. Foram encontradas referências diretas ao jurista, tanto nos jornais, quanto nos processos judiciais. Foram descobertos dados relevantes da sua passagem e permanência pela capital paranaense, como o dia da sua chegada², data que os biógrafos desconheciam, dois pareceres jurídicos publicados nos jornais

¹ C.f. VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Augusto Teixeira de Freitas: Traços biographicos*. Rio de Janeiro: Typ Hildebrandt, 1905; C.f. MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *Teixeira de Freitas: O jurisconsulto do Império, vida e obra*. 2ª ed. Brasília: Cegraf, 1983.

² C. f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 15 jan. 1873, p. 3.

locais³ e um processo judicial em que o próprio Teixeira de Freitas demandava em causa própria contra o Banco Nacional do Rio de Janeiro⁴.

Foi a partir desse momento que esse trabalho teve início e "como ocorre com frequência, esta pesquisa também surgiu por acaso"⁵. A partir do interesse pela biografia do jurista, como o fio inicial, o contato com as fontes permitiu que fossem observados alguns aspectos do cotidiano da cidade, da vida dos moradores e de seus hábitos e crenças, que ponto a ponto começaram a revelar processos históricos e transformações culturais, que estavam simultaneamente em andamento. A vida na cidade era como um livro de humanidades infinitamente palpitante, variado e sucinto⁶. Além dos vestígios deixados pelo jurista, foram também recolhidas as passagens que sinalizavam as transformações que Curitiba estava sofrendo naquele momento. Um contexto, que antes parecia oculto e enigmático e praticamente impossível de ser desvelado, foi aos poucos se abrindo para uma possibilidade muito grande de abordagens. Os jornais e os processos judiciais mostravam-se como fontes inestimáveis para um conhecimento mais aproximado, detalhado e localizado, sem os quais a neblina do passado não poderia ceder diante da curiosidade de um historiador.

Através das fontes, foi possível localizar grupos de diferentes níveis culturais e mecanismos de circularidade cultural entre eles. Um deles, que acabou se tornando o objeto de investigação desse trabalho, foi o dos bacharéis, que possuíam traços culturais marcantes, formas peculiares de linguagem e crenças em comum, compartilhadas entre eles mesmos e também, em muitos casos, entre eles e as elites locais. O termo "cultura" deve ser entendido aqui como o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios de um grupo ou de uma classe. Foi preciso tomar cuidado para que esse termo não acabasse por assumir uma acepção de consenso, obscurecendo as contradições sociais, as fraturas e oposições dentro do conjunto⁷. No mesmo sentido atribuído por Thompson, refiro-me à cultura ou aos costumes "não como posterior a algo, mas como [...] ambivalência, *mentalité*, um

³ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 8 fev. 1873, p. 3; C. f. *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 24 out. 1874, p. 3.

⁴ C.f. Autos sob o número PB045.PI7161.274, Cx. 274. 1873. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 9.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*, p. 40.

⁷ C.f THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 16-17.

vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa”⁸. Os bacharéis, no período imperial, carregavam consigo uma cultura introjetada ao longo dos anos acadêmicos pelo ensino jurídico, que “sempre foi marcado por um estilo que privilegiava o ornamento, a retórica e o efeito ao invés do conteúdo e da profundidade da reflexão”⁹. Esses personagens, ao mesmo tempo em que cultivavam hábitos próprios, exerciam uma influência constante sobre a cultura popular e sobre os traçados urbanos da cidade. Mas não se pretende com isso persistir numa visão “aristocrática de cultura”, como se ideias e crenças originais fossem um produto das elites locais e que acabava sendo recepcionado de forma mecânica pelos grupos subalternos¹⁰. Muito pelo contrário, o que se percebe nas fontes é um completo envolvimento dos bacharéis, nem sempre racionalizado, mas também, em muitos casos, emotivo e cotidiano, com os moradores no espaço da cidade.

Diante do confronto com as fontes, no início da pesquisa nos arquivos, nasceram os primeiros questionamentos que nortearam o trabalho: Afinal, qual teria sido a relação entre o grupo dos bacharéis e os demais grupos sociais na cidade? Um grupo estaria subordinado ao outro? Qual teria sido o papel dos bacharéis na formação da cultura urbana? Esses questionamentos preliminares foram fundamentais para os primeiros passos na delimitação do tema e na demarcação do objeto. Se inicialmente o interesse era numa história biográfica do jurista Augusto Teixeira de Freitas, depois de uma proximidade com as fontes, era preciso ampliar a pesquisa e caminhar para além da esfera da individualidade desse personagem. O foco passou a ser um grupo de bacharéis que compartilhava aspectos culturais próprios e se destacava dos demais pelas características singulares das suas atuações em diversos contextos sociais. Apesar da individualidade de cada um deles, era possível perceber um núcleo de crenças comum nas vozes dos diversos personagens. O primeiro desafio foi o de identificar essas crenças e os seus níveis de circularidade cultural no espaço da cidade. Portanto, o desafio dessa pesquisa passou a ser a análise dos elementos culturais do bacharelismo e a identificação da posição social dos bacharéis no âmbito da cidade e não fora dela.

⁸ THOMPSON, E. P. *Idem*, p. 14.

⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. *Introdução teórica à história do direito*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 18.

¹⁰ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 12-13.

Ao longo do trabalho, serão apresentados alguns dos elementos dessa relação entre a cultura erudita dos bacharéis e a cultural popular. O esforço é no sentido de identificar as influências recíprocas, embora isso nem sempre possa ser demonstrado de forma tão clara com o aporte das fontes. A pesquisa está toda ela apoiada nas fontes primárias, como a imprensa e os processos judiciais. Não foi realmente fácil encontrar nesses fragmentos grandes tendências para depois amarrá-las em torno de alguns poucos temas fechados e circunscritos. Independente disso, as fontes são muito promissoras, apesar de terem sido produzidas por mecanismos de filtragem e intermediações que acabavam deformando os aspectos particulares da cultura local. Mas, como dizia o historiador Carlo Ginzburg: "Mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode [...] ser aproveitada"¹¹. E para se estudar um tema como o bacharelismo jurídico, num contexto urbano e temporal bem localizado, não há outra saída se não através dos documentos produzidos localmente, ainda que não sejam "objetivos" e que tenham se originado de intenções obscuras, nem sempre declaradas, que estavam por trás das atividades desenvolvidas pelas elites. Certamente que, nessas condições, o conhecimento da cultural popular fica muito mais prejudicado do que o da cultura compartilhada entre os bacharéis e as elites. Portanto, indicar os vestígios de uma circularidade entre esses diferentes níveis culturais é um verdadeiro desafio. É muito difícil conseguir restituir o equilíbrio comprometido pela parcialidade das fontes.

A documentação que foi incluída no trabalho é apenas uma pequena parcela das fontes recolhidas nos arquivos. O objetivo era apresentar diversas atitudes individuais dos bacharéis, nas suas atividades diárias, como na política e na imprensa, para depois reconhecer os seus traços comuns e traduzi-los em temas mais gerais e abertos. Era praticamente impossível incluir tudo o que dizia respeito a eles. Afinal, como membros da elite local, eles tinham uma presença privilegiada nas fontes. Diferente das majorias sem linguagem articulada, que deixaram poucos registros de suas aspirações e desejos¹², os bacharéis eram um daqueles poucos grupos que podiam expressar por escrito seus pensamentos, ideias e interesses, que são capazes de revelar aspectos importantes do modo como eles percebiam e respondiam ao seu entorno. Por essa razão, uma das preocupações era com aquilo

¹¹ GINZBURG, C. *Idem*, p. 16.

¹² THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária*. Vol. I. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 57.

que Ginzburg chama de "excesso de pitoresco", que o historiador pode incorrer quando analisa "uma grande variedade de atitudes individuais"¹³. Portanto, foram selecionadas algumas atitudes mais significativas para se identificar a pressão que esses personagens exerciam sobre o processo de urbanização e modernização da cidade, tanto no aspecto cultural, como no material. Os bacharéis foram um dos principais grupos que contribuíram para modificar as atitudes dos moradores, através de estímulos que se originavam de diversas atividades, como a administração da província, a representação política da assembleia e da câmara municipal e, principalmente, pelo protagonismo nos debates públicos travados na imprensa.

O tema do bacharelismo jurídico em Curitiba na segunda metade do séc. XIX por si só já apresenta grandes obstáculos. A única possibilidade de realizar um trabalho nesse sentido só poderia ser através de uma investigação profundamente documentada com fontes primárias. Os trabalhos produzidos até hoje sobre esse mesmo tema são, na verdade, grandes sínteses, voltadas para centros urbanos mais centrais, como Rio de Janeiro e São Paulo. O tema pode aparecer também eventualmente em alguns capítulos dos livros dos historiadores que se ocuparam da formação das elites políticas e do ensino jurídico no Império. Mas esses trabalhos, embora possam apresentar direções iniciais bastante interessantes, não respondem ao meu problema. A neblina que paira sobre todo um contexto particular, como na Curitiba dos anos de 1870, simplesmente não é dissipada.

Ainda falta um olhar mais localizado, principalmente quando se trata das cidades meridionais do império, como Curitiba. Essas regiões de fronteira não são incluídas com muita frequência no roteiro das pesquisas dos historiadores. O que preocupa bastante é a completa invisibilidade que isso gera para vastas regiões, populações inteiras, com suas vilas, aldeias, colônias e processos históricos complexos. A solução para esse problema não é tão complicada como pode parecer. É preciso apenas quebrar a mudez das fontes produzidas localmente, nas paróquias e nas regiões mais periféricas. É necessário, portanto, um interesse pela história local e uma atitude essencialmente científica de partir em busca das fontes que ainda se encontram nos acervos locais.

¹³ GINZBURG, C. *Os andarilhos do bem: Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 7.

A metodologia mais apropriada para este tipo de preocupação e problema é a da micro-história. Era preciso, portanto, uma mudança de perspectiva proposta por ela, que, nesse caso, significava adotar uma outra técnica de observação: a de olhar com muita atenção para um lugar onde aparentemente nada acontecia e que pouco ou nada podia revelar sobre as várias facetas de um processo histórico nada homogêneo que cercava os bacharéis que por lá passaram¹⁴. Era preciso reconhecer a capacidade desses indivíduos, que formavam um grupo social, estabelecido numa região periférica, de agirem ativamente sobre mudanças sociais que até então eram explicadas por convicções historiográficas estruturalistas que partiam de uma perspectiva macro-histórica e terminavam nela mesma. Neste trabalho, a postura foi no sentido de demonstrar como os bacharéis ligavam-se e participavam do ciclo de desenvolvimento e reprodução da sociedade na qual estavam inseridos. Assim como outros grupos que compartilhavam o mesmo espaço da cidade, os bacharéis formavam um grupo que "[...] era antes de tudo o ponto de encontro entre indivíduo e sociedade, no qual as estratégias individuais convergiam e de certo modo acabavam por moldar as formas sociais"¹⁵. O desafio era reconstruir os diversos aspectos de Curitiba numa dimensão reduzida. O objetivo não era, contanto, limitar a atenção para um fragmento microscópico do contexto, mas privilegiar uma perspectiva holística da realidade social. A microanálise, como foi definida por Grendi:

"[...] não quer assim limitar a atenção a um fragmento microscópico, privilegiando-o enquanto tal, mas quer colher a ocasião da reconstrução da sociedade na totalidade dos seus aspectos, possível apenas assumindo a dimensão reduzida do campo de investigação"¹⁶.

Nesse trabalho, as fontes por excelência foram os jornais locais e os processos judiciais do juízo municipal da capital. Foram coletados diversos dados de um período histórico bem demarcado e que remontam a uma realidade complexa, compartilhada por moradores de um núcleo urbano afastado e de difícil acesso que,

¹⁴ C.f. LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 13-14.

¹⁵ LIMA, H. E. *Idem*, p. 121.

¹⁶ GRENDI, Edoardo. "A proposito di 'famiglia e comunita': Questo fascicolo di Quaderni Storici". In: *Quaderni Storici*, nº 35, a. XII(2), 1977, p. 890. *Apud* LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 108.

eventualmente, tornou-se a capital de uma província recém-fundada. Esses dados poderiam parecer, em um primeiro momento, sutilezas negligenciáveis, mas apenas a partir da sua leitura e das pistas deixadas para trás por aquelas pessoas é que se pode chegar a uma série coerente de eventos. Sem esses elementos dificilmente uma narrativa poderia ser considerada como histórica¹⁷. Como foi observado por Malinovski: "Se pensarmos na ciência histórica, nenhum autor esperaria ser levado a sério se envolvesse as suas fontes em mistério e falasse do passado como se o estivesse a imaginar"¹⁸.

1. A PROVA E A EVIDÊNCIA NA HISTÓRIA: A INQUIRIÇÃO DAS FONTES E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

O trabalho do historiador é um ofício eminentemente artesanal. Não se trata de um trabalho especulativo a partir de um esforço hermenêutico individual, paciente e ávido por uma revelação ou clarificação alcançadas a partir de um mero ato de pensar. O historiador, para além da projeção de um espírito criativo sobre uma malha difusa de ideias e gostos, dedica-se à investigação de "suas práticas de trabalho e de seus objetivos científicos"¹⁹. Na medida em que desenvolve seu trabalho nos arquivos e na coleta de fontes, ele constrói ativamente o fato histórico e transforma a fonte em documento e esses mesmos fatos em problemas²⁰. Para se compreender o que é a ciência, e também a história, com suas diferentes práticas historiográficas, no dizer de Geertz: "Você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem"²¹.

O ofício da história é exercido numa combinação entre o trabalho individual e o trabalho em equipes²² e tem como finalidade a observação histórica dos relatos,

¹⁷ C.f. GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 152.

¹⁸ MALINOVSKI, Bronislaw. "Os argonautas do pacífico ocidental". In: *Ethnologia, nova série*, n.º. 6-8, Trabalho de Campo. Lisboa: Edições Cosmo e Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1997, p. 19.

¹⁹ BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 16.

²⁰ C.f. BLOCH, M. *Idem*, p. 19.

²¹ C.f. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 4.

²² C.f. BLOCH, M. *Op. cit.*, p. 26.

dos testemunhos não-escritos, dos artefatos arqueológicos e dos acontecimentos. Mas o historiador também deve carregar consigo a consciência de que nem tudo pode ser compreendido no passado. É por essa razão que ele deve se utilizar de pistas e recorrer a procedimentos de reconstrução²³ como aqueles presentes na arqueologia e na arqueografia. Muitas vezes, os vestígios do passado alcançam o horizonte de observação do historiador por acaso ou por acidente. Essa é uma situação muito comum na sua atividade diária e um dos seus aspectos positivos é uma dose bastante significativa de uma imprevisibilidade sempre presente que nos leva a deparar com algo novo e desconhecido, tanto em relação ao documento, quanto às ferramentas com as quais ele deve familiarizar-se para lidar com um determinado grupo de fontes.

A busca incessante pela prova e pela evidência na história é o que qualifica a retórica do historiador. A prova nesse caso é parte constitutiva da retórica e a evidência, que dela pode ser extraída, implica em um modo de proceder dos historiadores mais realista e complexo²⁴ do que nas macroanálises e na história quantitativa. É por essa razão que historiadores, como Carlo Ginzburg, criticam o modo como atualmente se tem tratado da história em um plano teórico de trabalho que se afasta demasiadamente das pesquisas concretas dos historiadores. Ele dizia: "Raramente a distância entre a reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios"²⁵. A redução da historiografia a um mero plano da retórica foi consequência de um modo de se compreender a história como um trabalho, cuja única finalidade era convencer, e como se seu fim fosse a eficácia e não mais a verdade. Houve, por sinal, uma confusão entre aquilo que representava um texto literário e um texto histórico. Ambos eram tomados como textos autônomos que eram incapazes de manter algum vínculo com aquilo que descreviam e o analisavam numa realidade extratextual. Nesse caso, textos historiográficos e textos de ficção eram considerados como "autorreferenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica"²⁶.

A historiografia, num sentido moderno, como demonstrou Momigliano, é tributária da tradição arqueológica grega e romana. Ou seja, o cerne do ofício do

²³ C.f. BLOCH, M. *Idem, ibidem*.

²⁴ C.f. GINZBURG, C. *Relações de força: História, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 13.

²⁵ GINZBURG, C. *Idem*, p. 14.

²⁶ GINZBURG, C. *Idem*, p. 48.

historiador é constituído por uma prática investigativa de exame minucioso de fontes primárias, sobretudo de natureza não ficcional. A prova é um elemento fundamental para reconstruir um passado remoto, principalmente a partir de indícios arqueológicos²⁷. Desse modo, "encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores"²⁸.

Assim como juízes, os historiadores preocupam-se com a definição dos fatos e com tudo aquilo que está circunscrito na realidade. Ambos exercem ofícios que "estão vinculados pela busca das provas"²⁹. Mas diferente dos juízes, os historiadores não dão uma sentença e seu horizonte de observação não se limita à mera apuração de responsabilidades individuais. Atualmente, como destaca Ginzburg, é cada vez mais frequente que os historiadores recorram a fontes primárias judiciais de tribunais leigos ou eclesiásticos.

*"Esses documentos tratam geralmente de vidas obscuras e de casos sem importância. [...] Mas o impulso de se ocupar de fontes judiciais permitiu tocar, por um lado, na ambígua proximidade entre historiadores e juízes e, por outro, na importância da retórica judiciária para qualquer metodologia da história"*³⁰.

A posição dos historiadores no desempenho de seu trabalho está inclinada para a prática efetiva da investigação histórica. Mas, de fato, é possível falar em um "divórcio" entre teoria e prática a respeito da história; isso porque os historiadores não demonstram uma preocupação acerca das implicações teórica e metodológicas que possam decorrer de sua atividade. Como observou Ricardo Marcelo Fonseca:

*"Se o cientista (pintor), diante de seu objeto (paisagem), necessita de uma teoria (observatório) sem o qual seu trabalho não pode se desenvolver, há que se colocar logicamente a conclusão de que a escolha da teoria irá implicar não só na escolha de um determinado caminho, mas também no atendimento de um resultado diverso"*³¹.

²⁷ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 59-60.

²⁸ GINZBURG, C. *Idem*, p. 61.

²⁹ GINZBURG, C. *Idem*, p. 62.

³⁰ GINZBURG, C. *Idem*, p. 62-63.

³¹ FONSECA, R. M. *Introdução teórica à história do direito*, p. 18.

Esse papel acaba sendo atribuído a "filósofos que debatem questões de história de um ponto de vista um tanto distanciado, dado que estão mais familiarizados com livros de história do que com a prática efetiva da investigação histórica"³².

De qualquer modo, numa pesquisa historiográfica, uma discussão a respeito do método deve estar direcionada para os caminhos, o trajeto que historiador percorreu até chegar aos resultados finais³³. Nesse aspecto, tanto a pesquisa empírica com fontes, quanto as discussões metodológicas, são novamente reunidas no trabalho historiográfico e a metodologia é apresentada como uma prática efetiva da pesquisa, ou como um resultado da atuação do historiador. É nesse momento que ele terá a oportunidade de fazer confidência das dificuldades que enfrentou no acesso, na análise e na gestão do arquivo e na interpretação das fontes.

2. *EKPHRASIS* E *ENARGEIA*: ELEMENTOS PARA UMA DESCRIÇÃO DENSA NA HISTÓRIA

Os textos históricos são dotados de um efeito de realidade, "produzido por elementos que podem ser tanto extratextuais como textuais"³⁴. Esses recursos, como a localização geográfica e a descrição detalhada de um momento, são utilizados pelo historiador para se atingir uma "vivacidade"³⁵ e uma potencialidade de expressar um acontecimento passado como se o texto estivesse ligado a uma experiência direta que efetivamente se presenciou. Esse seria o recurso da *enargeia*, empregado na historiografia e na retórica gregas como garantia da verdade histórica³⁶. Sua função é a de "fazer com que as pessoas sintam aquilo que está sendo narrado, embora não o veja diretamente; atividade do orador; *enargeia* e acumulação de pormenores para atingir a vivacidade"³⁷. A qualidade do trabalho do historiador estaria ligada à sua eficiência em oferecer uma vívida representação do momento com detalhes sobre os personagens históricos e suas emoções:

³² GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 215.

³³ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 215.

³⁴ GINZBURG, C. *Idem*, p. 217.

³⁵ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 218.

³⁶ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 219.

³⁷ GINZBURG, C. *Idem*, p. 220.

"O mais eficiente historiador seria aquele que faz com que a sua narrativa se pareça com uma pintura; consegue transmitir a vivacidade (enargeia) aos escritos; tem o desejo de fazer o leitor uma espécie de espectador e produzir vivamente naqueles que se interessam pela narrativa os sentimentos de assombro e consternação que foram sentidos por quem esteve presente"³⁸.

A *enargeia*, como um recurso da história, "era a aspiração da *ekphrasis* e a verdade o efeito produzido pela *enargeia*; a seqüência era a seguinte: narrativa histórica, descrição, vivacidade, verdade; a verdade histórica dependia da *evidentia*"³⁹. A *ekphrasis*, como descrição de um objeto, de uma pessoa ou de uma experiência, na historiografia clássica, "era um conceito que cobria uma área muito vasta; incluía cenas de batalha, descrição de pestes, descrições geográficas e etnográficas"⁴⁰. Mas na historiografia antiga, o campo de descrição era limitado, circunscrito principalmente à história política e militar, e a pesquisa em arquivos era uma atividade rara e não sistemática. Em geral, valorizava-se a descrição oral de uma testemunha direta e se desvalorizava os relatos de fatos indiretos ou de se ouvir dizer⁴¹.

No séc. XIX, por influência da arqueologia, surge a diferença entre fontes primárias e secundárias. As fontes narrativas de caráter literário, como Tito Lívio e Virgílio, deixaram de ser tomadas como verdadeiras e se iniciou um trabalho com um tipo de documentação mais consistente, que compunha o arquivo dos antiquários, como moedas, estátuas e construções. É desse modo que "a historiografia moderna surgiu da convergência de duas tradições intelectuais distintas: a historiografia clássica e a investigação arqueológica; essa junção foi conseguida pela primeira vez em Gibbon"⁴². A história, nesse período de descontinuidade, não se esforçava mais apenas em dizer o que de fato aconteceu, "mas também com que fim e por que razão acontecia"⁴³.

Na historiografia moderna, os historiadores não poderiam descuidar-se com a combinação de suas afirmações com algum tipo de prova:

³⁸ GINZBURG, C. *Idem*, p. 222.

³⁹ GINZBURG, C. *Idem*, p. 223.

⁴⁰ GINZBURG, C. *Idem*, *ibidem*.

⁴¹ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 224.

⁴² GINZBURG, C. *Idem*, *ibidem*.

⁴³ GINZBURG, C. *Idem*, p. 225.

"A distinção entre asserções falsas e verdadeiras, acima de tudo a nível factual, tem sido sempre um elemento básico do conhecimento histórico [...]. Um velho paradigma baseado na relação entre história e retórica, foi superado por um outro diferente, que ainda é o nosso; *Enargeia* foi substituída por prova; isso por forte influência dos arqueólogos do XVII que mostraram que a prova não-literária pode ser usada como base segura para a reconstituição histórica; a pesquisa arqueológica tinha começado por volta do XV"⁴⁴.

É justamente nesse momento que a historiografia adquire a "consciência de que o nosso conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e de incerteza, alicerçado em fragmentos e ruínas"⁴⁵. Nessa perspectiva, a *Ekphrasis* e a *enargeia*, longe de serem um mero artifício retórico, são necessárias para se apresentar as potencialidades da descoberta de uma nova fonte anteriormente ignorada pelos historiadores. Além disso, elas são efeitos que podem ser obtidos através da utilização da prova que permitirá uma descrição densa do acontecimento, capaz de gerar um efeito de veracidade fundado numa evidência empírica ou em um artefato histórico.

3. MICRO-HISTÓRIA, HISTÓRIA ANTROPOLÓGICA E BIOGRAFIA HISTÓRICA

Nas pesquisas do historiador Carlo Ginzburg, uma diversidade bastante significativa de métodos práticos, procedimentos e modos de abordagem documental é empregada para a reconstrução de uma dimensão histórica, na grande maioria das vezes, ligadas a um personagem, como em "O queijo e os vermes"⁴⁶, ou a um grupo, como em "Os andarilhos do bem"⁴⁷. Nessas obras, "o nome do indivíduo é o fio condutor da pesquisa histórica"⁴⁸ e é através dele que se torna possível "compor o tecido social em que o indivíduo está inserido"⁴⁹. Do seu trabalho de levantamento de fontes, "pouco a pouco na coleta de dados emerge uma

⁴⁴ GINZBURG, C. *Idem*, p. 230-231.

⁴⁵ GINZBURG, C. *Idem*, p. 232.

⁴⁶ C.f. GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁴⁷ C.f. GINZBURG, C. *Os andarilhos do bem: Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁴⁸ GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*, p. 173-174.

⁴⁹ GINZBURG, C. *Idem*, p. 174.

biografia fragmentária"⁵⁰. Este modo de investigação é uma forma empírica de delimitação do objeto histórico. A sua aposta nesse tipo de historiografia, conhecida como micro-história, advém da sua crescente desconfiança na macro-história⁵¹ e na história quantitativa em que a vida real dos diversos personagens históricos era colocada de lado⁵².

Outro aspecto fundamental que Ginzburg reconhece em seus trabalhos e na historiografia como um todo são os ganhos advindos da crescente relação entre história e antropologia como, por exemplo, a crise e o fim da concepção etnocêntrica que tornou insustentável a existência de uma história universal. Para ele, apenas uma história impregnada de antropologia poderia repensar a história cultural do homem⁵³. Mas a abordagem do antropólogo não é a mesma que a do historiador. Ambas apresentam grandes dificuldades. Para o antropólogo, no dizer de Malinovski:

"[...] o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos"⁵⁴.

Na história, o principal objeto de trabalho é uma malha textual, enquanto que o antropólogo tem a sua disposição interrogatórios diretos ou um ponto de observação imediato das relações simbólicas entre os personagens. O historiador, mais do que o antropólogo, corre um risco maior de perder a complexidade, mas essa situação, para Ginzburg, pode ser superada sobrepondo-se diversas fontes em um tempo e espaço bem circunscritos para que seja possível localizar um mesmo indivíduo em contextos sociais distintos⁵⁵.

A micro-história para Ginzburg possui duas faces: a) move-se numa escala reduzida e permite a reconstituição do vivido em um plano impensável noutros tipos de historiografia; b) propõe-se a indagar as estruturas invisíveis dentro das quais

⁵⁰ GINZBURG, C. *Idem*, p. 174-175.

⁵¹ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 172.

⁵² C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 171.

⁵³ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 172-173.

⁵⁴ MALINOVSKI, B. "Os argonautas do pacífico ocidental". In: *Op. cit.*, p. 19.

⁵⁵ C.f. GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*, p. 173-174.

aquele vivido se articula. A micro-história é, portanto, uma "ciência do vivido", ou uma ciência do cotidiano que aborda um indivíduo ou grupo no passado. Ela também reconhece que as estruturas que regulam as relações sociais são inconscientes para os personagens que dela fazem parte⁵⁶. Essa linha de investigação valoriza principalmente as pesquisas voltadas para os estratos subalternos da sociedade e o nome é utilizado como fio condutor na busca pelos vestígios. Nesse caso, é possível identificar duas linhas de prosopografia que constituem uma parte importante da micro-história: a) a qualitativa, voltada para as elites políticas, culturais; b) e a quantitativa, dedicada aos agregados sociais mais amplos e aos grupos subalternos. A micro-história propõe a combinação entre a ótica não elitista da segunda corrente e a análise particularizada e individualizante da primeira; uma prosopografia, portanto, a partir de baixo, como queria Thompson⁵⁷. Outros historiadores, como Jacques Revel, propõem que a micro-história "no fundo é o velho sonho de uma história total, mas desta vez reconstruída a partir da base"⁵⁸.

Um dos problemas dessa linha de investigação, se não uma característica peculiar dela, é que se a pesquisa assume um caráter qualitativo e exaustivo só poderá tomar para exame entidades numericamente circunscritas, como uma cidade, elites, corporações. O problema central do historiador é o de saber selecionar na massa dos dados disponíveis os casos mais relevantes e significativos⁵⁹. As fontes, em geral, sobretudo aquelas produzidas pelas estruturas da repressão, silenciam e distorcem sistematicamente a realidade das classes subalternas; mas um documento excepcional pode ser muito revelador para se fundar algo novo, mais articulado e rico; fontes que se apresentam como indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer⁶⁰. Partindo de experiências diversificadas e trabalhando com vários temas é possível reconhecer traços e vestígios que abalam a superfície da documentação, revelando um nível mais profundo, algo invisível, constituído pelas

⁵⁶ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 177-178.

⁵⁷ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 175.

⁵⁸ REVEL, Jacques. *Um momento historiográfico: Trece ensayos de historia social*. Buenos Aires: Manantial, 2005, p. 47. (Tradução minha)

⁵⁹ GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*, p. 175.

⁶⁰ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 177.

regras do jogo, como a "a história que os homens não sabem que fazem"⁶¹. Um claro exemplo desse tipo de historiografia é aquela voltada para:

*"Os julgamentos das feiticeiras que fornecem ao historiador material rico para a reconstituição da mentalidade das pessoas comuns relativamente à feitiçaria; mas essa fonte é deturpada pela pressão psicológica e física a que os acusados estavam sujeitos; os réus eram levados a repetir os estereótipos inquisitoriais divulgados na Europa por pregadores, teólogos e juristas"*⁶².

Os julgamentos de Friuli, coletados por Ginzburg, por exemplo:

*"Possuem uma riqueza etnográfica espantosa; tudo era registrado, palavras, gestos, corar do rosto e silêncios; mas esses documentos não são neutros e também não transmitem uma informação objetiva; eles devem ser lidos como o produto de um inter-relação especial, em que há um desequilíbrio total das partes envolvidas; para decifrá-las temos que aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a interação sutil de ameaças e medos, de ataques e recuos; temos de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos; por influência de Geertz, os antropólogos tem começado a tomar consciência da importância do texto; não há textos neutros; até um inventário notarial possui um código a ser decifrado; uma realidade cultural contraditória pode transparecer mesmo em textos controlados como o processo da inquisição"*⁶³.

O que há nos textos, portanto, não são realidades contraditórias, mas sim vozes ou culturas contraditórias⁶⁴.

⁶¹ GINZBURG, C. *Idem, ibidem*.

⁶² GINZBURG, C. *Idem*, p. 205.

⁶³ GINZBURG, C. *Idem*, p. 109-210.

⁶⁴ C.f. GINZBURG, C. *Idem*, p. 210.

1. CURITIBA: O MEIO E OS PODERES

1.1 CENÁRIO URBANO E RURAL

Boa parte dos bacharéis em direito, no Brasil imperial, foi criada e educada em cidades. Muitos eram filhos de pequenos comerciantes em ascensão e outros, por sua vez, eram herdeiros de uma elite agrária patriarcal em decadência. Depois de passarem pelas faculdades de direito, como a de São Paulo e Olinda (transferida posteriormente para Recife em 1854), as suas ideias tornavam-se sofisticadas e passavam a reproduzir hábitos fortemente influenciados por uma cultura urbana de matriz europeia⁶⁵. Os recém-formados, mesmo aqueles nascidos e criados em áreas rurais, eram europeizados, almejavam uma vida civilizada aos moldes burgueses e aspiravam uma brilhante carreira política na Corte. O doutor em direito podia "atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, pode libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade"⁶⁶. Mas, a maioria deles não podia contar com apadrinhamentos políticos e não dispunha de uma posição social em que pudessem trocar favores. Depois de formados, eram lançados à própria sorte⁶⁷ e muitos foram obrigados a partir para verdadeiras aventuras, enfrentando grandes desafios em localidades urbanas mais fronteiriças, lugarejos desérticos com aspectos desoladores. Tudo isso para se conquistar algum espaço na política e ocupar os poucos cargos públicos que eram mais compatíveis com sua capacidade técnica⁶⁸.

Nos anos de 1870, sobretudo após a Guerra do Paraguai, Curitiba tornou-se, cada vez com maior frequência, um desses lugares de destino. Afinal, era uma capital que sediava a assembleia provincial e oferecia grandes oportunidades de carreira e altos cargos públicos. Talvez não fosse o lugar perfeito e nem aquele que oferecesse as melhores condições de vida, mas apesar disso os bacharéis

⁶⁵ C.f. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. 14^a. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 712.

⁶⁶ HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 116.

⁶⁷ C. f. FREYRE, G. *Op. cit.*, p. 722.

⁶⁸ A ascensão dos bacharéis foi um fenômeno que se deu rapidamente no meio político e social brasileiro desde o início do século XIX. Historiadores como Gilberto Freyre sustentam que o reinado de D. Pedro II era na verdade o reinado dos bacharéis que conseguiu destruir a antiga imagem do velho capitão-mor. O imperador confiava nos bacharéis e apostava numa administração essencialmente jurídica das províncias. C.f. FREYRE, G. *Op. cit.*, p. 712-713.

prosperaram e, ao lado de médicos, comerciantes, colonos e escravos, transformaram o espaço urbano, sobrepondo novos elementos culturais. Ao longo desses anos, os moradores presenciaram a montagem de instituições públicas, bibliotecas, museus, teatros, escritórios de advocacia e de engenharia, clínicas médicas e um grande número de varejo que atendia aos gostos de uma elite urbana em ascensão. Como já havia notado Sérgio Buarque de Holanda, o aumento das profissões liberais estava ligado diretamente ao fenômeno da expansão dos centros urbanos⁶⁹. Mas por trás do crescimento da cidade que avançava sobre lugares antes ocupados por florestas de araucária, os bacharéis também foram determinantes na introdução de elementos culturais até então estranhos para uma cidade de traçados coloniais como Curitiba⁷⁰. Muito além do canteiro de obras que passou a dominar a paisagem urbana, tornaram-se cada vez mais constantes as crises políticas que abalavam a imagem de líderes políticos e derrubavam presidentes da província, chefes de polícia e membros da câmara. Os moradores, pela primeira vez, acompanhavam atônico os fervorosos debates públicos que eram travados na imprensa local. Além disso, os bacharéis contribuíram para a introdução de novas moralidades ligadas ao trabalho e à família e foram os divulgadores dos primeiros discursos cientificistas e higienistas no Paraná. Esses novos elementos não são tão visíveis e imediatos nas fontes⁷¹, mas foram os principais aspectos que contribuíram para a formação de uma cultura urbana essencialmente moderna.

Desde o início da pesquisa, procurou-se compreender e determinar os motivos que teriam levado esses personagens intelectualizados a se estabelecer em Curitiba de modo temporário ou definitivo. Em geral, quando se reflete sobre as condições de vida desses homens, que ocupavam os mais altos cargos públicos, em meados do século XIX, é comum imaginá-los no conforto do palácio presidencial, nas sessões solenes da assembleia e nos debates acirrados da câmara municipal, todos trajando paletós pretos pesados e tragando charutos havanos. Essa certamente não seria uma das melhores imagens para se retratar a vida e o cotidiano dos bacharéis e das elites políticas de Curitiba. Uma melhor imagem não

⁶⁹ HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.*, p. 115.

⁷⁰ C.f. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: Ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 100.

⁷¹ As fontes isoladamente são incapazes de revelar a densidade das relações sociais e os processos de transformação dos costumes e das crenças. É preciso analisar uma quantidade significativa de fontes num período e num espaço bem localizados para se captar mecanismos culturais ocultos e movimentos históricos que os próprios atores sociais desconheciam.

poderia eximir-se de alguns detalhes que precisam ser acrescentados, principalmente se forem levadas em consideração as condições que a cidade de Curitiba podia oferecer aos seus moradores mais ilustres. Felizmente não faltam registros minuciosos dessas cenas e dos seus atores.

Todos aqueles que vinham tentar a vida no Paraná estavam à procura de terra, trabalho ou carreira política. Tudo que uma capital, marcada por grandes vazios institucionais e populacionais, podia oferecer. E, no caso dos bacharéis, a situação não era diferente. Mas alcançar Curitiba no planalto da Serra do Mar era certamente, já de início, um dos maiores desafios. Todos eram obrigados a passar pela provação da estrada da Graciosa que ligava Antonina, na Baía de Paranaguá, até Curitiba. Esse momento podia desagradar os espíritos mais aventureiros e até os próprios colonos alemães que a percorriam diariamente, transportando cargas em carroças e mulas. Talvez esses sejam os que tenham passado pela pior das provações. Se fosse preciso indicar uma experiência comum marcante na vida da população da província e dos bacharéis que vinham para Curitiba, certamente começaria pelo desafio imposto pela estrada da Graciosa. Não importava se o viajante fosse jurista, negociante rico de erva-mate, bacharel em direito, médico ou presidente da província, era impossível contornar o problema. Todos eram obrigados a subir a serra.

O trajeto percorrido por qualquer indivíduo que saía do Rio de Janeiro ou do porto de Santos com destino a Curitiba podia oferecer sérios riscos e dificuldades quase inimagináveis para os passageiros de primeira viagem, acostumados com as mordomias da vida na Corte. Os primeiros momentos podiam ser tranquilos e agradáveis, seguindo o percurso marítimo da "linha sul", que começava no Rio de Janeiro e terminava no porto de Montevideú. Alguns navios, como os vapores Santos, São Vicente, São Francisco, Itajahy, Camões e o paquete Calderón, percorriam esse trecho⁷². Eles seguiam direto até o porto de Paranaguá e, em alguns casos, como no do vapor Santos, fazia-se uma parada em Cananéia. O percurso durava em torno de 3 a 4 dias até chegar à Baía de Paranaguá. Depois era preciso aguardar a chegada das barcaças que transportavam os passageiros e as

⁷² C.f. BIGG-WITHER, Thomas Plantagener (1845-1890). *Novo caminho no Brasil meridional: A Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos (1872-1875)*. Tradução: Temístocles Linhares. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1874, p. 59-60.

bagagens até Antonina. Os vapores não continuavam até o porto de Antonina pelo risco de ficarem encalhados⁷³, mas mesmo assim, aguardar 4 horas pelos rebocadores e outras 4 horas para atravessar a baía, ainda era a melhor opção. Havia outro caminho que ia de Paranaguá até Morretes, mas era tão estreito que só servia para a passagem de mulas⁷⁴. Nesses atrasos, havia tempo suficiente para se passar alguns momentos em Paranaguá, mas a cidade em si não apresentava grandes atrativos. Ela não tinha um aspecto muito sadio, estava cercada de brejos e formavam grandes extensões de lama na frente da cidade quando a maré baixava⁷⁵.

A partir desse momento as coisas começavam a ficar cada vez piores, principalmente se estivessem sendo transportadas muitas bagagens. Caso chegassem depois do por do sol era preciso hospedar-se no único hotel de Antonina, uma vila de 1200 habitantes com aspecto de aldeia, bastante rústica naquele tempo, e durante essa curta estadia os viajantes corriam sérios riscos de contrair febre amarela. Sem imprevistos pelo caminho, o que era muito raro de acontecer, a viagem de Antonina até Curitiba podia durar entre 12 e 14 horas. A melhor opção de transporte era fretar carroças que pertenciam a imigrantes alemães. Durante a viagem, a sensação que se tinha era de grande desolação, a terra não era cultivada e toda a Serra do Mar parecia um grande pântano⁷⁶. A estrada da Graciosa de Antonina até o sopé da serra era sinuosa, plana e encontrava-se em boas condições. Toda a extensão era empedrada, mas este era um falso indício do que estava por vir.

A partir dali a estrada encontrava-se em péssimas condições: "Era como se árvores muito grandes tivessem caído a curtos intervalos, atravessadas num mau caminho e os espaços entre uma árvore e outra fossem preenchidos com lama"⁷⁷. Era praticamente impossível subir a serra no conforto das carroças que nesse ponto começavam a dar muitos solavancos e os cavalos patinavam sem parar. Todos eram obrigados a descer e caminhar com lama até os joelhos para subir a Serra. Era de "[...] duvidar que mesmo uma junta de elefantes pudesse movimentar cada carroça naquele caminho"⁷⁸. Conforme subia-se a Serra, a paisagem tornava-se

⁷³ C.f. BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 60.

⁷⁴ C.f. BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 61.

⁷⁵ C.f. BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 62.

⁷⁶ C.f. BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 62.

⁷⁷ BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 70.

⁷⁸ BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 71.

deslumbrante, era possível avistar toda a Baía de Paranaguá. Se nesse momento começasse a escurecer o único local para descanso era um "hotel" no alto do desfiladeiro, mas provavelmente não devia ser muito prestigiado pelos bacharéis:

"Ao entrar no pequeno chalé de madeira [...] descobrimos tratar-se de uma pequena casa comercial, com prateleiras nas paredes em torno de toda a sala, sobre as quais estava arrumada a mais curiosa variedade de artigos [...] não passava de uma 'venda' de terceira categoria, usada pelos tropeiros e carroceiros como ponto de pousada entre Curitiba e Antonina"⁷⁹.

A única refeição disponível naquele local era pão preto com sardinha. Mais adiante, depois de cerca de 4 horas, chegava-se em uma povoação onde se podia tomar banho ao ar livre e comer um prato de frango com arroz e ovos. Essa provavelmente era a melhor opção de parada dos bacharéis e de altos funcionários públicos. Mas a aventura não terminava nesse ponto, logo mais a frente parte da estrada era de troncos e depois de se passar por pinheirais, encontravam-se campos abertos alagadiços.

Os relatos do engenheiro inglês Bigg-Wither, de 1872, são as melhores descrições oculares acerca das condições da estrada da Graciosa no período analisado, mas certamente não foi uma experiência pessoal isolada e nem fruto das más impressões de um inglês pessimista. As más condições da estrada eram alvos constantes de protestos na imprensa local. Praticamente todos os presidentes de província que passaram pelo Paraná, em algum momento de sua gestão, prometeram e declararam nos seus relatórios realizar obras de reparo e melhoria. Mas o problema parece ter sido constante. As condições ambientais, como a umidade, dificultavam ainda mais a manutenção. A estrada depois de curtos períodos de reparos sofria com os efeitos de anos de abandono. Por exemplo, houve um trabalho de reparo no ano de 1873⁸⁰, mas quando o engenheiro inglês percorreu novamente a via em 1874 lamentou o completo abandono em que a encontrou: "é pena que tão bonito e custoso trabalho, cujas condições são tão importantes para o progresso da província, fosse deixado nas condições deploráveis

⁷⁹ BIGG-WITHER, T. P. *Idem, Ibidem*.

⁸⁰ PARANÁ . *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenna Lins*. Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1876, p. 59.

em que encontrei grande trecho, dois anos depois"⁸¹. Apesar de existirem oficialmente cerca de 40 vias de comunicação e estradas na Província, todas elas estavam em tão péssimas condições⁸² que "estradas, propriamente ditas, não existem a partir de Curitiba"⁸³. O que o presidente da província Adolfo Lamenha Lins, no seu relatório de 1876, chamava de estradas não era nada mais do que "uma rede de trilhas estreitas, escavadas pelo trânsito de cavalos e pelas inúmeras enxurradas das chuvas tropicais"⁸⁴.

Depois de longos percursos e desafios, finalmente, podia-se respirar o ar sereno do planalto que envolvia toda a atmosfera urbana de Curitiba. Na verdade, a cena da cidade não era tão impressionante. Em 1873, Curitiba, apesar de ser uma capital, era formada por 2134 casas, que se distribuíam numa vasta planície aberta. Sua população era de pouco mais de doze mil habitantes, dos quais aproximadamente mil eram escravos⁸⁵. As construções eram baixas, espaçadas, não possuíam chaminés e todas eram pintadas de branco, "quase se podia classificá-la de aglomerado de tendas e cabanas, formando o campo de um exército na expectativa de receber ordens de partir para outra localidade"⁸⁶.

Depois da igreja da matriz, a mais destacada construção era a casa do presidente de província que era "chamada, por cortesia, de palácio, tinha três pavimentos, cômodos, mas de aparência simples. Estava localizada na rua principal e cercada de lojas [...]"⁸⁷. Ao norte predominavam florestas de pinheiros e pastagens entremeadas. Já ao sul, estendia-se uma planície aberta de se perder de vista. A leste e oeste, a paisagem era dominada por pastagens cobertas por moitas e matas. Era comum observar bois pastando nas redondezas da cidade. Não é por outra razão que frequentemente as ruas eram invadidas por bois e vacas.

A umidade provavelmente era um problema crônico. Ao redor da cidade existiam muitos banhados e pântanos. Com a expansão da cidade, a drenagem desses alagamentos passou a ser uma preocupação constante da câmara municipal, que não conseguia impedir que as casas fossem construídas sobre eles

⁸¹ BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 70.

⁸² *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 4 out. 1873, p. 2.

⁸³ BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 81.

⁸⁴ BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 86.

⁸⁵ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 23 jul. 1873, p. 3.

⁸⁶ BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 79.

⁸⁷ BIGG-WITHER, T. P. *Idem*, p. 77.

sem que antes fossem apropriadamente esgotados⁸⁸. As ruas não eram calçadas, a lama dominava a paisagem, e grande parte delas precisava de nivelamento, incluindo as vias principais, como a Rua do Comércio⁸⁹, das Flores⁹⁰ e o largo da Matriz⁹¹. As colinas próximas à cidade também eram niveladas quando se tornavam um obstáculo para a continuação das ruas, mas em alguns casos eram deixados barrancos no final das ruas e em dia de chuva toda a proximidade era invadida por lama⁹². As ruas não eram limpas com frequência e havia sempre o risco de se tropeçar em depósitos de madeira e entulho amontoados pelos moradores⁹³. Um animal pestilento que caísse morto pelas ruas podia permanecer no local por mais de três dias sem que a carcaça fosse retirada pelos fiscais da câmara⁹⁴.

Apesar da inauguração da iluminação pública da capital em 1874⁹⁵, as ruas eram mal iluminadas, principalmente nas regiões mais afastadas, nos finais de quarteirão. Era comum que em algumas noites a cidade ficasse completamente às escuras⁹⁶. Esse problema será constante ao longo da década, sendo alvo de muitos protestos públicos e populares nos jornais da província. Os cães não matriculados também eram um problema que incomodava os moradores; eles infestavam as ruas da capital⁹⁷. A maior parte da população era abastecida pelo chafariz do largo da Graciosa⁹⁸ e os dejetos eram atirados no rio Ivo⁹⁹. Os médicos da cidade o indicavam como a principal das causas para muitas das moléstias que atingiam os moradores em determinadas épocas do ano¹⁰⁰.

Em 1872, a presença dos imigrantes e a colonização do Rocio estavam apenas no início. A maior parte da população era composta de brasileiros nascidos no Paraná. Existiam pouco mais de 1400 estrangeiros e, desse total, em torno de 1150 eram imigrantes alemães. Quase metade da população se ocupava da lavoura. A outra metade estava distribuída principalmente entre comerciantes, militares,

⁸⁸ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 25 mar. 1874, p. 4.

⁸⁹ Atual Rua Marechal Deodoro.

⁹⁰ Atual Rua XV de Novembro.

⁹¹ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 25 mar. 1874, p. 4.

⁹² *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 24 fev. 1875, p. 3.

⁹³ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 24 fev. 1875, p. 3.

⁹⁴ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIII, 29 jul. 1876, p. 3.

⁹⁵ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 8 abr. 1874, p. 3.

⁹⁶ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 24 fev. 1875, p. 2.

⁹⁷ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 4 dez. 1875, p. 2.

⁹⁸ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVI, 22 mai. 1879, p. 4.

⁹⁹ O Rio Ivo localizava-se ao sul da cidade depois da Rua do Comércio. *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 7 ago. 1875, p. 3.

¹⁰⁰ *C.f. Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 24 fev. 1875, p. 3.

empregados públicos e costureiras. A cidade contava com o serviço de apenas 7 médicos, 4 juízes e 8 advogados. Estes compunham a elite letrada e o número de bacharéis não passava dos doze¹⁰¹.

Como se pode notar até aqui, as condições materiais da província e da região urbana de Curitiba e do seu entorno eram adversas aos ideais de civilidade e urbanismo que nutriam os bacharéis. Essas novas mentalidades, influenciadas por uma cultura letrada, valorizavam excessivamente elementos e características de centros urbanos europeus, muito distintos das condições que encontravam em Curitiba. A cidade tinha um caráter muito agrário e poderia ser facilmente classificada como uma paisagem "rurbana"¹⁰². O seu aspecto rural não era favorável para que se tornasse um local privilegiado e interessante para esses indivíduos que eram "excessivamente sofisticados para tolerarem a vida rural na sua pureza rude"¹⁰³. Mas nesse ponto é preciso tomar alguns cuidados. Não é possível julgar as condições da cidade, principalmente sobre seu aspecto cultural, com base apenas nas más condições de higiene, das ruas e na simplicidade das construções.

Num outro aspecto, todos esses problemas podiam ser de algum modo compensados e remediados. Afinal, a cidade contava com um diferencial bastante importante que agia como um impulso permanente e catalisador na formação da cultura urbana e das instituições públicas e sociais. Ela era uma capital e, diferente de outros núcleos urbanos do Paraná e do interior do Brasil, podia oferecer os mesmos serviços e bens de consumo que podiam ser encontrados nos grandes centros como Rio de Janeiro. Esse certamente era o maior atrativo para os bacharéis. Na seção seguinte, serão demonstrados alguns desses elementos da vida cultural, como educação, circularidade de livros, apresentações musicais e teatrais que eram capazes de atender aos gostos e às aspirações de uma elite letrada que, pouco a pouco, sedimentava-se e se apropriava dos novos espaços econômicos e político que prosperavam na capital e na província. Mas nesse momento, gostaria de analisar aqueles bens de consumo utilizados no cotidiano - alimentos, bebidas, vestuários e mobílias - que por pouco poderiam passar despercebidos, mas que podiam do mesmo modo temperar, no interior do ambiente

¹⁰¹ C.f. *Recenseamento do Brasil em 1872*. A Província do Paraná. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>

¹⁰² LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O carnaval de Romans: Da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 17.

¹⁰³ FREYRE, G. *Op. cit.*, p. 712.

doméstico, a rigidez da vida imposta por um núcleo urbano marcadamente campesino.

A questão da alimentação pode não parecer importante, principalmente numa pesquisa sobre o bacharelismo jurídico, mas de um ponto de vista material ela não só criava condições para a permanência dos bacharéis, como também fazia parte de um jogo de relações sociais e coletivas que sustentavam hábitos e costumes muitas vezes em conflito. Os diferentes hábitos alimentares são uma forma bastante eficaz para se distinguir diferentes níveis de cultura - rural e urbana, popular e letrada - e demarcar espaços de classes ou grupos sociais que se organizavam na cidade. É possível demarcar com certa precisão os hábitos alimentares da população pobre, médio-urbana e das elites de Curitiba, nesses anos de 1870, sobretudo a partir dos produtos e gêneros alimentícios que eram oferecidos pelo mercado municipal, pelos comerciantes nos anúncios dos jornais e pelas tabelas de alimentação das escolas, do hospital e da cadeia pública.

A maior parte da população pobre e escrava da zona urbana e rural não tinha acesso ao "queijo do reino" fresco, não saboreavam os chocolates franceses ou sequer podiam se dar ao luxo de beber vinhos generosos como o "Mascatel de Setúbal" ou tomar o famoso chá "Hysson" preto de primeira qualidade. Muito longe dos cestos da padaria Menssing, no Largo da Matriz, das prateleiras do armazém "Útil e Agradável", na Rua da Assembleia, ou ainda a quilômetros de distância das novidades trazidas da corte pela sofisticada "Loja do Sol", restava aos moradores pobres e colonos uma dieta de pão, arroz, farinha de milho, feijão, charque, carne de vaca e galinha. Também podiam desfrutar de bebidas como chá mate, café e cerveja. Esses alimentos, inclusive, eram os principais produtos oferecidos pelo mercado municipal¹⁰⁴.

Essa era uma alimentação realmente muito distinta daquela da população médio-urbana e principalmente das elites locais. Essa classe média emergente estava cercada de muitas opções de alimentação. Em geral, esses podiam saborear doces como goiabada, pêssegos, peras, alperches, morango, rainha Claudia, ginjas, caju e ananás. Alimentavam-se essencialmente de massas como macarrão, talharim, cevadinha, sagu e maisena, quando ainda não beliscavam biscoitos refinados como os Craknells, biscoitos miúdos sortidos em lata e o biscoito "doce de

¹⁰⁴ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 7 nov. 1874, p. 3.

família". Além do que, estavam à disposição fartos queijos frescos, leite, cerveja inglesa e hamburgueriana. Tinham acesso ao açúcar refinado, manteiga e ameixas passadas. Esse grupo tinha ao seu alcance todo tipo de vinho, o Alto Douro, Collares, Figueira, Bordeaux, Palhete, Lisboa Branco e Tinto, e outros mais sofisticados como o Porto Velho, Madeira, Seco, Bastardo, Mascatel de Setúbal, Gerojigo Branca e Champanhe.

Além dos alimentos, é preciso destacar a enorme quantidade e variedade de coisas oferecidas pelo mercado local:

"Lojas, dirigidas aparentemente por homens resolutos, que não se limitavam a uma ou mesmo duas espécies de mercadorias, adotando um sistema de negociar inteiramente cosmopolita, para atender da mesma maneira gentil o freguês que viesse comprar um rolo de fumo, como o que quisesse uma jarda de morim"¹⁰⁵.

Aqui chamo a atenção para as porcelanas, cálices de cristal, castiçais de bronze, bules, açucareiros, xícaras, manteigueiras, electroplates para sala e piano, bandejas ovais, góticas, lampiões a querosene, jarros, bacias, espelhos de moldura, bonecas e brinquedos de todos os gêneros. Esses produtos são apenas uma fração mínima de tudo aquilo que podia ser encontrado no varejo e que certamente adornava a casa dessas famílias mais "sofisticadas".

O casarão e o sobrado talvez fossem realmente importantes para a distinção social, assim como todo o tipo de mobília e objetos variados que poderiam ser expostos no seu interior. Mas, naquela época, nada podia causar maior impacto na distinção social do que a vestimenta. E isso se reflete na qualidade, nas cores e nas novidades das roupas, sobretudo nas que eram trazidas da Corte ou nas que eram importadas da Europa, Inglaterra e França. Essas pessoas já não queriam mais vestir trajes rústicos de casimira que eram as vestimentas dos pobres, "rústicos" e escravos. Eles queriam se exibir com o que houvesse de melhor na Corte e as lojas de "roupas prontas" cumpriam seu papel. Inundavam as senhoras, os rapazes de bem e as crianças com todo o tipo de adereço, fitas coloridas, requifes, tranças, gravatas de nó e de laço, rendas crochet, luvas de pelica, abotoadeiras, chapéus e

¹⁰⁵ BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 77.

meias inglesas de seda, camisas francesas de cetim, cavours, sobretudos, paletós de alpara preta, bengalas, charutos e etc.

Curitiba era uma cidade de permanente trânsito. Existiam vários grupos flutuantes formados por colonos russos, ingleses e alemães e por viajantes de passagem que se aventuravam no interior do Paraná e do Mato Grosso. Uma parte dos bacharéis também era flutuante, muitos deles vinham para Curitiba para ocupar um cargo público temporário e a deixavam na primeira oportunidade. Esse era o caso dos presidentes da província da década de 70 do século XIX, todos bacharéis, com exceção do coronel Antonio Manoel Gomes. Os que permaneciam, aqueles que eram naturais de Curitiba, como Agostinho Ermelino de Leão e João José Pedrosa, começaram a se organizar em grupos e coligações políticas que serão abordadas no terceiro capítulo. Alguns naturais de Curitiba voltavam depois de concluir seus estudos em São Paulo, como foi o caso de Generoso Marques dos Santos. Outros, como Tertuliano Teixeira de Freitas, natural da Bahia, vieram para Curitiba logo depois de concluir os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo ou do Recife e por aqui permaneceram até a morte. Um caso que chama a atenção foi a visita inusitada do jurista Augusto Teixeira de Freitas, que apesar de estar muito bem estabelecido na Corte, transferiu sua moradia junto com sua família para Curitiba em janeiro de 1873. Esses são alguns exemplos dos muitos bacharéis que passaram por Curitiba ao longo dos anos de 1870 e nessas idas e vindas deixaram marcas profundas na modernização urbana e alteraram as relações sociais, a moralidade e os costumes que haviam sido herdados de uma sociedade rural e campesina.

Nos capítulos seguintes alguns nomes irão aparecer com maior frequência do que outros, principalmente pela maior atuação na política e pela presença constante em debates nos jornais de Curitiba. A intenção não é fazer uma biografia de cada um deles, esse trabalho já foi feito por outros historiadores¹⁰⁶. O objetivo é analisar os mecanismos e as relações sociais que possam representar algum aspecto do bacharelismo em Curitiba no período e compreender o seu impacto na formação da cultura urbana. Na próxima seção, serão apresentados outros elementos culturais que fizeram parte da vida dos bacharéis e que de algum modo refletiam suas aspirações por uma vida urbana e civilizada.

¹⁰⁶ C.f. CARNEIRO, David. *Galeria de ontem e de hoje*. Curitiba: Vanguarda, 1963; C.f. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain: Banco do Estado Paraná, 1991.

1.2 A MODERNIZAÇÃO DOS COSTUMES E OS VALORES DA CIVILIZAÇÃO

As condições urbanas de Curitiba e a sua localização geográfica, por si sós, não eram favoráveis para um desenvolvimento urbano acelerado e jamais teriam sido capazes de atrair um número significativo de colonos, médicos, comerciantes, professores e bacharéis, naqueles anos após a Guerra do Paraguai. Mas o que se percebe numa análise mais minuciosa e localizada das fontes, é que, de fato, esse desenvolvimento ocorreu e a cidade, entre os anos de 1870 e 1883, presenciou um processo de transformação cultural marcado por um período de transição relativamente curto. Como foi dito anteriormente, a cidade desfrutava de uma posição política extremamente favorável. As pessoas sabiam que em um futuro próximo todos seriam beneficiados por um desenvolvimento econômico que se encontrava, até aquele momento, em estado latente.

Por ser uma capital, Curitiba despertava expectativas de grandeza e prosperidade que outras cidades da província não possuíam. Ela se tornou um ponto privilegiado no roteiro de profissionais liberais brasileiros e estrangeiros e, a partir daqueles anos, um grande número de eventos culturais passaram a ser cada vez mais frequentes. Diversos clubes literários e associações festivas foram fundados. Teatros e salões foram construídos em um curto espaço de tempo e as comemorações, como o natal, a páscoa e os dias santos, que antes assumiam um tom mais religioso, restrito a procissões e orações nas igrejas, começaram a ser festejados na praça, nas ruas e nos salões com fogos de artifício, apresentações musicais, danças e poemas que eram recitados diante do público.

A modernização dos hábitos era orientada por várias transformações culturais que estavam simultaneamente em andamento. Apesar da sua complexidade social, essas transformações seguiam uma tendência relativamente uniforme, promovida ao longo de anos de intervenção política e jurídica por parte das elites locais e, principalmente, pela presença dos bacharéis que eram reconhecidos como as personalidades mais ilustradas e os espíritos mais bem formados para representar um sentimento público na província. Os seus ideais e aspirações, mais voltados para os padrões de vida e de civilidade do Rio de Janeiro e das cidades europeias, eram dirigidos aos demais moradores como sendo o caminho mais natural a ser seguido. O bacharel, dentre os demais membros da elite, tinha o privilégio da fala; era um

orador, pertencente a uma cultura de profissionais que precisavam dominar em todos os seus aspectos a leitura, a escrita e a fala; era, portanto, um falante profissional. Além disso, novas ideias começaram a ser veiculadas nos jornais e os moradores, pelo menos aqueles alfabetizados, podiam ter acesso a um grande número de livros, folhetins e almanaques das mais diversas áreas. Nesse momento de transição cultural, os mecanismos de circularidade de crenças, ideias e valores multiplicaram-se a tal ponto que velhos hábitos e costumes foram profundamente alterados no seio das famílias e nas ocasiões de socialização coletiva.

Um dos mais importantes espaços de circulação de ideias eram as escolas e os colégios. Nenhum aspecto da vida cultural de Curitiba recebia mais atenção do que a educação e o ensino público. Tanto nos jornais, como nos relatórios dos presidentes da província, esse assunto era delicado e frequente. Considerava-se natural que qualquer governo que apreciasse os valores da civilização moderna deveria ter um comprometimento com a instrução pública. Em 1876, Lamenha Lins, então presidente da província, anotou em seu relatório: "desde que o cidadão [...] é analfabeto, está em risco iminente de ser um instrumento perigoso nas mãos dos outros"¹⁰⁷. A ignorância era vista como uma forma de degeneração, capaz de transformar os homens em criminosos naturais e indivíduos inúteis para toda a sociedade:

*"A regeneração dos costumes que converte em criminosos homens que poderiam ser úteis à família e à sociedade, depende da educação do povo, que deve conhecer os seus direitos, para elevar-se a seus próprios olhos, e compreender os altos destinos humanos"*¹⁰⁸.

Essas afirmações refletiam um posicionamento comum entre as elites letradas que julgavam os homens do campo, trabalhadores analfabetos, como indivíduos selvagens, potencialmente perigosos para o destino político e o engrandecimento da nação e inúteis para a ascensão social dos próprios familiares. Esse modo de ver o trabalhador e a educação refletia um aspecto da cultura dos

¹⁰⁷ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins*, p. 42.

¹⁰⁸ PARANÁ. *Idem, ibidem*.

bacharéis que Gilberto Freyre chamou de "fuga da realidade"¹⁰⁹. Eles sabiam que, naquele momento, a educação formal em instituições de ensino era uma exceção num vasto oceano de analfabetos, mas não eram capazes de perceber que essa preparação educacional pouco havia contribuído para formação daquele estado de coisas no Paraná, que tanto era exaltado. O desenvolvimento do Paraná não era, desse modo, uma conquista da civilização culta e letrada, mas o produto do trabalho de indivíduos analfabetos que na base da economia provincial produziam e faziam circular as riquezas.

A educação era, portanto, um instrumento de controle moral que tinha como objetivo introduzir valores que refletiam um determinado modo de ver as coisas que estava profundamente imerso numa cultura de elite e de letrados. A educação da classe média urbana era sinônimo de controle social. Ela era um modo de impedir o desenvolvimento espontâneo das crianças e a finalidade era que atingissem uma obediência mecânica¹¹⁰. A cultura popular, ao contrário, tinha como característica a espontaneidade e a oralidade como forma de transmissão de valores e de saberes que eram adquiridos através do trabalho e da família. Ela era uma forma de experiência herdada que não planejava os seus rumos¹¹¹. A cultura letrada, por sua vez, precisava ser trabalhada, introduzida lentamente, principalmente nos jovens, por meio de um insistente ensino teórico e abstrato. O distanciamento que isso gerava entre as duas culturas expressava-se em antagonismos e conflitos que podiam, nos casos mais graves, rebentar em revoltas e massacres. A circulação de ideias, como aquelas cultivadas pelos bacharéis, podia não só criar estereótipos sociais, com base na raça e na condição social, como no caso do analfabetismo, mas também expandir os meios pelos quais os representantes da cultura letrada se distinguiram dos demais moradores.

Em 1876, Curitiba dispunha de cerca de 11 escolas públicas primárias, mas era impossível atender a todos os moradores. 1 em cada 4 habitantes estava em idade escolar. Existiam, em torno de 3000 crianças entre 6 e 15 anos que precisavam receber no mínimo a instrução primária, pelo menos essa era a preocupação e uma das prioridades na administração da província. Mas a realidade era muito diferente. Apenas 350 estudantes estavam matriculadas nas escolas e

¹⁰⁹ C.f. FREYRE, G. *Op. cit.*, p. 720.

¹¹⁰ C.f. THOMPSON, E. P. *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*, p. 36.

¹¹¹ C.f. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, p. 21-22.

esta era a melhor situação que se podia encontrar no Paraná¹¹². A instrução secundária era ainda mais complicada e era bastante onerosa. Nesse estágio, os jovens aprendiam as primeiras letras, português, geografia, aritmética, escrituração mercantil, francês, latim e instrução moral e religiosa¹¹³. A única instituição, subvencionada pelo tesouro provincial, que oferecia esse tipo de ensino era o "Collegio Nossa Senhora da Luz" que atendia nos seus melhores momentos apenas 23 alunos¹¹⁴. O valor anual mínimo das pensões chegava a custar 60 mil reis por ano para alunos externos. Existiam também outros colégios particulares que ofereciam a instrução primária e secundária, sendo alguns deles o "Collegio Athenêo Curitibano"¹¹⁵, o "Collegio Inglez"¹¹⁶, o "Collegio de Meninos"¹¹⁷ e o "Collegio de Meninas"¹¹⁸. Eram comuns também professores particulares de inglês, alemão, latim, piano e pintura e alguns lentes, contratados pela província, ofereciam aulas noturnas para adultos¹¹⁹, mas é provável que a demanda fosse muito pequena.

Os colégios ofereciam muito mais vagas do que conseguiam preencher e a razão mais óbvia eram os valores cobrados que muito poucas famílias podiam pagar. Apenas uma parcela mínima da população frequentava escolas primárias e colégios. É possível supor que o índice de alfabetização dos jovens em idade escolar era de pouco mais de 10%. Os quadros da população votante de Curitiba são bons indícios acerca do contingente de indivíduos adultos alfabetizados que viviam na cidade. Em 1880, a população votante era de pouco mais de 2000 pessoas. No entanto, com as reformas introduzidas pelo Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também conhecida como Lei Saraiva, os analfabetos foram proibido de votar e foram excluídos do quadro de votantes. Naquele ano, a população votante de Curitiba foi reduzida de 2005 para apenas 369 pessoas¹²⁰. Um índice de alfabetização de cerca de 20% dos eleitores. É possível que a alfabetização da população masculina adulta, nesse período, ficasse em torno de no mínimo 5%, podendo atingir no máximo os 10%. Não é possível chegar em nenhum dado seguro

¹¹² C.f. PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenna Lins*, p. 43.

¹¹³ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 10 out, 1874, p. 4.

¹¹⁴ C.f. PARANÁ. *Idem*, p.53.

¹¹⁵ C.f. *Província do Paraná*. Curitiba, 21 jan, 1881, p. 4.

¹¹⁶ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 2 jan, 1878, p. 4.

¹¹⁷ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 14 mai, 1873, p. 4.

¹¹⁸ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 29 ago, 1874, p. 4.

¹¹⁹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 22 abr, 1882, p. 3.

¹²⁰ CARDOSO, Jayme Antonio. *A população votante de Curitiba - 1853-1881*, 1974. 221f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 113-118.

a respeito dos índices de alfabetização da população feminina adulta. Portanto, aos pobres era praticamente negado o acesso à educação, não é por menos, que a cultura popular recorria constantemente a uma forma de transmissão oral, com uma pesada carga de "costumes"¹²¹.

Apesar das dificuldades de acesso à instrução primária, a procura por livros era relativamente grande. Além da Biblioteca Pública que contava com um acervo de 834 livros, em 1876, existiam outras duas bibliotecas populares que pertenciam às associações literárias da cidade. O "Club Litterario Curitybano", fundado em 1874, por iniciativa do bacharel Agostinho Ermelino de Leão, possuía 584 volumes, dentre eles obras científicas, literárias, mapas e jornais. Apenas no ano de 1875, havia sido frequentado por 1816 leitores que consultaram 224 obras¹²². O outro acervo de 851 volumes pertencia ao "Recreio Litterario da Capital". Ele era composto de obras de diversas áreas, incluindo relatórios, anais do senado, do parlamento e da assembleia constituinte. O seu objetivo, como o das outras bibliotecas, era "contribuir para o desenvolvimento intelectual dos seus membros, proporcionando-lhes um entretenimento útil e agradável, por meio do estudo de bons livros"¹²³.

Um acervo que passou despercebido nos relatórios provinciais era o da tipografia do editor do jornal "Dezenove de Dezembro", Candido Martins Lopes, que frequentemente emprestava seus volumes para os moradores¹²⁴. Mas além das bibliotecas, um outro modo de se ter acesso aos livros era adquirindo-os. Essa alternativa era a de mais difícil acesso e estava reservada à mais alta elite. Provavelmente, no mínimo, cada bacharel mantinha a sua própria coleção de livros, mas não há condições para se determinar o número de acervos particulares que existiam em Curitiba. A única saída para se ter uma ideia da circulação de livros é observando atentamente os volumes que eram divulgados nos anúncios do varejo local. Só assim é possível se ter uma ideia do perfil do leitor.

Em Curitiba, até o ano de 1874, o único livreiro era a tipografia do editor Candido Lopes. Posteriormente, começaram a aparecer os primeiros anúncios de livros de uma relojoaria e bijuteria, "A Pendula Meridional", no largo do Conselheiro Zacarias. Poucos meses depois de instalada na cidade, ela se interessou pela venda

¹²¹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, p. 15.

¹²² C.f. PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins*, p. 55.

¹²³ PARANÁ. *Idem*, p. 56.

¹²⁴ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 23 jun, 1875, p. 3.

de livros e descobriu uma demanda emergente¹²⁵. Posteriormente, outros também começaram a vender livros. Essa relação entre demanda e oferta de livros pode nos dar algumas pistas de quem na cidade tinha acesso a esses artigos de luxo.

Eram comuns livros religiosos¹²⁶, como bíblias e novos testamentos. Grande parte deles era composta de poesias e romances brasileiros e estrangeiros¹²⁷, que incluíam obras como de Júlio Verne e José de Alencar¹²⁸. Boa parte era destinada às mulheres, como o "Almanach das senhoras"¹²⁹. Algumas faziam apelo místico, sendo intituladas de "Livros de sortes", "O adivinhador", "Livro feiticeiro das senhoras" e "Cartas mágicas"¹³⁰. Outras eram dedicadas à moda e à descrição de figurinos¹³¹. Um outro grupo de livros era destinado aos estudantes, como obras de aritmética, álgebra, geometria, catecismo, gramática, história universal e do Brasil e dicionários de várias línguas¹³². Mas havia também um outro grupo e, por sinal, o maior deles, o dos livros jurídicos.

Em 1872, o número de bacharéis em direito não passava de doze. Mas nos anos que se seguiram, esse número aumentou significativamente. Muitos eram recém-formados e todos eram provenientes de fora, de outras regiões do império. A contribuição do Paraná para o número de bacharéis foi muito pequena. Apenas um único paranaense, Antonio Bley, graduou-se em direito na Faculdade de São Paulo durante toda a década de 70 e passou a maior parte da sua vida na cidade de Castro¹³³. Os livros jurídicos eram destinados especialmente a esses personagens. Nenhum deles tratava de temas teóricos ou discutia questões políticas e econômicas. Em Curitiba, esses eram temas que melhor circulavam através da imprensa. Era comum encontrar nas prateleiras da tipografia e do varejo comentários à legislação, coleções de leis e guias de formulários. Esses eram alguns dos livros mais importantes: a) "Additamento ao código commercial"¹³⁴ do

¹²⁵ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 30 dez, 1874, p. 4.

¹²⁶ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIV, 24 Nov, 1877, p. 4.

¹²⁷ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 17 jul, 1875, p. 4.

¹²⁸ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIV, 20 jan, 1877, p. 4.

¹²⁹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVI, 5 nov, 1879, p. 4.

¹³⁰ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIV, 9 jun, 1877, p. 4.

¹³¹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIV, 12 set, 1877, p. 4.

¹³² C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIII, 29 mar, 1876, p. 4.

¹³³ C.f. CARNEIRO, D. *Galeria de ontem e de hoje*, p. 467.

¹³⁴ Ao longo da pesquisa, foi possível localizar no acervo de obras raras da Biblioteca do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, um exemplar do "Additamento ao Código Commercial" de Augusto Teixeira de Freitas. O mais interessante é que na folha de rosto constava um autógrafo do jurista em homenagem a Antônio Bley. Como o livro foi publicado em 1879, é uma prova de que o jurista viveu em Curitiba até o final da década de 70, e não como afirmaram alguns

jurista Augusto Teixeira de Freitas; b) "Lições sobre artigos do código criminal" de M. J. B. Montenegro; c) "A lei judiciária" de Autran¹³⁵; d) "O repertório da nova lei do recrutamento" do juiz de direito M. S. Mafra¹³⁶; e) "Collecção das leis provinciaes"¹³⁷; f) e "Praxe Policial" de Tavares Bastos¹³⁸. Mas os livros jurídicos também podiam ser do maior interesse para solicitadores e procuradores ou ainda para leigos que passavam a ocupar cargos públicos com atribuições jurídicas e administrativas. A maior parte deles era dedicada a temas processuais. Para citar alguns: a) "Habeas Corpus" de Autran; b) "Custas forenses e regimentos das custas" de Luiz Miranda; c) "Recurso" do desembargador Souza Martins¹³⁹; d) "Assessor portatil ou arte de requerer" de Miguel José Corrêa Filho; e) "A guia das juntas de parochia e revisórias" de Mafra¹⁴⁰. Os livros jurídicos que circulavam em Curitiba serviam, portanto, como guia para profissionais e empregados públicos no exercício de funções burocráticas, no dia a dia do fórum, da assembleia provincial e da câmara.

Curitiba, nesse período, presenciou o surgimento de diversas associações. Como disse um anônimo, em 1875: "A nossa Curitiba é a tumba das associações"¹⁴¹. Elas eram criadas pelos próprios moradores, muitas delas inclusive só se tornaram uma realidade por conta do apoio e da dedicação de bacharéis. O "Club Curitybano", por exemplo, era frequentado por Eufrásio Corrêa, Generoso Marques dos Santos, Vicente Machado, Francisco da Cunha Beltrão e João Pereira Lagos, todos bacharéis em direito que ocuparam os mais diversos cargos na capital e em outras cidade da província¹⁴². As suas sessões eram seguidas de festa e música. Cada uma era criada para uma finalidade; elas podiam ser dramáticas, voltadas para organização de apresentações teatrais, como "A Phenix", a "Bohemia" e a "União Curitybana"; outras, como "Titeres do diabo", eram carnavalescas e tinham um papel muito importante no planejamento e na preparação das festas; havia também associações musicais, como a "25 de Março", a "Artistas Pedreiros" e a "Lyra d'Euterpe"; também existiam os clubes literários que mantinham bibliotecas

dos seus biógrafos e historiadores que ele teria retornado para a Corte em 1875 ou 1878. C.f. MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *Teixeira de Freitas: O jurista do Império, vida e obra*. 2ª ed. Brasília: Cegraf, 1983, p. 367-386.

¹³⁵ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 6 abr, 1878, p. 4.

¹³⁶ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 25 set, 1875, p. 4.

¹³⁷ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIV, 29 mar, 1877, p. 4.

¹³⁸ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVIII, 10 dez, 1881, p. 4.

¹³⁹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVI, 24 set, 1879, p. 4.

¹⁴⁰ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 25 set, 1875, p. 4.

¹⁴¹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 15 dez, 1875, p. 2.

¹⁴² C.f. *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 6 jan. 1883, p. 3.

populares; outras ainda se dedicavam aos bailes, como "A juventude", "Harmonia das Famílias", "Recreio Juvenil", "Flôr do Paraná", "Concordia Curitybano" e mais uma vez o "Club Curitybano"; além delas, também eram atuantes associações para atividades mais específicas, como a sociedade "Loterica", "Coqueiros" e o "Club de Corridas Paranaense".

Já na década de 80, começaram aparecer associações de operários, organizadas por colonos já bem estabelecidos, como no caso da "Sociedade protetora dos operários", que tinha como objetivo proteger seus associados que por alguma razão se tornassem necessitados. Além disso, preparava ocasiões onde pudessem descansar ao som de música vocal, de leitura e de divertimento¹⁴³. Além das associações, estavam presentes algumas irmandades, dentre elas a "Irmandade do Senhor Bom Jesus do Perdão"¹⁴⁴ e a "Irmandade de N. S. da Luz", que contava com a participação do bacharel Agostinho Ermelino de Leão, um dos seus mais dedicados membros¹⁴⁵.

Com tantas associações dedicadas à promoção de eventos culturais, os circos, teatros e concertos musicais passaram a ter uma presença constante na cidade. Os teatros, muitas vezes estrangeiros, vindos da Europa, eram importantes veiculadores de uma nova moralidade urbana. Os temas eram muito variados, mas histórias de família e das suas relações mais íntimas eram as que predominavam. As apresentações tornaram-se grandes mobilizadoras culturais, capazes de fazer circular valores e crenças por meio de histórias exemplares.

Esse novo contexto de desenvolvimento da cultura urbana afetou a centralidade das antigas festas religiosas. Em geral, antes da presença de eventos culturais moralmente laicos, a vida dos moradores era cercada por novenas, procissões, missas cantadas nas capelas e na igreja da matriz. Nessas festividades, como na do Senhor Bom Jesus, que acontecia nos meses de maio, as comemorações eram realizadas essencialmente dentro da capela do Rosário com missas cantadas. Nos dias seguintes, na igreja da matriz, começavam as novenas do Divino Espírito Santo com sermões dos reverendos padres. Depois, as imagens do Senhor Bom Jesus e da N. S. do Rosário eram trazidas da capela para a matriz e

¹⁴³ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXX, 11 jul. 1883, p. 3.

¹⁴⁴ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 15 mai. 1872, p. 4.

¹⁴⁵ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 27 set. 1873, p. 4.

a festa era encerrada com fogos artifício na praça¹⁴⁶. Essa cena certamente repetiu-se por várias ocasiões ao longo de anos sem muitas alterações.

Na década de 70, não tardou para que os festejos religiosos fossem obrigados a dividir espaço com outros tipos de eventos culturais mais dinâmicos e em conformidade com as aspirações de civilidade urbana das elites. As festas agora podiam ser designadas pelo presidente da província para comemorar a inauguração de instituições públicas e novos edifícios ou simplesmente para o entretenimento e diversão dos moradores. Quando o primeiro edifício escolar foi concluído em 1882, o então presidente da província, Carlos de Carvalho, decretou feriado e organizou uma grande festa popular, direcionada a todos os moradores. A finalidade, nessa ocasião, não era prestar culto aos santos, mas exibir:

*"A glória para a atual administração. O bem delineado dos compartimentos; a elegância, a conveniência e arte observadas no todo do edifício; a mobília apropriada e metodicamente distribuída, patenteiam o tino, ilustração e zelosa dedicação do Exm. Sr. Dr. Carvalho"*¹⁴⁷.

Essa festa contou com a participação de um grande número de pessoas. As ruas foram enfeitadas com bandeiras e na frente do edifício estava postada a guarda de honra do corpo policial. Os alunos de diversas instituições públicas e particulares estavam caprichosamente bem uniformizados e o presidente da província "foi recebido debaixo de abundantes flores, ao som de músicas e ao estrepito de inúmeros foguetes e girândolas"¹⁴⁸.

Em outras ocasiões, as pessoas ou alguns grupos, como a dos caixeiros, podiam sair às ruas para comemorar a aprovação de uma lei ou de uma decisão política que os beneficiasse e seguiam caminhando até o palácio do governo. As manifestações, embora fossem improvisadas, contavam com bandas de música, passeatas e jamais deixavam faltar os foguetes¹⁴⁹. Como observou Bigg-Wither, em 1872, quando de passagem por Antonina: "[...] não há nada de que o brasileiro goste mais do que soltar uma bomba, busca-pé ou foguete, contentando-se também com

¹⁴⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 8 mai. 1872, p. 2.

¹⁴⁷ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 7 dez. 1882, p. 2.

¹⁴⁸ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 7 dez. 1882, p. 2.

¹⁴⁹ *C.f. O Paranaense*. Curitiba, 26 ago. 1879, p. 2.

ver os outros saltarem”; e questionava: “[...] que seria dos dias santos ali, se não houvesse a feliz invenção dos fogos?”¹⁵⁰.

Esses são alguns dos exemplos de circularidade cultural, em que as crenças das elites eram direcionadas e reafirmadas para a população em ocasiões públicas. É difícil dizer exatamente se foram ou não assimiladas ou mesmo quais teriam sido as mediações populares, mas fica muito claro que as elites se esforçaram para isso. Nesses anos, por essa influência constante, as festas converteram-se rapidamente num instrumento político e os cultos passaram a ser prestados aos ideais de civilização, à urbanização da cidade e em homenagem aos seus líderes políticos, que na grande maioria das vezes, eram bacharéis em direito. Essa elite não era tão uniforme; era formada por diversos grupos rivais e por intelectuais de várias áreas distintas, como médicos e engenheiros. Mas diferente de outros profissionais, os bacharéis tinham um assento privilegiado de fala e comunicação, principalmente na política, na imprensa e na esfera judicial. Na verdade, o próprio fenômeno do bacharelismo jurídico, de um ponto de vista cultural, pode ser interpretado como um contínuo processo, ao longo do século XIX, de circulação de valores e crenças que eram cultivados e disseminados por eles nas cidades.

De certa forma, esses personagens articulados e eruditos continuamente estavam conduzindo as pessoas a se aproximarem de uma identidade intelectual urbana. Por outro lado, esse processo não deixaria de ser uma forma de dominação cultural, ocasionada pela alienação da cultura popular¹⁵¹. Mas é arriscado indicar algo como sendo genuinamente uma expressão da cultura popular nas fontes, principalmente na imprensa. Esse trabalho tem como objeto de investigação uma cultura letrada e do cotidiano de um pequeno grupo de bacharéis que faziam parte das elites locais. Para se chegar aos costumes e crenças que pudessem ser atribuídos à cultura popular, seria preciso analisar microscopicamente outras fontes textuais que mais diretamente puderam captar e registrar aspectos dessa cultura rural, plebeia, campesina e de antigo regime. Os depoimentos das testemunhas nos processos judiciais são um desses recursos, mas esse trabalho ainda está por ser feito e, nesse momento, não é possível enfrentá-los individualmente.

¹⁵⁰ BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 63.

¹⁵¹ THOMPSON, E. P. *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*, p. 41-42.

1.3 CONFLITOS E PROTESTOS: MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO

As condições materiais que Curitiba podia oferecer são bons indícios das dificuldades que atingiam os moradores no ambiente urbano. Mas nem sempre esses problemas e as condições precárias em que eles viviam eram percebidos da mesma forma por todos. Alguns dos problemas, inclusive, podiam passar completamente despercebidos ou eram culturalmente aceitos como uma condição natural da vida. A presença de escravos, por exemplo, na cidade e o modo como eram tratados dificilmente eram vistos como um problema que atingia uma parcela substancial da população. Os moradores incomodavam-se mais com os cachorros que viviam soltos pelas ruas do que com uma situação grave de exclusão social e de exploração do trabalho. Esse modo de perceber a realidade e os problemas inerentes à sociedade é um aspecto fundamental daquilo que podemos chamar de cultura. Quando as primeiras críticas à escravidão começaram a aparecer nos jornais, principalmente depois da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, não foram os moradores que haviam simplesmente despertado para o problema. Na verdade, as críticas partiram dos bacharéis, nos seus debates na assembleia provincial e na imprensa. Esses personagens possuíam, portanto, um outro modo de perceber a realidade, que pouco a pouco, numa relação de trocas recíprocas, podia ser assimilado ou recepcionado pela população urbana de Curitiba, com as devidas mediações da cultura popular.

A cultura dos bacharéis e a cultura popular em Curitiba não eram exatamente as mesmas, em um plano simbólico. Cada uma carregava consigo um conjunto de crenças e imagens de mundo bem distintos. Os bacharéis que se estabeleciam na cidade traziam consigo valores e saberes que foram interiorizados nos anos de formação acadêmica e na experiência profissional adquirida na atuação política em centros urbanos como São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Por um lado, se os bacharéis foram um dos grupos sociais responsáveis pela abstração em relação à realidade brasileira, principalmente no caso das leis e das suas posturas ideológicas, foram esses mesmo personagens que deram os primeiros gritos de alarme e denunciaram os artificialismos¹⁵². Portanto, o modo como eles percebiam o

¹⁵² C.f. FREYRE, G. *Op. cit.*, p. 720.

seu entorno era bastante complexo e muitas vezes foram os primeiros a despertar para uma série de problemas políticos e econômicos que as pessoas comuns não seriam capazes de perceber.

Muito diferente dos bacharéis, a cultura urbana de caráter popular tinha uma maneira própria de fazer protestos e denúncias. Ela se preocupava com um conjunto de problemas mais materiais do que políticos. Antes de 1874, dificilmente se publicava algum protesto na imprensa. No entanto, a partir daí, eles passaram a ser frequentes e tomaram uma dimensão nunca vista antes. Pela primeira vez, os moradores começaram a denunciar irregularidades e eventualmente ações criminosas de agentes públicos mais próximos do seu cotidiano, como no caso dos fiscais da câmara e da guarda municipal. Quase a totalidade delas era publicada anonimamente. Por essa razão, é difícil saber em que condições sociais essas pessoas realmente se encontravam. Em nenhum momento se pode descartar a possibilidade de que, por trás de muitas denúncias, estivessem, na verdade, os próprios bacharéis e lideranças políticas, atacando seus inimigos e adversários políticos. Apenas uma análise minuciosa dos protestos poderia fornecer indícios a respeito disso.

Depois de ter sido recolhida a maior parte deles, principalmente aqueles publicados no jornal "Dezenove de Dezembro", foi possível concluir que os seus autores eram provenientes de distintos grupos sociais. Inclusive, podiam ser agricultores do rocio ou até mesmo presos da cadeia pública. Entretanto, algumas acusações mais elaboradas podem gerar suspeitas. Para citar um bom exemplo, vejamos um caso de 1879, em que um morador, identificado como João Catana, teceu críticas bastante pessoais ao então bacharel e juiz municipal Emygdio Westphalen:

"O JUIZ FEIJÃO

*É um herói... nas ferraduras,
Um sábio... na presunção;
Tem sabor de rapadura
Misturada com feijão*

*Qual Sansão... na estupidez
C'uma caveira na mão
Engole d'uma só vez
Meio alqueire de feijão*

*É juiz... por impiedade
D'esta triste situação,
Ele confunde hermenêutica
Com caldo de feijão*

*Mui leproso e catinguento
Vai picando o tal fuão
Que também precisa unguento
De bata com feijão*

*Seus despachos são pautados
Contra o direito e razão;
Só tem a praxe estudada
Da carne seca e feijão.*

*Lá na paLa, onde nasceu,
É tido por sabichão;
Mas aqui... pobre sandeu
Come milho com... feijão"¹⁵³*

Nesse caso, a crítica é dirigida diretamente a um bacharel. São questionadas suas capacidades intelectuais como profissional e juiz de direito. Esse tipo de crítica não poderia ser de autoria popular. Estão presentes elementos que apenas alguém pertencente ao pequeno grupo de bacharéis poderia conhecer. É muito provável que o bacharel Justiniano de Mello e Silva estivesse por trás dessa crítica na forma de poema. Naquela época, nenhum personagem mostrou compreender melhor o contexto político da província e da capital do que ele. Além de ter sido aquele que mais publicou textos polêmicos na imprensa, atacando seus adversários do partido liberal. O juiz Emygdio Westphalen e o advogado Justiniano de Mello e Silva, no ano de 1879, eram grandes inimigos políticos e diversos conflitos entre eles foram travados na imprensa e nos processos judiciais. Alguns deles serão discutidos no terceiro capítulo. Nesse momento, o que é preciso mostrar é que muitos protestos podiam ser na verdade de autoria dos próprios bacharéis, utilizando pseudônimos.

¹⁵³ *O Paranaense*. Curitiba, 23 nov. 1879, p. 3.

Apesar da cultura dos bacharéis possuir elementos fortes de crítica social, argumentação retórica e dissidência política, as pessoas comuns também tinham uma postura crítica em relação à administração da cidade. Antes da instalação da iluminação pública na capital, esse tipo de protesto popular era casual e na grande maioria das vezes não passava de cobrança de dívida. Apenas um jornal, "O mascarado"¹⁵⁴, de 1861, que foi impresso por um curto período de tempo, apresentava protestos e alguns níveis de crítica social. Foi só depois da instalação da iluminação, é que houve uma verdadeira explosão de protestos populares que exigiam e cobravam medidas das elites locais. Essas pressões que vinham de baixo provavelmente podiam influenciar o modo como as elites podiam perceber e enfrentar certos problemas da cidade. Os moradores podiam, de certa forma, demandar publicamente medidas políticas por parte da câmara, da presidência e da assembleia através de protestos, mas é difícil saber até em que medida eles eram eficazes.

A câmara municipal, em 1874, reconhecia que a total ausência de iluminação pública era um grave problema para uma capital:

*"Triste por certo é confessar-se que a capital da esperançosa e já tão importante província do Paraná ainda não goze do melhoramento da iluminação pública, vivendo até hoje condenada às trevas da noite, como qualquer insignificante e pobre povoado do Império"*¹⁵⁵.

Algumas semanas depois, foram instalados 100 lampiões de querosene que dariam vida às noites da cidade. Como muitos não puderam ser atendidos de imediato, um forte sentimento de desigualdade levou os moradores a protestar ao longo de anos contra as más condições da iluminação pública. Um morador dizia: "A lei deve ser igual para todos. A rua Direita, do morro que se escava para cima, não merecerá um lampião ao menos?"¹⁵⁶. Outros criticavam a falta de iluminação em certos dias da semana e em determinados locais¹⁵⁷. Havia noites, inclusive, em que nenhum lampião era colocado nas ruas. Esse foi um dos primeiros e mais importantes

¹⁵⁴ *O Mascarado*. Curitiba, ano I, 30 nov. 1861.

¹⁵⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 23 fev. 1874, p. 3.

¹⁵⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 25 mar. 1874, p. 4.

¹⁵⁷ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009, 116.

conflitos entre os moradores e a câmara. Pela primeira vez, os cidadãos, reservando-se no anonimato, podiam cobrar publicamente medidas através de jornais de ampla circulação, sem que fossem censurados.

Em geral, os protestos originavam-se de questões e problemas muito diversos. Cada um deles é um indicador do modo como os moradores percebiam os problemas à sua volta e procuravam solucioná-lo. Existiam vários níveis de percepção e posicionamento político que estavam implícitos nessas denúncias. Os moradores podiam protestar contra todo tipo de violação às posturas municipais¹⁵⁸. Em geral, protestava-se contra o preço do pão e da carne, o cartel dos padeiros, os cães soltos e o acúmulo de sujeira nas ruas, as irregularidades do mercado municipal ou, ainda, contra ébrios baderneiros que atiravam injúrias contra famílias que passeavam pelo largo da matriz¹⁵⁹. Outros, por sua vez, preparavam uma lista bastante extensa de problemas num tom sarcástico e irônico, como nas denúncias de um tal de "Não sei porque"¹⁶⁰. Algumas denúncias podiam expressar preconceitos contra grupos sociais estigmatizados, como no caso dos negros na cidade. Dizia um morador em 1879: "Por que consentem nesta capital que negros imundos escrevam... em papeluchos em forma de jornal?"¹⁶¹. O caso mais excepcional foi o dos presos da cadeia pública que, de alguma maneira, conseguiram ter acesso à imprensa e denunciaram o carcereiro que deixava todos os dias as suas obrigações na cadeia para ir vender pães no mercado municipal¹⁶².

Certamente que muitos desses problemas já eram alvos de protestos nas ruas, nos bares da cidade e nos círculos de amigos. Mas o que chama a atenção nessas denúncias, é que, a partir de 1874, o modo como elas eram realizadas foi ampliado drasticamente e passaram a ter um impacto muito maior. Os moradores descobriram o anonimato e a imprensa, e os empregaram como uma forma de instrumento político. As denúncias populares eram apenas fragmentos de um tipo de participação política que só se tornou possível graças à imprensa que intermediava os conflitos. Além disso, os moradores podiam guardar o anonimato para não correrem riscos de represália. Não é possível saber se realmente esses protestos surtiam o efeito que seus autores desejavam. Mas certamente, esta era uma forma

¹⁵⁸ C.f. PEREIRA, M. *Posturas municipais Paraná, 1829 a 1895*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

¹⁵⁹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIV, 3 mar. 1877, p. 4.

¹⁶⁰ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 27 jan. 1875, p. 3.

¹⁶¹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVI, 20 fev. 1879, p. 4.

¹⁶² C.f. *O Paranaense*. Curitiba, ano I, 8 jun. 1878, p. 4.

de participação popular, intermediada pelas elites, e é muito provável que essa mudança tenha sido influenciada pelos constantes debates e denúncias na imprensa, travados pelos bacharéis.

Os protestos na imprensa são indicadores importantes de muitos conflitos sociais entre grupos e indivíduos de classe média urbana, que ocupavam uma posição intermediária no âmbito da própria cultura. Através de seus protestos, as demandas populares podiam chegar até a imprensa local. Mas nesse momento, gostaria de apresentar alguns dos conflitos sociais de grupos mais desfavorecidos que foram captados em processos judiciais e que, muitas vezes, assumiam um caráter de protesto contra uma situação de injustiça e de desigualdade social.

Nas ruas de Curitiba, qualquer um poderia ser vítima de injúrias, perseguições, espancamento e morte por tiros, facadas e pauladas. Os processos criminais do período documentaram dezenas desses acontecimentos que se desenrolavam à luz do dia. No entanto, alguns dos comportamentos considerados como criminosos, na verdade, eram formas de resistência de pessoas que se encontravam em uma situação ambígua e de opressão permanente. Nos jornais e nos processos judiciais, há relatos de casos em que os escravos chegavam a atentar contra a vida de seus senhores e em seguida fugiam para quilombos próximos da capital. Em um deles, a suposta vítima acabou sendo o bacharel em direito, Tertuliano Teixeira Freitas, advogado e político atuante, primo e genro do jurista Augusto Teixeira de Freitas. Ao longo de sua carreira, ele exerceu o cargo de presidente da câmara municipal, da assembleia provincial e era um dos líderes do partido conservador no Paraná. Mas era também um senhor de escravos. Em 1881, o seu escravo Francisco Miguel teria se negado a obedecê-lo e, em seguida, teria tentado assassiná-lo. Diante daquela situação, ele teria fugido para um quilombo, localizado no quarteirão do Pacutiba[?]. O seu proprietário, sentindo-se ofendido, solicitou ao delegado de polícia seis praças armados e montados e um oficial de justiça para que batessem o quilombo e recuperassem o seu escravo que lá se encontrava refugiado. No dia seguinte, a escolta muito bem montada saiu em busca do escravo. Ele foi capturado e conduzido à cadeia pública¹⁶³.

Esses casos de atentados, assim como de homicídios e roubos, frequentemente eram divulgados nas colunas do noticiário dos jornais. Mas mesmo

¹⁶³ C.f. Autos sob o número PB045.PI7358.282, Cx. 282. 1881. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP), p. 5-6.

aqueles que aconteciam nas proximidades da cidade, chegavam rapidamente aos ouvidos dos moradores. Um caso como esse, em que um escravo atentou contra a vida de um personagem que ocupava uma posição privilegiada naquela sociedade, podia ter graves repercussões e acirrar ainda mais estereótipos e preconceitos contra todo um grupo de pessoas. Essa situação podia gerar medo nas famílias proprietárias de escravos. Os crimes como um todo, não só os cometidos pelos escravos, eram capazes de produzir uma sensação de insegurança e pressão psicológica sobre a população. Provavelmente, o caso mais grave tenha sido o do conflito do Imbuial de 1878, em que se acreditava que o próprio subdelegado havia exterminado membros de uma família de posição privilegiada e de liderança política na região e mais alguns de seus agregados, no intuito de executar um mandado judicial. Esse caso teve graves repercussões políticas e gerou um desgaste generalizado para as lideranças do partido liberal¹⁶⁴.

O sentimento de insegurança parece ter sido generalizado a partir da segunda metade da década de 70 do século XIX. Isso não se deve necessariamente ao fato de que a violência urbana e rural antes desse período não existisse. Acontece que os crimes cometidos por colonos, por brasileiros e pelas próprias autoridades públicas começaram a chegar ao conhecimento dos moradores com maior frequência, em razão da divulgação na imprensa. Um desses casos, extremamente grave aos olhos do povo, ocorreu em 1878, quando os soldados do contingente da infantaria invadiram, pela noite, a casa comercial do francês João Hajier e levaram o dinheiro que encontraram na sua carteira¹⁶⁵. Em muitos outros acontecia o contrário, as vítimas da violência eram funcionários públicos ou representantes da elite local, como aconteceu em 1876, quando o guarda-fiscal da câmara foi agredido na rua pelo proprietário de uma vaca, por tê-la apreendido, andando solta nas ruas da capital¹⁶⁶. Essa situação era um elemento estressante na vida dos moradores da cidade. Não foi por outra razão que os discursos de segurança pública e as demandas por escoltas policiais nas ruas foram cada vez mais frequentes ao longo dessa década.

¹⁶⁴ C.f. Autos sob o número PB045.PI7605.289, Cx. 289. 1878. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP); e Autos sob o número PB045.PI7632.291, Cx. 291. 1878. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

¹⁶⁵ C.f. Autos sob o número PB045.PI7636.291, Cx. 291. 1878. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

¹⁶⁶ C.f. Autos sob o número PB045.PI7472.284, Cx. 284. 1876. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

Os colonos ingleses e alemães, em Curitiba, formavam um outro grupo muito pouco apreciado pelos brasileiros. Na verdade, era uma população flutuante, temida e detestada¹⁶⁷. Em regra, a população desprezava os trabalhos braçais que eram executados por eles, como no concerto de ruas e estradas e nas obras da cidade. A imagem que se tinha deles era a de que não passavam de bêbados desordeiros, principalmente os ingleses. Era comum serem abordados pelos praças e levados para a cadeia para serem processados criminalmente pelo promotor de justiça por quebra do termo de bem viver¹⁶⁸. Nos jornais eram abundantes notícias de embriaguez e desordem, que resultavam em ferimentos e na depredação de casas¹⁶⁹. Em casos mais extremos, podiam ocorrer conflitos entre os imigrantes e a patrulha da cavalaria¹⁷⁰. Essas constantes notícias nos jornais foram uma das responsáveis pela imagem que se tinha dos colonos como bêbados, desordeiros e infames. Por trás desses conflitos, na verdade, estava muitas vezes a falta de assistência da província, que podia fazê-los pobres o suficiente para encontrarem apenas nas atividades ilícitas o seu meio de sobrevivência. É muito provável que a província temesse a possibilidade dos imigrantes pobres de se tornarem criminosos. Afinal, era comum que as elites considerassem "que qualquer pessoa sem emprego estável e sem propriedade teria de se manter por meios ilícitos"¹⁷¹.

Os conflitos entre os moradores e os imigrantes foi uma constante no cotidiano da cidade. As causas para o comportamento dos colonos, principalmente, em casos de levantes populares, nem sempre ficam muito claras nas fontes. Em alguns casos, eram protestos contra as condições de vida e a falta de atenção da província na distribuição de terras e no auxílio às famílias recém-chegadas. Outros conflitos tinham um aspecto privado, como brigas e injúrias entre vizinhos, mas que do mesmo modo eram divulgados na imprensa. Alguns deles inclusive acabavam envolvendo bacharéis e advogados e acabavam prejudicando suas reputações morais. Em 1879, estourou um escândalo na cidade quando o bacharel Justiniano de Mello e Silva invadiu a casa da italiana Thereza Loyolla, arrastando-a para fora, e

¹⁶⁷ C.f. BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 84.

¹⁶⁸ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 23 nov. 1872, p. 2.

¹⁶⁹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 10 mai. 1873, p. 3.

¹⁷⁰ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 2 ago. 1873, p. 3.

¹⁷¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Vol. I, p. 58.

a espancou armado de um chinelo na mão, produzindo diversos hematomas¹⁷². A italiana, mulher extremamente miserável, era sua vizinha na praça do General Osório. Ela o acusou na secretaria de polícia da província e acabou sendo processado pelo promotor público. Esse caso gerou uma ampla comoção pública, principalmente depois que apareceram notícias na imprensa afirmando que a italiana estava no oitavo mês de gestação. Justiniano utilizou o seu jornal "O Paranaense", a sua melhor arma, para rebater as notícias e justificar a situação: "Os bofetões que dei na estúpida megera tem causado singular alarme! Também não me assiste o direito de proteger a vida dos meus filhinhos!"¹⁷³. Ele não negava tê-la agredido, mas o fez porque ela teria, primeiro, agredido seu filho, deixando-o com o rosto ensanguentado.

Outros conflitos pessoais, sem um caráter político, envolvendo bacharéis e moradores locais, provavelmente eram frequentes, mas apenas alguns casos deixaram registros. Em 1873, ocorreu um outro, envolvendo dessa vez o bacharel João José Pedrosa, um dos maiores líderes políticos e o advogado mais atuante de Curitiba. O conflito não foi tão dramático como no caso ocorrido com Justiniano, mas foi suficiente para ser denunciado em um processo criminal. Por volta das nove horas da noite, no largo da matriz, ele teria insultado com palavras injuriosas o comerciante Manoel José da Costa, porque numa noite anterior seu irmão mais novo, Joaquim José Pedrosa, teria tido uma questão com o irmão do comerciante¹⁷⁴.

Esses casos nos mostram que os bacharéis, no seu cotidiano, acabavam se envolvendo em conflitos pessoais que repercutiam em toda cidade. Essa era uma dimensão relevante da vida pública dos bacharéis que muitas vezes não damos a necessária importância. Em geral, estamos todos acostumados a vê-los em grandes disputas políticas, debates públicos no recinto da assembleia e da câmara ou ainda sentados em escrivaninhas, onde podem calmamente escrever seus livros e pareceres jurídicos. Mas não se pode esquecer que eles estavam tão vulneráveis aos conflitos pessoais do cotidiano, quanto qualquer outro morador da cidade. Aquela ideia, talvez mais apropriada ao contexto da Corte, de uma elite separada por um abismo das pessoas comuns, em Curitiba, não é verdadeira. Todas as

¹⁷² C.f. Autos sob o número PB045.PI7657.291, Cx. 291. 1879. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

¹⁷³ *O Paranaense*. Curitiba, ano II, 30 nov. 1879, p. 2.

¹⁷⁴ C.f. Autos sob o número PB045.PI7177.274, Cx. 274. 1873. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

condições materiais da cidade atingiam diretamente o modo de vida das elites. Os bacharéis estavam próximos das pessoas comuns. Os imigrantes moravam em barracos atrás de suas casas. Esses seriam outros fatores que dariam suporte a uma maior circularidade cultural não racionalizada ainda que fosse conseguida pelo envolvimento espontâneo de várias pessoas, através do medo, da violência e de outros conflitos mais diretos nada pacíficos.

2. CRENÇAS EM COMUM: OS CAMINHOS PARA O PROGRESSO

2.1 CIÊNCIA E HIGIENIZAÇÃO DOS HÁBITOS

No capítulo anterior, foram pontuados alguns aspectos contextuais de Curitiba, entre os anos de 1870 e 1883. Naquele período, as condições materiais da cidade, num aspecto físico e cultural, estavam sofrendo alterações rápidas se comparadas com as décadas precedentes. Novos hábitos e crenças foram introduzidos por mecanismos de circularidade cultural que se tornaram muito frequentes, como festas cívicas, teatros e, sobretudo, pela imprensa, que desempenhava um papel fundamental na divulgação de imagens políticas e de modos de vida mais próximos das elites. A população era levada a crer que o futuro e o progresso da província dependiam, quase que exclusivamente, de algumas poucas instituições administrativas, ocupadas pelas elites:

"Para a monotonia calma e indiferente da vida das províncias, obscuros satélites de poder centralizado e forte, é sempre um acontecimento notável o início de uma administração, e o povo geralmente esquecido dos negócios públicos agita-se de improviso em derredor do governo nascente, como que procurando em suas próprias impressões a fórmula do progresso e a palavra do futuro"¹⁷⁵.

Além disso, novos grupos sociais estavam consolidando-se no meio político e muitos dos seus valores e ideais de urbanidade tornaram-se extremamente frequentes na imprensa. As aspirações de grupos intermediários provavelmente, por força da propaganda, começaram a se aproximar cada vez mais dos ideais de

¹⁷⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVIII, 3 mai. 1881, p. 3.

civilidade cultivados por intelectuais europeizados, que se estabeleciam na capital em um número crescente, como no caso dos bacharéis, que ocuparam uma posição privilegiada nesse processo de urbanização da cultura. Por meio da imprensa, eles foram os mais importantes divulgadores de discursos ligados ao progresso e a uma ciência marcadamente evolucionista e higienista. Nos jornais, principalmente depois de 1880, são abundantes textos com discursos que revelam esses novos ideais, valores e crenças, que produziram efeitos concretos na cidade e nas relações sociais mais íntimas, como sexualidade, alimentação e práticas de higiene corporal. Mas, na maior parte das colunas dos noticiários, os bacharéis não foram, propriamente, os autores desses textos. No entanto, eram eles que cuidadosamente os selecionavam e veiculavam na imprensa. Ou seja, independente da autoria dos textos, os que foram publicados nos jornais haviam passado pelo filtro cultural das elites e, por essa razão, são do mesmo modo reveladores.

Quando se fala em novos ideais e crenças, é preciso ter em mente que, além de aspirações abstratas, eles também produziam inadvertidamente consequências sociais bastante concretas. Eram do mesmo modo capazes de demarcar territórios, criminalizar determinados hábitos e produzir exclusões sociais de camadas inteiras da população. Ao mesmo tempo em que esses ideais tornavam-se objetos de desejo para serem alcançados num futuro não muito distante, deixavam também os rastros de estigmas sociais que produziam novas desigualdades ou reforçavam as já existentes. Vejamos algumas passagens do artigo "O asno humano" de autoria desconhecida, publicado na imprensa oficial do Paraná em 1882:

"O asno humano é um sujeito de pequenas paixões, de ideias encolhidas, de vistas curtas. Como aprendeu pouco, julga os outros por si e manifesta fidalgo dedem pelo valor intelectual dos mais homens. Só é mau por tolice, porque não discerne o bem. Excessivamente ignorante, foge-lhe a noção das coisas mais elementares; é pesado, lento, preguiçoso, cabeçudo. [...] A numerosa classe destes interessantes bípedes insere-se entre a gente, sorateiramente e dá-se bem em todos os pastos. [...] Por isso o asno-humano vive gordo, barrigudo, ostentando onde quer que seja a sua obesidade física e moral. Quando morre, pede em testamento que lhe inscrevam na lápide tumular este epitáfio: - Aqui jaz Fulano, bom pai, bom esposo e bom cidadão."¹⁷⁶

¹⁷⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 26 ago. 1882, p. 3.

A figura do asno humano é um exemplo de como as aspirações da elite podiam estigmatizar elementos da vida rural e de camadas populares. A figura do asno humano pode ser, também, uma crítica das elites letradas às pequenas elites rurais mais rústicas, que, apesar de analfabetas, eram parte da população votante de Curitiba. As elites letradas eram capazes de fazer seus valores e estereótipos sociais circularem nos meios oficiais e de maior alcance na província. As características desse homem indesejado, ignorante, sem estudo, incapaz de perceber o mundo a sua volta representam bem o modo como as elites julgavam as pessoas comuns, sobretudo, os camponeses nas zonas rurais. No contexto da urbanização de Curitiba, o personagem mais correspondente à figura do asno humano era o colono estrangeiro, pobre e analfabeto. Os ideais da elite eram completamente opostos, voltados para o conhecimento das artes, das línguas e da ciência. Portanto, quando se fala de ciência nesse período não se trata apenas de uma forma de conhecimento, mas de um modo bastante sofisticado de distinção social das elites em relação ao meio popular.

Em Curitiba, a ciência era veiculada muitas vezes para a população através de notícias sobre descobertas de novos fenômenos naturais e de invenções tecnológicas que seriam capazes de oferecer novos rumos para o progresso. Portanto, o aspecto da ciência que era exaltado e impressionava o público não era a sua capacidade especulativa, mas sim a de oferecer explicações para fenômenos físicos e também sociais de forma prática, além de criar instrumentos concretos que facilitassem os diversos aspectos da vida. Como disse um anônimo:

"Sem a ciência o mundo não seria o que é, mas é um erro, infelizmente muito vulgarizado, supor-se que só as escolas meramente especulativas podem formar homens capazes de darem impulso a nossa civilização. Pelo contrário, os grandes talentos, que contribuem poderosamente para o progresso do mundo, inventam porque veem; e veem porque têm sempre estímulos diante dos olhos. [...] Eram acaso homens teóricos os antiquíssimos descobridores do vidro, dos poços que hoje chamamos artesianos e das pontes suspensas?"¹⁷⁷.

¹⁷⁷ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 12 set. 1874, p. 2-3.

A ciência, nos jornais, impressionava o público pelas suas realizações concretas como a invenção da energia elétrica¹⁷⁸, da navegação aérea por balões¹⁷⁹, a descoberta da cura de várias doenças¹⁸⁰ e as explicações para fenômenos astronômicos até então obscuros para a população. Nesses anúncios, algumas vezes chamados de "ciência para o povo"¹⁸¹, o objetivo era instruir o público cientificamente para que pudesse conhecer a verdadeira causa dos fenômenos. Com a passagem de um cometa, por exemplo, no ano 1882, o jornal "Dezenove de Dezembro" publicou uma série de explicações científicas para o acontecimento, destacando as diversas outras que foram dadas ao longo da história desde a Grécia antiga¹⁸². Os jornais também ofereciam aos leitores a biografia e as grandes descobertas de cientistas famosos como Thomas Edson¹⁸³, Galileu Galilei¹⁸⁴, Charles Darwin e até do filósofo Auguste Comte¹⁸⁵. Nesses anúncios, sempre o que se queria rebater era os velhos mitos e crenças populares em relação aos fenômenos naturais, que eram apontados como erros grosseiros de pessoas supersticiosas e ultrapassadas. O conhecimento passado de geração para geração através dos mais velhos era confrontado pelos saberes mais novos que circulavam em obras científicas, como lamentava um jovem num pequeno conto: "- oh, ciência ilusória! Exclamou meu respeitável avô vendo-me estudar na física de Ganot a teoria calórica. - Ciência vã, embusteira e abstrusa!"¹⁸⁶. Essa tensão estava ocorrendo entre diferentes níveis culturais. Na verdade, não era uma luta entre avós e netos, mas entre uma cultura letrada das elites contra uma cultura oral e plebeia. De alguma maneira, os jovens que podiam cursar um colégio ou uma faculdade tendiam a se identificar mais com a primeira.

Essas notícias de grandes descobertas e avanços científicos nos jornais, apesar de estarem mais próximas das aspirações da elite como um todo, inclusive dos bacharéis, certamente chamavam a atenção dos leitores e despertavam a sua curiosidade. Mas essa realidade da ciência vinha de longe. Os moradores,

¹⁷⁸ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 19 jul. 1882, p. 3.

¹⁷⁹ C.f. *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 13 mai. 1882, p. 3.

¹⁸⁰ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 8 mai. 1872, p. 3.

¹⁸¹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 26 jul. 1882, p. 2-3.

¹⁸² C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 7 out. 1882, p. 2-3; *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 4 nov. 1882, p. 2.

¹⁸³ C.f. *Província do Paraná*. Curitiba, 13 dez. 1881, p. 3.

¹⁸⁴ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 30 set. 1882, p. 2.

¹⁸⁵ C.f. *Província do Paraná*. Curitiba, 26 set. 1882, p. 3.

¹⁸⁶ *Província do Paraná*. Curitiba, 23 mai. 1882, p. 3.

materialmente, não tinham contato com as novas descobertas e invenções, como a luz elétrica. Em muitos aspectos, é possível indagar se, no período analisado, a ciência era de fato uma realidade em Curitiba, praticada por alguns grupos de profissionais ou se era apenas um palco visto de muito longe. Afinal qual era a repercussão local da ciência praticada na província e especialmente na capital?

Hoje é comum se fazer a distinção entre ciência e engenharia, mas, nos jornais da província, esta distinção simplesmente não existia. Ambos eram designados como ciência. Portanto, aquilo que se considerava científico, primeiro tinha um aspecto mais material, e podia ser localizado, por exemplo, na atividade médica, na circulação de medicamentos e, em alguns casos bem pontuados, na construção de máquinas, em geral a vapor, por engenheiros para a produção de erva-mate e madeira¹⁸⁷.

A dimensão da ciência mais divulgada na imprensa era a dos medicamentos, que eram extremamente abundantes na cidade. Inclusive, muitos jornais, como a imprensa oficial e os dos órgãos dos partidos liberal e conservador, possuíam fabricantes e distribuidores de medicamentos como um de seus principais patrocinadores. A província também oferecia vacinas aos moradores da capital, que eram fornecidas nas quartas-feiras no hospital da Santa Casa da Misericórdia¹⁸⁸. Mesmo as pessoas mais pobres podiam ter acesso a eles. A farmácia Requião prometia medicamentos gratuitos aos pobres e, além disso, podiam ser fornecidos aos colonos pelos farmacêuticos à custa do tesouro provincial¹⁸⁹.

Oferecer a cura para muitas doenças certamente deve ter chamado atenção da população. Existiam apenas duas farmácias na capital: a botica de Augusto Setelfeld e a farmácia Requião¹⁹⁰. Apesar disso, os medicamentos eram extremamente abundantes e faziam promessas de cura para praticamente todos os tipos de problemas ligados à saúde. As "pílulas e unguentos Holloway" atestavam

¹⁸⁷ A província do Paraná a partir dos anos de 1878 passou a dispor de diversas máquinas para produção da erva-mate e, por obra do engenheiro Antônio Rebouças, foi construída, em 1872, a primeira serraria a vapor de propriedade da "Companhia Florestal Paranaense". C.f. BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: O alimento e suas representações*, 2007. 123f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba; BIGG-WITHER, T. P. *Op. cit.*, p. 74-75.

¹⁸⁸ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIII, 8 nov. 1876, p. 4.; C.f. NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. *Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1933.

¹⁸⁹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 3 fev. 1875, p. 1.

¹⁹⁰ C.f. SUTIL, Marcelo Saldanha. "Da farmácia à formácia: Farmácias curitibanas (1857-1940)". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 25, n. 123, 1999.

sua infalibilidade contra todo tipo mal, inclusive contra a peste. A partir de 1871, Curitiba foi invadida subitamente por propagandas de remédios que passaram a dominar o espaço dos anúncios comerciais e eram os que permaneciam por mais tempo ao longo das edições dos jornais. As pílulas Holloway, por exemplo, estão presentes em praticamente todos os anos analisados. O consumo desse medicamento provavelmente era alto e uma das explicações para isto se deve ao fato de que ele, assim como os outros, era considerado um produto científico e confiável. Eles eram os substitutos das antigas fórmulas mágicas e do curandeirismo das sociedades agrárias do antigo regime. Mas, no fundo, a racionalidade ainda era a mesma. As pessoas continuavam não entendendo como os medicamentos funcionavam ou como eles atuavam no corpo. Nem mesmo os médicos possuíam um conhecimento adequado sobre isso. Esses remédios que se autodenominavam de "científicos" eram tão misteriosos e, certamente, pouco eficientes, como os medicamentos indicados pelos curandeiros de aldeia. As pessoas ainda se medicavam pela crença no poder curativo do remédio, e não pelos seus efeitos concretos na saúde. Os próprios princípios médicos sob os quais os medicamentos se fundamentavam, em geral, estavam ligados ao velho princípio da fleuma e dos fluidos. O sangue, nesse caso, assumiu esse papel e as suas impurezas passaram a ser consideradas como a origem de todo tipo de desordem e doença no corpo. Quando não era o sangue, era a urina ou as secreções retidas no corpo. Acreditava-se que a cura para todas as doenças podia ser conseguida através da purificação e do fortalecimento do corpo, de um músculo ou de um órgão.

Algo que chamou muito a atenção foram as propagandas do milagroso remédio "Unguento e as Pílulas Holloway". Era um santo remédio inventado por um tal de "prof. Holloway". Em torno de cada 3 meses a propaganda do remédio mudava e em cada ocasião era modificado também o rol das doenças para as quais o remédio prometia uma cura infalível. Depois de perseguir e anotar ao longo de 3 anos as curas prometidas, esse remédio, segundo os anúncios: era bom para ulcerações e afecções da pele, reumatismo, limpava as impurezas do sangue, impedia a repressão das secreções, curava enfermidades das pernas e dos peitos, fazia sarar feridas e chagas antigas e inflamações da pele dos jovens, além de vivificar e fortalecer as glândulas, curar escrófula, cancros, tumores, rigidez das articulações, gota, nevralgias, tic-doloroso, paralisia, dava energia aos nervos,

fortalecia os músculos, regulava a digestão, enrijecia o corpo e melhorava o funcionamento do rim e do fígado.

Todas essas promessas fazem crer que, embora os medicamentos pudessem ter uma dimensão científica no processo de fabricação e desenvolvimento, os moradores eram levados a consumi-los por mera crença nos seus efeitos curativos. Em um artigo publicado, pelo "Dezenove de Dezembro", em 1880, era proposta a seguinte questão: "Como reconhecer se um produto farmacêutico é bom?" e respondia:

"Por estes dois sinais característicos: primeiro, se aqueles que o receitam, isto é os médicos; e aqueles que o tomam, isto é o enfermos, garantem-lhe a eficácia; em segundo lugar, se a legítima aceitação granjeada pelo produto, desperta cobiçosa inveja entre diversos especuladores que buscam imitá-lo [...]"¹⁹¹.

Portanto, os medicamentos, em Curitiba, envolviam crenças e opiniões embasadas no senso comum, tanto por parte da população, quanto por parte dos médicos, que não tinham condições de testá-los cientificamente. Mesmo assim, esses últimos eram um dos poucos profissionais que praticavam a ciência, como, por exemplo, na sua atividade clínica ou quando atuavam como peritos nos laudos de corpo de delito nos processos criminais. Em ambos os casos, o objetivo era encontrar uma causa para uma doença, para um ferimento ou para a morte de um indivíduo, a partir de uma análise minuciosa dos indícios deixados na própria pessoa ou no local do crime.

A partir do ano de 1880, começaram a ser divulgados, também, nos jornais da capital, diversos artigos relacionados à saúde. Ao invés de tratar do uso de medicamentos, eles forneciam à população diversas orientações de higiene. Pela primeira vez, os jornais começaram a veicular textos direcionados para a mudança de hábitos e costumes da população em nome da saúde pública. O objetivo era introduzir na cidade um tipo de saber que fosse capaz de melhorar as condições de saúde e higiene do espaço urbano e do ambiente doméstico através de cuidados com o corpo. Esses foram os primeiros textos higienistas do Paraná e parte

¹⁹¹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVII, 10 abr. 1880, p. 3-4.

significativa deles foi divulgada no jornal "Gazeta Paranaense" de propriedade do bacharel Justiniano de Mello e Silva.

Essas orientações de higiene prática e popular aconselhavam a população sobre formas de tratamento preventivo de doenças. Um desses textos tentava convencer a população a levar os seus filhos para serem vacinados contra a varíola e prescrevia os cuidados necessários para a preservação dos dentes¹⁹². O tema mais comum foi o da alimentação. O público era orientado sobre quais alimentos eram melhor digeridos e absorvidos do que outros e os cuidados que se tinha que tomar para evitar a obesidade. Em outros casos, a população recebia orientações para consumir alguns alimentos, como leite e café, para tratar problemas no estômago e no intestino¹⁹³. Apareceram também muitos artigos intitulados como a "Palestra do Médico", na coluna de "Instrução popular" do jornal "O Paranaense". Esses artigos higienistas procuravam instruir as mulheres sobre o modo como as crianças deveriam praticar ginástica¹⁹⁴ e sobre os benefícios dos banhos frios. Em alguns artigos, a preocupação era com a higiene da cidade, com os contágios provenientes do pó que não se fixava no chão¹⁹⁵ e com a ventilação dos edifícios. As mães eram um dos principais alvos e eram frequentemente orientadas sobre todos os aspectos da saúde da criança e com os cuidados que deveriam ter com ela.

Mas por outro lado, havia um aspecto da ciência completamente distinto, que não se comunicava com essa dimensão prática e empírica. Eram os discursos ideológicos e as apologias à ciência, fortemente influenciados pelo higienismo e pelo evolucionismo. A preocupação era a de tentar compreender a razão para os males do Brasil e das incapacidades biológicas da população. As teses racistas ganharam muito prestígio e eram utilizadas inclusive em teses históricas sobre o passado colonial. Assim dizia um morador de Curitiba, em 1881: "Já uma inércia doentia, a tendência libidinosa, o acanhamento da prole, amamentada pelo leite da escrava desmoralizada, eram sintomas de degeneração - desse mal que insensivelmente corroía a raça, ativado pelo clima, e pelo *modus vivendi*"¹⁹⁶.

Na verdade, termos propriamente científicos passaram a ser empregados num vocabulário político. Os bacharéis descobriram na ciência uma rica fonte de

¹⁹² C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVIII, 27 jul. 1881, p. 2-3.

¹⁹³ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVIII, 10 ago. 1881, p. 3.

¹⁹⁴ C.f. *O Paranaense*. Curitiba, 8 fev. 1880.

¹⁹⁵ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 11 jan. 1882, p. 3.

¹⁹⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 21 jan. 1882, p. 3-4.

termos e significados que poderiam ser utilizados como elementos retóricos em disputas políticas. O bacharel Justiniano de Mello e Silva foi um dos primeiros a fazer esse tipo de interlocução. Numa coluna de seu próprio jornal, "O Paranaense", em 1877, considerou que: "Nunca a celebre lei de Darwin, 'a luta pela existência' teve uma tão patente confirmação. O indivíduo tomou o lugar da ideia: o eu suprimiu a nacionalidade"¹⁹⁷. A questão por trás do emprego do termo darwiniano, a "luta pela existência", nesse caso, teve uma acepção eminentemente política. Ela foi utilizada para se atacar o partido liberal e aludir que, por sua individualidade e egoísmo, teria acabado traindo a própria nação. Nesse aspecto, o conteúdo científico do termo foi completamente esvaziado e ganhou um sentido completamente novo, eminentemente retórico e ornamental.

O conhecimento científico era encarado como uma das principais causas para desenvolvimento pessoal e econômico. Dizia o editor do jornal "Província do Paraná", em 1881: "Queremos por este modo familiarizar uma ciência que influi e reflete sobre o bem ser de cada um, ensinando o modo de alcançar a prosperidade geral da nação"¹⁹⁸. Acreditava-se que o bom funcionamento da sociedade podia ser alcançado com a instrução científica da população. Em 1877, Justiniano de Mello e Silva, preocupado com a estagnação da riqueza no país, afirmou que:

*"No Brasil é raro ver atingirem as altas posições os mais abastados negociantes, os mais distintos industriais. Este fato se explica não só pela indiferença política que caracteriza as suas classes, como ainda pela pobreza de instrução científica, de que não tem cogitado o governo do Estado"*¹⁹⁹.

O que preocupava o bacharel era o motivo pelo qual a riqueza no Brasil não aumentava. Ele encontrou a solução na educação científica, como um dos elementos propulsores para o progresso. Esse seria um dos casos de apologia à ciência sem que seu conteúdo propriamente dito fosse explorado. O que está presente é uma crença na capacidade que teria a ciência de gerar o progresso

¹⁹⁷ C.f. *O Paranaense*. Curitiba, 16 dez. 1877, p. 1.

¹⁹⁸ C.f. *Província do Paraná*. Curitiba, 20 dez. 1881, p. 1.

¹⁹⁹ C.f. *O Paranaense*. Curitiba, 23 dez. 1877, p. 2.

pessoal daquele que a conhecesse e por consequência traria a regeneração e o desenvolvimento da nação.

Nem sempre o recurso a algum termo científico possuía uma finalidade política ou expressava uma tentativa de compreender algum aspecto da sociedade. Em alguns casos ele era empregado apenas como um recurso estético e retórico numa frase literária. A ciência podia aparecer até nos discursos de passagem ou de fim de ano dos bacharéis. Justiniano assim declarou, em 1879: "Se a ciência afirma que a vida é uma constante renovação; a alma humana vê no rápido correr do tempo como um simbolismo de si mesma"²⁰⁰. O termo ciência, nesse caso, foi utilizado apenas como um ornamento para o elogio da mocidade e da regeneração do espírito que aconteceria a cada novo ano e geração. É possível perceber, nessas passagens, que o modo como os bacharéis encaravam a ciência era extremamente eclético, misturando seus elementos com outras formas de conhecimento com as quais estavam mais habituados, como no caso da literatura e da retórica.

A figura de Darwin e a teoria da evolução eram os principais alvos das aventuras dos bacharéis nos domínios da ciência. A relação com o cientista inglês podia assumir até um caráter sentimental, místico, misterioso e profético. O bacharel Rocha Pombo, em 1882, assim descrevia sua emoção:

"Por Charles Darwin eu tenho esse ardente amor proselitico da ciência que não falta a nenhum homem. Foi-me bastante conhecer as principais leis do darwinismo para logo compenetrar-me profundamente da verdade positiva com que ele explica os fenômenos da genealogia, que digo? - todos os fenômenos do universo... Cada uma dessas leis que eu pronuncio parece penetrar em mim mesmo, nos animais, nas árvores, nas pedras, em tudo que me cerca finalmente. Tal é a estreiteza do espaço que separa a teoria do exemplo prático. Sou religiosamente darwinista"²⁰¹.

Vicente Machado, bacharel e advogado, também demonstrava possuir familiaridade e conhecimento em relação à teoria darwinista e, assim como Rocha Pombo, sua leitura era bastante parcial. Interpretando ao seu modo a teoria de Darwin, ela era:

²⁰⁰ C.f. *O Paranaense*. Curitiba, 19 jan. 1879, p. 1.

²⁰¹ C.f. *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 27 mai. 1882, p. 3.

"[...] a reguladora do desenvolvimento do homem como molécula social, isto é, a sua influência sob o ponto de vista sociológico, temos necessidade de expô-la, tal qual a concedeu o seu autor, como lei do universo no desenvolvimento psicológico da criação permanente"²⁰².

Essa passagem dentre tantas outras, revela um aspecto bastante peculiar do modo como Vicente Machado compreendia a teoria da evolução. Ele a concebia numa dimensão sociológica e psicológica, coisas que nunca foram propostas por Darwin. Numa passagem mais adiante, ele continua:

"Estudar a questão, porém, acomodando os princípios de teoria darwiniana ao desenvolvimento da vida sociológica, ou por outra, como atrás dissemos, estudar a influência do darwinismo no desenvolvimento do homem como molécula social, é o nosso fim principal, e que não poderíamos realizar, sem ter feito um resumo da teoria de Darwin, dentro dos limites em que ele a estabeleceu"²⁰³.

Esses textos foram os primeiros a aparecerem na imprensa paranaense, veiculando essas ideias sobre a teoria da evolução e revelam muito bem como os bacharéis as recepcionaram. Eles entendiam que uma explicação científica e sociológica deveria basear-se em elementos naturais, como a composição racial da população e o clima. As crenças dos bacharéis em relação às possibilidades da ciência eram muito fortes. Mas o que Vicente Machado, Justiniano de Mello e Silva e Rocha Pombo sustentavam não era genuinamente a teoria de Darwin, e sim as bases do darwinismo social nascente e as teorias racistas que procuravam compreender o contexto social brasileiro a partir da miscigenação e da degeneração das raças.

2.2 A FAMÍLIA E AS MORALIDADES DOMÉSTICAS

Na seção anterior, foram apresentadas algumas das várias dimensões da ciência que circulavam em Curitiba através da imprensa. Foi dito, também, que uma

²⁰² C.f. *Província do Paraná*. Curitiba, 12 mai. 1882, p. 1.

²⁰³ C.f. *Província do Paraná*. Curitiba, 12 mai. 1882, p. 1.

parte significativa daquilo que era chamado de conhecimento científico, na verdade, expressava crenças ligadas à ideia de progresso e de regeneração econômica, social e cultural. Essas convicções ideológicas, no fundo, desempenhavam uma função moral e política. Os bacharéis, como nenhum outro grupo na cidade, autodenominavam-se como um de seus detentores legítimos, principalmente pela formação que possuíam e pela posição política que ocupavam. Eles, de fato, eram apologistas da ciência e acreditavam que através dela todas as dificuldades da província e a estagnação econômica do país seriam resolvidas. Para se conseguir o progresso, bastava, portanto, instruir a população com o conhecimento sociológico e econômico, nos moldes do darwinismo social, para que as pessoas, como células sociais, soubessem como administrar seus negócios e prosperassem junto com a nação. Apostava-se também na melhoria das condições de vida através de orientações ligadas à saúde do corpo, à alimentação e à higiene urbana.

A ciência era, portanto, um ideal de urbanidade, mas não era o único. Outras projeções sociais ligadas ao modo de vida da população eram veiculadas na imprensa através de preceitos morais, que tinham como objetivo introduzir na população determinados valores, ligados à família, ao trabalho, ao regime dos vícios e à condição da mulher. A ênfase era na ordem, na submissão e na disciplina do trabalho para que os pobres e trabalhadores pudessem melhorar suas condições de vida e colocar ordem em suas casas²⁰⁴. Assim como a ideia de ciência e de progresso, essas normas sociais passavam pelo filtro das elites, que no caso da imprensa, era representada pela figura dos redatores e proprietários dos jornais. Gostaria de passar para a análise desses valores e identificar alguns elementos da moralidade que circulavam na cidade naquele período.

Os hábitos prescritos para as mulheres eram parte de um projeto de civilidade no ambiente doméstico que refletia como um todo sobre a sociedade. Se a esfera pública e o trabalho fora de casa eram atribuições masculinas, às mulheres restava o papel de administradoras e educadoras no lar. Desse modo, as expectativas em relação a elas eram grandes e os jornais não se cansaram de definir o seu lugar e o seu papel na sociedade. Assim se dizia, em 1883: "Uma mulher deve entrar para a casa de seu marido, que vai ser também a sua, pronta para saber governar a si mesma e aos outros; ela deve também contrair os hábitos de ordem e de inteligente

²⁰⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Vol. I, p. 58-59.

atividade"²⁰⁵. Uma das obrigações da mulher casada era a de instruir-se nas tarefas domésticas para engrandecer a família e a sociedade: "O hábito de refletir, de calcular as horas e de empregá-las a propósito de modo a executar o pleno poder que deve presidir o preenchimento dos deveres cotidianos, leva por si mesmo as mais felizes consequências"²⁰⁶. Nada podia ser considerado mais belo do que:

"Uma mulher moça e bem educada, no exercício de suas funções domésticas, ora cortando vestidinhos para os filhos, ora corrigindo os erros das criadas, ora ordenando preparo para o jantar, ora finalmente percorrendo toda a casa examinando se tudo está limpo posto em seu lugar, se há flores nas jarras, se há no lavatório, se estão decididos os transparentes para não dar o sol nos móveis, se na mesa de trabalho do marido está tudo em ordem, se as roupas caseiras estão preparadas convenientemente para quando ele voltar da loja, da oficina ou do escritório"²⁰⁷.

Toda mulher deveria procurar satisfazer-se com a realização das atividades domésticas e nada poderia lhe ser mais benéfico: "A vida doméstica não rouba, mas antes duplica os encantos da mulher"²⁰⁸. O governo da casa era a principal maneira para que elas desenvolvessem a inteligência e as mais puras virtudes como: "A honestidade, o desvelo, a caridade, a compaixão, a generosidade, em resumo - amor conjugal, - maternal, filial, fraternal, são virtudes de grande apreço, puramente domésticas"²⁰⁹. A sua função mais sublime era amar: "Mas amar inteligente proficuamente, isto é: amar, cumprindo todo os deveres de esposa, de mãe, de filha e de irmã"²¹⁰. Todos esses argumentos de ordem moral eram empregados como uma forma de educação, considerada mais apropriada ao seu sexo. Não se esperava nada além disso.

A mulher era sempre colocada como objeto de desejo e contemplação, mas, em nenhuma ocasião, era vista como alguém capaz de desejar a não ser que fosse o bem do próprio lar. Embora tivesse um espaço de atuação bastante restrito, suas qualidades eram exaltadas e louvadas: "A mulher é o encanto da criação, o ídolo

²⁰⁵ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1883, p. 3.

²⁰⁶ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1883, p. 3.

²⁰⁷ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1883, p. 3.

²⁰⁸ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1883, p. 3.

²⁰⁹ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1883, p. 3.

²¹⁰ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 jul. 1883, p. 3.

das nossas adorações, o palpite dos nossos peitos, o cismar das nossas almas. Ela é a fonte donde emanam os pensamentos mais sublimes para o poeta [...]”²¹¹. Em outro artigo: “As qualidades exclusivas do homem são necessárias para o trabalho e para a luta; mas qualidades da mulher são necessárias para a poesia e para o amor”²¹². A imagem que se apresentava da mulher era a de um ser misterioso e enigmático que desafiava os afetos masculinos: “Todos sabem o que é um álbum; poucos, muito poucos de vós sabeis o que é uma mulher”; e continua: “Que é a mulher? Um coração que não se cansa de amar”²¹³. Quando um cometa pode ser observado da terra, em 1882, a figura da mulher foi tomada de imediato como inspiração:

“Os cometas são na criação uma das coisas mais admiráveis: assim são as mulheres. Os cometas são incompreensíveis, belos e excêntricos: assim são as mulheres. Os cometas brilham com esplendor especial, mas de dia perdem seu brilhantismo; assim são as mulheres. Os cometas excitam também a admiração dos filósofos e dos homens rústicos: assim são as mulheres. Os cometas e as mulheres são, portanto análogo; mas apesar de serem elas e eles indecifráveis, o que ao homem resta é olhar com admiração e amor para estas”²¹⁴.

Esses elogios, na verdade, demarcavam os papéis desempenhados pela mulher na sociedade, que era, além disso, obrigada a ostentar sempre a beleza e a bondade. Caso lhe faltasse a primeira, havia como compensar: “A sábia natureza recompensa a mulher feia dando-lhe um excelente coração. Se seu físico é refratário ao amor dos homens, em compensação suas qualidades morais são altamente recomendáveis [...]”²¹⁵. Na verdade, a mulher feia, segundo um folhetim, dava mais vantagens do que desvantagens para o marido: “O marido da mulher feia é quase sempre homem alegre, rubicundo, gordo e amigo do próximo. O marido da mulher bonita é desconfiado, magro, inquieto, nervoso e malcriado [...]”²¹⁶.

Essas considerações dirigidas ao sexo feminino são um bom exemplo de como os jornais eram capazes de criar imagens e estereótipos sociais. Apesar

²¹¹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XIX, 16 nov. 1882, p. 2.

²¹² *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXIX, 11 nov. 1882, p. 3.

²¹³ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXVII, 11 jan. 1880, p. 3.

²¹⁴ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXIX, 11 nov. 1882, p. 4.

²¹⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XIX, 6 nov. 1872, p. 2.

²¹⁶ *O Paranaense*. Curitiba, 14 set. 1879, p. 1.

dessa imagem da mulher não existir concretamente no cotidiano das relações familiares, a partir do momento em que elas passavam a circular frequentemente nos jornais podiam ser recepcionadas com as devida mediações pelo elemento popular. Na verdade, todo esse imaginário idealista sobre a mulher mascarava um contexto completamente diverso. Quantas eram obrigadas a trabalhar? Quantas não possuíam criadas ou um lar para governar? Quantas sofriam violência doméstica e institucional? Na década de 70 do século XIX, com o constante fluxo de famílias de imigrantes pobres na cidade, esses números não seriam pequenos. A exaltação da beleza da mulher e de seus atributos domésticos acabava, apenas, mascarando uma realidade mais dura a que elas estavam submetidas.

Além de criar a imagem de um prestígio doméstico das mulheres, os jornais, depois dos anos de 1880, começaram a prescrever medidas higienistas para as mães de família com a intenção de prepará-las melhor para os cuidados e a educação dos filhos²¹⁷. Em 1883, o jornal "Província do Paraná" publicou o "Decálogo das mães":

"I. Criará teu filho com teu leite, e, se de todo em todo não puderes, vigiarás atentamente pela sua imaginação. II. Não apartará antes que lhe nascerem os dentes[...]. III. Não usarás de medicamento além daquele que o médico receitar, repelindo a intervenção de qualquer curandeiro. IV. Trará sempre teu filho muito limpo [...]"²¹⁸.

Os médicos mostravam-se preocupados com a falta de conhecimento das mães sobre as necessidades e os cuidados com as crianças: "Há uma coisa que sempre me deu que pensar e da qual tenho tido provas evidentiíssimas em toda a minha vida: refiro-me à profunda ignorância das moças em geral com respeito aos primeiros cuidados que um recém-nascido reclama"²¹⁹. Essas prescrições e cuidados pelo menos eram mais realistas em relação à mulher. Nesses artigos médicos, a imagem idealizada da mulher como senhora do lar simplesmente não aparece. Na verdade, os seus dotes domésticos, conhecimento e inteligência eram confrontados pela opinião técnica dos médicos.

²¹⁷ *O Paranaense*. Curitiba, 7 dez. 1879, p. 3.

²¹⁸ *Província do Paraná*. Curitiba, 24 mar. 1883, p. 2.

²¹⁹ *Província do Paraná*. Curitiba, 8 nov. 1881, p. 2.

Além do modo como deveriam cuidar dos filhos, as mulheres eram induzidas pelos anúncios dos jornais a se preocupar com moda. Alguns livros, como almanaques²²⁰ e guias ilustrados de figurinos parisienses²²¹, eram direcionados a elas. A partir desses anúncios, não é possível dizer se as mulheres na cidade estavam sendo seduzidas, numa proporção significativa, por objetos de consumo. Mas alguns anos antes, um artigo parece ter se preocupado com a questão:

*"O luxo é a serpente desse moderno paraíso que se chama lar doméstico. Quantas, seduzidas pelo brilho de um vestido da última moda, de corte elegante, de caprichosa cor, quantas [...] se não acreditam infelizes só porque os maridos não podem proporcionar-lhos [...]. A vaidade, todos sabem, é a paixão que mais domina a mulher"*²²².

Até aqui, a imagem predominante que se tinha das mulheres estava restrito ao espaço doméstico. Em Curitiba, o primeiro texto, publicado pelos jornais que trouxe uma discussão a respeito da posição pública e política da mulher, é de 1881, quando apareceu pela primeira vez uma questão sobre o sufrágio universal e a participação das mulheres nas eleições. O texto era uma transcrição das partes mais importantes do programa eleitoral apresentado pela socialista Luiza Miguel, em Paris. Ela dizia:

*"Cidadão e cidadãs, - As eleições aproximam-se. Suponho que, desta vez os eleitores não se deixarão iludir, como têm feito desde que o sufrágio universal tem visos de existência. Disse tem visos de existência e sustento a expressão, porque como verdade, o sufrágio universal não existe. É lógico que, no nosso país, se os homens tenham o direito de votar, enquanto que as mulheres são condenadas a deitar remendos nas calças dos filhos? Não, mil vezes não. Urge que isto mude e é chegado o momento de mudar"*²²³.

Mais uma vez, nesse caso, os jornais introduziam novas discussões sobre temas nunca antes debatidos publicamente. Além disso, o texto era de uma radicalidade enorme para uma sociedade como a curitibana daquele período. Mesmo assim o

²²⁰ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXVI, 5 nov. 1879, p. 4.

²²¹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXVI, 30 jan. 1879, p. 4.

²²² *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXII, 16 jun. 1875, p. 3.

²²³ *Província do Paraná*. Curitiba, 30 set. 1881, p. 2.

texto passou pelo filtro das elites. É difícil compreender esse processo de filtragem em particular. Em Curitiba, as mulheres nem mesmo podiam entrar e assistir as apresentações dos circos ao lado dos seus maridos²²⁴. Publicar um texto como esse certamente teria repercussão política, mas não foi possível encontrar nada a esse respeito.

Além das mulheres, os homens também eram alvos da moralidade que circulava nos jornais de Curitiba. As aspirações de comportamento de ambos os sexos eram complementares. Em 1873, num pequeno artigo, foi publicada uma lista de coisas consideradas inúteis, dentre elas destacam-se algumas referências feitas a homens e mulheres:

*"Coisas que não tem valor
Negociante quebrado.
Mulher preguiçosa.
Velho sem dentes.
Homem sem crédito.
Cabeça sem juízo."²²⁵*

O valor de um homem, não só nessa passagem, mas também em muitas outras, era medido em relação ao dinheiro e à sua riqueza pessoal. Na verdade, esses textos impunham aos homens a obrigação de obter dinheiro para conquistar a dignidade. Ambos eram tomados quase como sinônimos. O homem podia, inclusive, aproveitar-se de qualquer situação para se tornar rico. O casamento, ao invés de ser visto pelo seu lado afetivo, como acontecia no caso das mulheres, era na verdade mostrado como uma oportunidade de negócio ainda que alguns sacrifícios tivessem que ser feitos. Dizia um conto em 1874:

"Pensam que casou por amor! Qual! Quando um moço bem apessoado, polido e elegante, mesmo sendo pobre, casa com uma mulher velha, feia e ciumenta como uma demônia, é contar logo que não o faz por simpatia, mas levado por esse terrível conselheiro, chamado vil interesse [...]"²²⁶.

²²⁴ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXI, 9 mai. 1874, p. 4.

²²⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXII, 26 jun. 1875, p. 3.

²²⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXI, 31 out. 1874, p. 2.

Essa situação foi comum, inclusive, na vida dos bacharéis em direito que, depois de formados, para ascenderem mais rápido socialmente, procuravam casamento com moça rica²²⁷. O dinheiro era como que a alma de um homem, e a sua carência tinha efeitos ameaçadores. Como dizia um artigo de 1872:

*"Um homem sem dinheiro é um corpo sem alma, um corpo ambulante, um espectro que mete medo. O seu andar é triste, a sua conversação fria e narcótica. Se quer visitar alguém, nunca o acha em casa; e se abre a boca para falar é interrompido a cada instante, afim de que não possa terminar um discurso que se teme acabe por pedir algum dinheiro. Foge-se dele como de um empestado, e é considerado como um peso inútil sobre a terra. Se tem talento, não pode desenvolver, e se não tem é sempre olhado como um terrível monstro bípede, que a natureza produziu quando estava de mau humor. Os seus inimigos dizem que não tem préstimo algum, e os mais moderados sobre este assunto começam o seu elogio encolhendo os ombros. A necessidade o desperta pela manhã e da mesma maneira o acompanha à noite para a cama. As mulheres acham que tem má figura; [...]. Se quer fazer alguma reflexão não se lhe presta atenção, [...]. Se precisa alguma coisa de qualquer loja, pede-se-lhe primeiro o seu importe, e se tem alguma dívida passa por caloteiro. Se adoecer, nunca o médico acha ocasião de visitá-lo, e por fim, quando morre é levado para a vala pelos gatos pingados da misericórdia"*²²⁸.

Tornar-se rico era posto como um dever para todos. As consequências de ser pobre podiam minar todos os aspectos da vida de um homem, como uma forma de condenação. Esse provavelmente era o maior desafio que um homem podia enfrentar na sua vida. Como dizia outro texto, em 1878, todos nasciam com a vocação para serem ricos:

*"Todo homem nasce com uma certa e determinada vocação para alguma coisa; uns têm vocação de artista para pintura, outros para a música, outros para a mecânica, outros para o estudo das ciências... enfim, cada um tem vocação para alguma coisa, ainda que não seja senão para malandrice. Uma vocação, porém, com que todos nascem, todos sem exclusão absolutamente de ninguém, é..., para ser rico"*²²⁹.

²²⁷ FREYRE, G. *Op. cit.*, p. 722.

²²⁸ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XIX, 13 nov. 1872, p. 2.

²²⁹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXV, 3 out. 1878, p. 2.

Desde o ano de 1880, os jornais começaram a despertar para outro tema, relacionado, do mesmo modo, com a moralidade cívica e pessoal do homem. Agora, a vez foi a do trabalho. Em um texto sobre trabalho e economia, de 1880, algumas acusações começaram a ser feitas: "A sociedade brasileira, infelizmente, ainda não se penetrou na ideia do trabalho [...]". Isso era visto como uma chaga cancerosa: "[...] de uma sociedade que se afunda na hipocrisia odienta do vício [...]"²³⁰. Além de condenar, os jornais começaram a introduzir valores ligados ao trabalho. Em 1883, um artigo, provavelmente de autoria do bacharel Justiniano de Mello e Silva, definiu os seguintes marcos moralizantes para o trabalho:

*"O trabalho, santificando a existência, não só nos alegra e distrai no presente, como nos anima e consola no futuro. Sem ele o lar seria um deserto sem conforto e sem esperança, e a sociedade perderia todos os seus encantos, tudo quanto tem de belo e grandioso. Debalde o homem procuraria uma distração [...] nada conseguiria, porque seu cérebro estaria enfermo, porque o trabalho é o movimento, o movimento o calor e o calor é a saúde, é a vida. Feliz o ente que trabalha, porque, desenvolvendo suas forças físicas e morais, frui as vantagens resultantes de seu labor. [...] O trabalho deve ser a aspiração da humanidade porque ele é o gérmen de sua grandeza e prosperidade. Se não fora ele nada que nos rodeia existiria; a própria terra em seu estado primitivo e selvagem só nos fornecia espinhos. Erguendo um altar ao trabalho, rendemos o merecido preito aos obreiros das grandezas morais e materiais e seja ele a nossa devise o nosso fanal"*²³¹.

Nessa passagem não há nenhum argumento de ordem religiosa. A conveniência do trabalho é extraída apenas dos benefícios materiais que dele se originariam, como dinheiro, posição social e até saúde. Além de exaltar o trabalho e indicar seus benefícios, no mesmo artigo, o ócio foi indicado como um dos piores inimigos do progresso:

*"O ocioso será sempre um parasita, comensal, sem convite, nos banquetes do progresso; um desventurado da sorte, um espírito fraco, que encontrará em toda parte a indiferença e a compaixão. Ao passo que o homem diligente e laborioso, confiando em si mesmo e nos seus esforços, sem curvar a fronte, ostentar-se-á, tal qual é, com a crença no futuro que se lhe antolha lisonjeiro pelas vantagens do trabalho"*²³².

²³⁰ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXVII, 7 jan. 1880, p. 3.

²³¹ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 17 fev. 1883, p. 2.

²³² *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 17 fev. 1883, p. 2.

O problema do ócio era considerado como um vício dos jovens, mas que podia ser contornado com a educação voltada para o trabalho. Essa foi a proposta de um artigo de 1882, que acreditava que apenas da educação e do trabalho: "[...] surge a luz que redime o homem; são eles que exalam essas harmonias do contentamento e de alegria que, retemperando as forças, elevam e purificam o espírito, que assim consegue a conquista da felicidade e da ventura para o lar e para a família"²³³. E citando La Bruvère:

*"O trabalho é mais que o mundo, a sociedade e os homens podem fazer, porque: aquele que ama o trabalho tem muito de si próprio [...]. Talvez que esta opinião agrade pouco à mocidade, que ama as distrações ruidosas; que não seja aceita pelo ocioso, que detesta todo o desenvolvimento de esforço. [...] Contemplai esse ser inútil: ele assemelha-se à árvore silvestre rompendo o sol em sua elevação impetuosa, e desenvolvendo com excesso a sua vegetação"*²³⁴.

Acreditava-se que o trabalho podia aliviar três males: o tédio, o vício e a miséria. Uma das vantagens do trabalho podia ser até os pequenos momentos de ócio: "O ocioso, estando em um constante estado de repouso, não conhece as doçuras do descanso, enquanto que os minutos de sossego, são cheios de delícias para aquele que trabalha"²³⁵.

O regime moral dos vícios era mais antigo do que o discurso contra o ócio nos jornais. Em geral, constantemente, circulavam textos condenando dois tipos vício: o alcoolismo e o jogo. Em 1876, dizia-se da embriaguez: "Se a há uma paixão vergonhosa é por certo a que tirando ao homem as suas faculdades de ser inteligente, reduz temporariamente, se não para sempre, ao estado de um homem brutal e inconsciente"²³⁶. A embriaguez era vista como um vício praticado pelos pobres: "Entre as misérias que embrutecem o pobre e devem fazê-lo blasfemar contra a vida, não há nenhuma mais repugnante e humilhante do que o hábito da

²³³ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 4 nov. 1882, p. 2.

²³⁴ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 4 nov. 1882, p. 2.

²³⁵ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 4 nov. 1882, p. 2.

²³⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXIII, 8 nov. 1876, p. 3.

embriaguez"²³⁷. Em 1876, nas comemorações de carnaval, um ébrio tentou despir uma criança na rua e foi brutalmente agredido por um soldado e depois levado para a cadeia pública. Uma das pessoas que presenciou a cena denunciou na imprensa o excesso do soldado e exigiu que o mesmo também fosse levado para a cadeia²³⁸. Nas ruas de Curitiba, há muitos outros relatos de ébrios que perturbavam a paz pública e eram encaminhados até à cadeia pública quando cometiam alguma ofensa ou desordem. Todos eles eram moradores pobres e colonos.

Além da embriaguez, o jogo era considerado ainda como um vício muito pior:

"O jogo é a contração de todos os vícios; transformação rápida e sucessiva de pensamento em vício, do vício em crime, do crime em atentado: é culto a uma divindade ímpia que primeiro perde o dinheiro, depois bens, depois honra, depois a família, depois a vida e finalmente a alma"²³⁹.

Fica claro, nessa passagem, o motivo pelo qual o jogo era condenado com maior gravidade, afinal o praticante provinha de estratos sociais mais elevados e podia colocar o seu patrimônio e o sustento da sua família em risco.

As ideias construídas sobre a família só em casos muito raros apelavam para questões religiosas. Como se viu nos jornais, os argumentos eram eminentemente práticos. A família passava por um processo de laicização que acompanhava um movimento mais amplo de urbanização da cultura. Dentro desse mesmo processo cultural, em 1882, o bacharel Manuel Eufrásio Corrêa, no jornal "Gazeta Paranaense", começou a patrocinar a ideia do casamento civil. Ele publicou uma série de artigos com uma vasta reflexão sobre a necessidade da presença do Estado na instituição do matrimônio, em oposição e substituição ao religioso. Ele dizia:

"A marcha da sociedade não pode ser demorada por escrúpulos mais ou menos fundados em uma religiosidade duvidosa. As necessidades do Estado, atuando de modo imponente sobre todos os espíritos, obrigam-nos a sacudir um jugo que já não tem razão de ser"²⁴⁰.

²³⁷ *Província do Paraná*. Curitiba, 22 mai. 1883, p. 2.

²³⁸ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXIII, 1 mar. 1876, p. 3.

²³⁹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XIX, 10 fev. 1872, p. 3.

²⁴⁰ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 12 jul. 1882, p. 1.

E continua: "A decretação do casamento civil é urgente[...]. O registro de casamento, nascimento, e óbito, conquanto regulado por lei, não é feito convenientemente em algumas paróquia e em outra é absolutamente nulo [...]"²⁴¹.

A intensificação dos discursos de valorização da família, do trabalho, dos papéis da mulher e do homem e de condenação dos vícios foi a resposta encontrada por uma elite preocupada em manter determinados valores de ordem e prosperidade que antes eram mantidos por convicções e crenças religiosas. Como a religião passava por um processo de questionamento e perdia espaço para outras áreas, como a arte e a ciência, a moralidade precisou ser refundada com base em princípios morais laicos, traduzidos para a população em comandos racionais de finalidade eminentemente prática, como riqueza e posição social. Em todos os casos, o que se defendia era a manutenção da família e a ordem do lar. Tudo o que podia afetá-los era condenado, como a embriaguez, o jogo e o ócio. O pior de todos os crimes era o da mãe desnatura que abandonava ou renegava os filhos. Essa situação era tão grave, que essas mulheres em geral eram internadas em hospícios²⁴². No conjunto de todas essas imagens, com os papéis atribuídos aos cônjuges, o que se percebe é a cena de uma família burguesa e laica que se projetava na imprensa como um ideal de vida doméstica.

2.3 BIOGRAFIAS: OS BACHARÉIS NA MEMÓRIA POLÍTICA

Diante da morte de um ente querido, em Curitiba, era comum a realização de uma missa pela alma do falecido, como símbolo de afeto e ritual de despedida. Esses momentos eram compartilhados com os parentes e os amigos da família, que se reuniam na igreja do Rosário ou na igreja da Matriz. Mas, com a imprensa, alguns novos elementos foram introduzidos nesse delicado momento, dedicado à memória dos mortos. Os parentes mais próximos, através de anúncios e pequenas notas, eram capazes de convidar de uma só vez um número muito grande de pessoas para participar da cerimônia. E a notícia do falecimento podia chegar aos ouvidos dos moradores de forma muito mais rápida. Além disso, os familiares podiam agradecer

²⁴¹ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 12 jul. 1882, p. 1.

²⁴² *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, XXIX, 1 abr. 1882, p. 3.

a atenção recebida dos amigos e de médicos, como, muitas vezes, de José Cândido da Silva Muricy, além de poder dividir publicamente e por escrito os seus sentimentos de perda, inclusive com pessoas desconhecidas. Em 1872, os pais lamentavam a perda da filha:

"[...] amargurados pelo inesperado falecimento de sua querida inocente filha Adelina, veem dar público testemunho de sua gratidão a todas as pessoas que caridosamente acompanharam sua esposa em sua ausência, nas dolorosas horas de sofrimento durante os poucos dias que aquela querida filha jazeu no leito da dor."²⁴³

Era comum que os moradores, amigos e parentes de pessoas ilustres falecidas que haviam passado por Curitiba, solicitassem a presença de todos para celebrar uma missa, mas sem que houvesse qualquer tipo de intencionalidade política. Isso pode ser visto, por exemplo, nas notas de falecimento de Antônio Rebouças²⁴⁴, publicada por Cândido Muricy, e do jurista Augusto Teixeira de Freitas²⁴⁵, a pedido de seu primo e genro Tertuliano Teixeira de Freitas e de seu neto, advogado atuante em Curitiba, Alcídio Augusto Teixeira de Freitas. Essas passagens não apresentam nada de excepcional e não eram seguidas de uma biografia. Aparecem também, nos jornais, anúncios de outros bacharéis, como no caso de Teixeira de Freitas, informando a perda de seus entes queridos. Nos jornais, foi possível localizar o anúncio da morte da mãe do bacharel e então presidente da província Adolpho Lamenha Lins²⁴⁶, do pai do bacharel e presidente da câmara municipal João José Pedrosa²⁴⁷ e do cunhado do bacharel e juiz municipal de Curitiba, Agostinho Ermelino de Leão²⁴⁸. Em 1882, foi publicado por um amigo da família um poema de saudade em homenagem à falecida esposa de Justiniano de Mello e Silva e aos seus filhos²⁴⁹.

Esses aspectos do cotidiano podem parecer minúcias da vida social muito pouco importantes diante da totalidade da cultura, mas, naquele momento, o papel e

²⁴³ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 20 jul. 1872, p. 3.

²⁴⁴ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 6 jun. 1874, p. 3.

²⁴⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXX, 22 dez. 1882, p. 3.

²⁴⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIII, 9 fev. 1876, p. 3.

²⁴⁷ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 1 set. 1873, p. 2.

²⁴⁸ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 3 mai. 1873, p. 4.

²⁴⁹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 1 nov. 1882, p. 3.

o simbolismo em torno da morte estavam se alterando. De uma dimensão pública, já mais antiga, ela começava a assumir também uma roupagem política. Quando o falecido era um personagem importante naquela cidade, podia acontecer de se publicar ao lado das notas de falecimento uma pequena descrição da sua vida, carreira e das suas qualidades e virtudes morais. Em alguns casos, se o falecido tivesse um grande prestígio, sua morte era motivo para muitas lamentações e alguns de seus admiradores, podiam solenizar ainda mais o momento, proferindo nas igrejas longos e dramáticos discursos. Uma dessas ocasiões ocorreu quando o bacharel Justiniano de Mello e Silva, por ocasião dos funerais do general Osório, celebrados na igreja Matriz, proferiu um discurso de exaltação em sua homenagem: "Morreu com a coragem de Bayard", dizia:

"Havendo na vida patenteado de Dragul. Morreu, sorrindo para o sol que além se atufava num lago de mistérios, e pensando na pátria, mater-dolorosa, que ainda é mais infeliz, porque nutriu a alma com a legenda desses feitos, que assombrarão a própria história"²⁵⁰.

Nos jornais, esses discursos apareciam como biografias que exaltavam a memória do morto e fixavam uma imagem das suas realizações no passado e daquilo que teriam sido os seus ideais e valores. A morte de importantes líderes e membros dos partidos políticos podiam se tornar uma verdadeira aclamação pública, movida muitas vezes pela própria imprensa, através de notas biográficas com as quais eram celebrizados os seus feitos e as suas posturas políticas.

O papel da biografia foi muito importante naquele momento. Ela era um discurso de politização da morte capaz de produzir e sedimentar a imagem das elites em torno da figura de grandes líderes políticos. Muitas vezes, a memória do falecido chegava a ser empregada como um instrumento de disputa entre grupos rivais e partidos políticos. Alguns jornais, por exemplo, filiados a certo partido não dedicavam tantas notas e elogios a um rival falecido que fosse membro de outro partido. Por exemplo, no caso do jornal "Província do Paraná", favorável aos liberais, eram publicadas notas biográficas de membros do partido liberal: "O coração da pátria acaba de ser profundamente ferido! O grande e generoso partido liberal veste

²⁵⁰ *O Paranaense*. Curitiba, 26 out. 1879, p. 1.

pesado luto! O conselheiro José Pedro Dias de Carvalho já não pertence ao mundo dos vivos!"²⁵¹. O jornal "O Paranaense", órgão do partido conservador, por sua vez, publicava a biografia dos conservadores: "O partido conservador não podia esquecer tão distintos serviços prestados pelo seu digno e virtuoso correligionário; e hoje vem prantear o passamento, e elevar fervorosas preces pela alma do velho lutador, cedo roubado à família da pátria"²⁵². E em outra ocasião, pela morte de outro membro do partido, o mesmo jornal declarava:

*"Político intransigente, ocupava sempre o primeiro lugar na primeira fileira, quando os mais terríveis combates eram oferecidos ao partido conservador. Caráter de primeira ordem, nunca soube cometer faltas nos diversos cargos de que fora sempre honrado por seu partido"*²⁵³.

Mas as biografias nem sempre eram destinadas à exaltação das elites políticas. Em muitos casos, elas eram oferecidas em memória de mulheres, rapazes e crianças, que de um ponto de vista político não tiveram qualquer atuação. Alguns, inclusive, sabiam diferenciar aquilo que seria uma biografia popular de outra propriamente política, voltada para a aclamação de personalidades da elite. Em 1875, na biografia de um jovem rapaz de 28 anos, Fernando da Cunha Marques, os seus homenageadores declararam:

*"Não é a biografia do escritor notável, não é a apologia dedica a um feito nobre dos heróis que no campo de batalha pugnam pela dignidade de suas nações a que ora empreendemos. Não; nem a tanto podia chegar nosso arrojo, porque a nossa humilde pena sabe tão somente escrever as vozes que partem do coração - o sentimento da alma e o desabafo da dor que oprime"*²⁵⁴.

As biografias populares originavam-se principalmente de um primeiro impulso de sentimento e de comoção pela perda dos entes mais próximos. Elas podiam ser longas e ocupar várias colunas do jornal, como neste caso citado. Essas biografias

²⁵¹ *Província do Paraná*. Curitiba, 2 ago. 1881, p. 2.

²⁵² *O Paranaense*. Curitiba, 20 abr. 1879, p. 1.

²⁵³ *O Paranaense*. Curitiba, 13 jul. 1879, p. 1.

²⁵⁴ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXII, 9 jan. 1875, p. 2-3.

exaltavam não líderes políticos, mas membros de uma camada médio-urbana da população. Eram colocadas em destaque, sobretudo, as suas realizações profissionais, como aconteceu nesse caso, em que o falecido teve uma carreira interessante. Havia sido escrivão do juiz comissário das medições de terra e professor nomeado pelo presidente da província e de outros colégios particulares em Curitiba.

A notícia do falecimento das personalidades públicas do império também era acompanhada de biografia. Nesse aspecto, o vínculo entre memória, biografia e política já se tornava mais claro, mas não necessariamente para um contexto local. Todas elas pontuavam primeiro a sua filiação partidária, conservador ou liberal, e depois descreviam a carreira política, jurídica ou militar. Essa mesma estrutura pode ser encontrada nas biografias do Duque de Caxias²⁵⁵, do Barão de Pirapama²⁵⁶, do Barão do Amazonas²⁵⁷, do senador Florêncio de Abreu²⁵⁸ e do visconde de Itaborahy²⁵⁹. Uma biografia pouco comum e inusitada foi a do negro liberto Luiz Gama de 1882, considerado como um dos melhores amigos da causa da abolição da escravidão: "[...] um homem de cor negra, que veio do norte nos libambos de infelizes para os mercados do sul, que libertou-se, libertou aos seus, e consagrou sua afanosa existência à luta contra a fatal instituição servil, acaba de descer ao túmulo!"²⁶⁰. A biografia apresenta uma história praticamente épica, cujo heroísmo centrava-se na abolição do trabalho escravo no Brasil.

Mas mais significativas eram as biografias das elites locais. Uma das mortes mais lamentadas no início da década de 70 foi a do proprietário do jornal "Dezenove de Dezembro", Cândido Martins Lopes, que em 1871, faleceu repentinamente no meio da rua quando se dirigia para a casa da filha: "É triste, bem triste a missão de um amigo que, imerso na mais profunda dor, com a alma trazida de pungentes saudades, precisa tratar de lúgubre assunto que vai aumentar ainda mais a mágoa que o oprime, dilacerando a última fibra do coração"²⁶¹. Cândido Lopes era uma figura central na província. Suas filhas eram casadas com o diretor da colônia Thereza, com um capitão honorário do exército, com o 2º. tabelião da capital e com

²⁵⁵ *O Paranaense*. Curitiba, 9 mai. 1880, p. 1.

²⁵⁶ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 22 mar. 1882, p. 1.

²⁵⁷ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 9 ago. 1882, p. 1.

²⁵⁸ *Província do Paraná*. Curitiba, 20 dez. 1881, p. 1.

²⁵⁹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 17 jan. 1872, p. 1.

²⁶⁰ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 30 ago. 1882, p. 4.

²⁶¹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 3 jan. 1872, p. 1.

o inspetor da tesouraria da fazenda. Ele havia fundado o "Dezenove de Dezembro" em 1854, e, do mesmo modo, a sua biografia abre espaço para a lembrança de algumas disputas locais:

"Em 1860, tratando-se da causa de um amigo, causa que era hostilizada pelo poder no campo da política, em luta dos partidos, o proprietário e redator, seguindo mais os conselhos de seu nobre caráter do que as conveniências pecuniárias de onde provinha o bem estar de sua família, com abnegação não comum, resignando todas as vantagens que frua, recusando importantes ofertas que lhe foram apresentadas, entregou o seu periódico, livre, à defesa dos interesses do amigo"²⁶².

As biografias ajudam a identificar quem eram aqueles que ocupavam uma posição privilegiada na cidade de Curitiba. Não há dúvidas de que os jornais acabavam produzindo a imagem desses personagens conforme o seu interesse pessoal em divulgá-los. Mas em alguma medida, elas eram representativas daqueles que seriam os integrantes mais proeminentes da elite local. Um desses personagens foi o médico José Cândido da Silva Muricy que recebeu uma das maiores biografias em 1879: "O povo curitibano deu as mais eloquentes demonstrações de quanto lhe pungia a perda irreparável, catástrofe tão grande, como talvez ainda não surgisse entre os filhos desta província. [...] Morreu o primeiro cidadão de Curitiba"²⁶³. Dizia outro jornal: "O Estado perdeu um dos mais distintos e honrados dos seus servidores, a província o mais infatigável dos obreiros do seu progresso, e a humanidade um fervoroso apóstolo da caridade"²⁶⁴. Em seguida foram impressas pela tipografia oficial e vendidas na "Pêndula Meridional" a primeira biografia de um personagem ilustre da cidade. O anúncio dizia: "A biografia do Dr. Muricy, precedida do seu retrato litográfico e acompanhada do juízo da imprensa da província sobre a morte do distinto médico [...]"²⁶⁵.

Apesar de todo o apelo e zelo nas memórias dedicadas a outros membros da elite local, e também a outros médicos, como Trajano Joaquim dos Reis²⁶⁶, nenhuma delas se compara com o sentimento de perda pela morte dos bacharéis

²⁶² *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 3 jan. 1872, p. 1.

²⁶³ *O Paranaense*. Curitiba, 23 mar. 1879, p. 1.

²⁶⁴ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XVI, 20 mar. 1879, p. 1.

²⁶⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XVI, 19 jun. 1879, p. 4.

²⁶⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 20 dez. 1882, p. 3.

que haviam ocupado, em algum momento, posições de liderança política na província. Quando do falecimento do primeiro presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 1878, muitas manifestações apareceram nos jornais. O "Dezenove de Dezembro" declarava: "Grande consternação deve ser a que se tem apoderado dos paranaenses, que não podem deixar de visar no eminente cidadão, o instalador de sua província"²⁶⁷. Um do povo dizia:

"Um povo grato verte hoje lágrimas de saudosa recordação pela prematura morte daquele que primeiro o administrou. [...] Esse astro, a preciosa pedra cujo brilho ofuscava a vista dos povos cultos, empanou-se ante o horrído espectro mortuário. [...] Para os paranaenses o senador Zacarias não deve ser unicamente o parlamentar ilustre, proeminente estadista, não; ele é ainda mais que isso: é o seu fundador, aquele que, debaixo de sábio auspícios, deus a esta província a sua organização administrativa"²⁶⁸.

A exaltação dos líderes políticos parecia ser tão natural aos moradores da cidade que um anônimo afirmava: "Os filhos do Paraná não devem deixar de tributar à memória do eminente cidadão essa atenção comumente dispensa aos grandes homens"²⁶⁹. Os estadistas e administradores da província eram elevados a tal ponto que poderia representar até uma prática de culto cívico.

As biografias eram capazes de produzir a imagem daqueles que deveriam ser considerados os grandes líderes políticos. Com exceção do caso particular do médico Cândido Muricy, outras três personalidades foram aclamadas depois de suas mortes como verdadeiros heróis do Paraná. Nos três casos, eram bacharéis em posição de liderança política. O primeiro deles, como já se viu, foi o caso de Zacarias de Góes e Vasconcellos. Os outros dois casos, que foram posteriores, são o de Adolpho Lamenha Lins e de João José Pedrosa.

Quando Lamenha Lins faleceu, em 1881, imediatamente foi aclamado pela imprensa do seu partido como o maior dos líderes políticos. Nessa ocasião, o redator, Justiniano de Mello e Silva, teve a oportunidade de relembrar a todos os feitos e as conquistas políticas alcançadas no Paraná pela sua administração. Alguns temas tiveram mais destaque como a criação do "Instituto Paranaense de

²⁶⁷ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 2 jan. 1878, p. 2.

²⁶⁸ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 16 jan. 1878, p. 3.

²⁶⁹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 16 jan. 1878, p. 3.

Preparatórios”, a fundação das sociedades “Propagadora da Instrução Pública” e a “Paranaense de Aclimação” e por ter defendido os limites do Paraná contra as pretensões de Santa Catarina, tudo entre os anos de 1875 e 1877. Foi publicada uma edição inteira do jornal “O Paranaense” para saudar a memória do bacharel. Essa certamente foi uma das causas para a vitória do partido conservador nas eleições provinciais seguintes. Inclusive, o próprio líder do partido liberal, o bacharel Manoel Eufrásio Corrêa, também participou da celebração à memória de Lamenha Lins, e convocou a todos para um discurso do presidente da assembleia provincial num grande auditório para que fossem expostos os relevantes serviços prestados ao Paraná. Ele declarava:

“[...] apesar de todos os manejos da invejosa intriga, há de aparecer na história provincial como o de um dos maiores e mais felizes propagadores do seu progresso. [...] Começa para o nosso amigo a justiça da história. Os que estudarem sua curta e brilhante vida, hão de reconhecer-lhe as mais altas virtudes cívicas”²⁷⁰.

Já o caso do falecimento repentino do paranaense João José Pedrosa suscitou ainda mais comoção pública do que o caso da morte de Lamenha Lins. Arriscaria a dizer com muita segurança que nenhum outro personagem, no período analisado, foi tão prestigiado depois da morte do que esse bacharel. O caso da morte de Lamenha Lins, por exemplo, no jornal “Dezenove de Dezembro”, apareceu timidamente no noticiário. Mas diante da morte de João José Pedrosa, falecido em 1882, o caso foi muito diferente. Afinal, ele era um curitibano e havia exercido o cargo de presidente da província entre os anos de 1881 a 1882, quando então foi nomeado presidente da província do Pará. Esse personagem, desde a conclusão de seus estudos em São Paulo, quando então retornou para Curitiba, teve uma rápida ascensão política e todos haviam depositado sobre ele muitas esperanças: “Moço ainda e cheio de vida”, diziam, “era uma das justas esperanças desta província”²⁷¹. O redator do jornal “Província do Paraná” declarava: “A província do Paraná envolve-se no crepe da mais pungente dor, mergulha-se no pego das decepções as

²⁷⁰ *O Paranaense*. Curitiba, 22 set. 1881, p. 2.

²⁷¹ *O Paranaense*. Curitiba, 17 mai. 1882, p. 4.

mais tristes, ao ver atufar-se no sombrio acaso da morte, o astro que era sua vida no presente, a sua grande esperança no futuro!"²⁷².

A morte teve tanta repercussão e foi tão sentida na província, que a câmara municipal de Antonina e também o "Club de Antonina" nomearam, cada qual, uma comissão para dar pêsames à família do finado na capital²⁷³. Em várias cidades no Paraná, como na vila de Palmeira, foram realizadas missas de sétimo dia para a sua alma e tomaram luto por 8 dias. Em carta enviada ao presidente da província, diziam: "A província do Paraná vai cobrir-se de luto pela perda deste ilustre paranaense, ceifado em flor no seu posto de honra, servindo a pátria e uma de suas mais cara esperanças"²⁷⁴. No "Dezenove de Dezembro", o relator expressava os seus sentimentos: "A notícia da morte do ilustrado paranaense, acabrunhando de dor toda a população desta cidade e provocando as mais espontâneas manifestações de pesar, veio assinalar o elevado grau de respeito, estima e confiança em que sempre se manteve"²⁷⁵. Um anônimo dizia:

*"O seu talento a sua vasta erudição, o seu raro critério e as suas distintas e elevadas qualidades o colocavam em um plano tal, que poucos podem atingir. Em Curitiba constituiu ele um centro de ordem, de harmonia, de paz e bons conselhos, em torno do qual como que todos se acumulavam. Pode-se dizer sem receio algum de exagerar-se, que era raro, muito raro o momento em que não lhe batessem à porta para pedirem-lhe conselho ou conferenciam sobre os negócios da maior importância da província"*²⁷⁶.

A exaltação da figura dos bacharéis administradores, como no caso de Pedrosa, na verdade não era uma comoção meramente moral e afetiva como ocorria nas biografias populares dos moradores comuns. Nesses casos, a exaltação era dirigida para os feitos que de algum modo teriam contribuído para a urbanização da cidade e para o progresso da província. Esses eram os aspectos sobre os quais giravam as grandes biografias políticas que circulavam nos jornais. Elas assumiam o caráter de uma religião ou culto cívico e certamente é mais uma das faces do bacharelismo jurídico. De alguma forma, culturalmente, a imagem dos bacharéis, pela sua

²⁷² *Província do Paraná*. Curitiba, 17 mai. 1882, p. 1.

²⁷³ *Província do Paraná*. Curitiba, 23 mai. 1882, p. 3.

²⁷⁴ *Província do Paraná*. Curitiba, 26 mai. 1882, p. 2.

²⁷⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 17 mai. 1882, p. 1.

²⁷⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 17 mai. 1882, p. 2.

constante presença na administração da província, pela sua posição social, como um intelectual, e pelo modo em que eram colocados na imprensa, acabou produzindo a crença de que eles eram aqueles poucos que poderiam melhorar as condições da cidade, da província e guiar a todos em direção ao progresso. Todas as lamentações dirigidas à morte de João José Pedrosa falam de uma esperança perdida de progresso. Entre os anos 1870 e 1883, havia em Curitiba um sentimento ou uma crença que identificava o futuro da província e da cidade com a administração dos bacharéis. Como foi dito uma vez: "[...] o povo geralmente esquecido dos negócios públicos agita-se de improviso em derredor do governo nascente, como que procurando em suas próprias impressões a fórmula do progresso e a palavra do futuro"²⁷⁷. As biografias são reveladoras nesse sentido.

3. BACHARELISMO E COTIDIANO: POLÍTICA, IMPRENSA E ADVOCACIA

3.1 DISPUTAS LOCAIS E CONFLITOS POLÍTICOS

Nos capítulos anteriores, a preocupação foi a de localizar os bacharéis na cidade e situá-los num contexto material e cultural mais amplo. Embora tenham sido identificados como personagens determinantes no processo de urbanização cultural, ainda não foram apresentados os casos sociais que os envolviam diretamente em suas atividades profissionais e políticas, em cargos públicos e na advocacia. Até aqui, os bacharéis foram tratados no seu conjunto, como um grupo que dividia hábitos e traços culturais em comum. Nesse momento, serão abordadas algumas das mais relevantes atuações dos bacharéis: a sua atividade política e as suas rivalidades locais. A finalidade é mostrar a sua interação com o meio urbano e como, em vários aspectos, participavam em primeira pessoa da produção daquele mesmo contexto cultural. Provavelmente fique mais claro, nesse momento, como os bacharéis viam a si mesmos e como percebiam a cidade e o seu entorno.

Ao longo do capítulo anterior, sobre crenças e costumes locais, a atenção estava voltada para a circularidade cultural no âmbito da imprensa. Na segunda metade do século XIX, ela era um dos maiores mecanismos da formação da cultura urbana em Curitiba. Nenhum outro instrumento foi tão eficaz quanto ela. Mas

²⁷⁷ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVIII, 3 mai. 1881, p. 3.

existiam também outras esferas de circularidade, nas quais os bacharéis, com muita frequência, também jogavam os dados ou, até mesmo, davam as cartas. Um desses espaços era a política; aqui entendida num aspecto bastante material, como nas trocas de influência, nas eleições, nos conflitos entre os partidos políticos, nos debates da câmara e da assembleia provincial e, principalmente, na administração da província. A questão, de fato, é mostrar qual teriam sido o papel e a posição social ocupada pelos bacharéis na vida política da cidade. As fontes podem fornecer indícios importantes, mas é preciso lembrar que a política não era algo exclusivo ou de reserva dos bacharéis e das elites. Existiam muitas outras formas de atuação política, como nas agitações dos colonos, nos protestos populares na imprensa e nos processos de auto-organização das pessoas mais simples, principalmente dos imigrantes nas colônias agrícolas do Rocio²⁷⁸. Esses indivíduos, embora não tivessem uma linguagem articulada, possuíam aquilo que Thompson chama de "subpolítica":

"Se estamos interessados na transformação histórica, precisamos atentar para as minorias com linguagem articulada. Mas essas minorias surgem de uma maioria menos articulada, cuja consciência pode ser atualmente considerada 'subpolítica' - composta por superstição ou irreligião passiva, preconceitos e patriotismo"²⁷⁹.

Já foi citado anteriormente que, em Curitiba, as comemorações cívicas eram cada vez mais frequentes. Elas ocorriam nas celebrações de datas patrióticas, como a independência, e também nas festas de inauguração de instituições públicas e de novos edifícios, como o mercado municipal, que representavam um aspecto material do processo de urbanização. Nessas ocasiões, os bacharéis desempenhavam um papel central e ocupavam posições privilegiadas e de destaque. Eles sempre tomavam a frente nas comemorações e subiam nos palanques para proferir discursos diante da multidão de moradores que acompanhavam os festejos. Mas em nenhuma comemoração, os bacharéis estiveram tão presentes e foram tão determinantes, como nos festejos da vitória do Brasil na Guerra do Paraguai. Essa

²⁷⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Vol. I. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 20.

²⁷⁹ THOMPSON, E. P. *Idem*, p. 57.

feira, mais que em qualquer outra e pelos seus detalhes, oferece indícios muito importantes da posição política e cultural que os bacharéis ocupavam na cidade.

Quando, em 1870, chegou à cidade a notícia da morte de Solano López e dos últimos desfechos da Guerra do Paraguai, a cidade foi tomada por um ânimo e alegria que sufocou até o luto daqueles que sofreram grandes perdas. Dizia o "Dezenove de Dezembro": "[...] com a divulgação da agradável notícia, de todos os pontos da cidade concorriam cidadãos de todas as classes congratulando-se pelo fim que teve a guerra"²⁸⁰. A cidade imediatamente tornou-se o palco de uma grande comemoração: "Subiram ao ar por muito tempo de diferentes pontos da cidade inúmeros foguetes; e os sinos da matriz repicaram até de tarde"²⁸¹. Além das ruas da capital, a sede da assembleia e o palácio presidencial foram os principais centros das comemorações: "A banda de música da companhia de polícia, tocou o hino nacional em palácio, percorreu todas as ruas e dirigiu-se ao paço da Assembleia, [...] onde executou o hino nacional, após o discurso pronunciado pelo presidente daquela corporação"²⁸². Além do povo, saíram também às ruas os representantes políticos da província: "À noite houve uma iluminação sem igual e de novo a banda de música percorreu a cidade acompanhada de grande número de pessoas, entre as quais quase todos os membros da Assembleia Provincial"²⁸³. Muitos correram até o palácio do presidente da província para felicitá-lo até perto das 11 horas da noite e "muitos discursos foram proferidos em algumas casas e das janelas do palácio"²⁸⁴. No dia seguinte, os festejos tiveram continuidade com banda, luzes e memoráveis discursos dos bacharéis:

*"Proferiram-se discursos acompanhados de vivas entusiásticas correspondidos tanto das janelas do palácio como de outras casas, sendo entre eles os mais notáveis os dos Exmos. Srs. Drs. Dias da Rocha e Guimarães, Srs. Drs. Barros, Murinelly, Ernesto, Faria Sobrinho, e Srs. Gustavo de Castro, Luiz França e Capitão Vandely"*²⁸⁵.

²⁸⁰ CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: BANESTADO, 1940, p. 306.

²⁸¹ CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁸² CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁸³ CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁸⁴ CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁸⁵ CARNEIRO, D. *Idem*, p. 308.

Depois de ter sido confirmado o fim da guerra, organizou-se ainda uma outra celebração mais solene:

"A guarda cívica, em número muito superior ao do anterior festejo, na qual se viam enfileirados cidadãos mais notáveis e uma mocidade distinta, foi a palácio saudar o Exmo. Sr. Presidente da Província, ao som do hino nacional, [...] de descargas de alegria e de alocações cheias de patriotismo [...]"²⁸⁶.

Aquela ocasião provavelmente marcou os moradores da cidade, pois como se disse: "Não temos notícia de uma reunião tão numerosa e unânime em sentimentos"²⁸⁷. Os primeiros festejos foram organizados às pressas e muito foi feito de improviso. Apesar disso, um aspecto representativo foi a centralidade das instituições públicas e dos bacharéis no desenrolar da festa. A comemoração foi compartilhada com os moradores, principalmente nas ruas, mas quem possuía a posição privilegiada de fala, com seus discursos dirigidos para a multidão, eram os bacharéis.

Depois das primeiras comemorações, todos na cidade aguardavam pelo retorno dos voluntários da pátria paranaenses. A câmara municipal, associando-se às manifestações populares designou uma comissão para definir o programa para os festejos de recepção. Muitos dos membros nomeados eram bacharéis, como no caso de Agostinho Ermelino de Leão, Manoel Eufrásio Corrêa, Ernesto Francisco de Lima Santos, Antônio Cândido Ferreira de Abreu, Generoso Marques dos Santos, João José Pedrosa e Augusto Lobo de Moura²⁸⁸. No dia 27 de abril de 1870, chegaram à capital os oficiais e soldados tão esperados. O programa estabelecido pela comissão foi seguido e mais uma vez: "os moradores foram surpreendidos com [...] foguetes e tiros de artilharia que partiam da torre da igreja matriz"²⁸⁹.

A cidade havia sido toda preparada com arcos, tribunas e luzes. Aquele momento, dizia o redator do jornal:

²⁸⁶ CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁸⁷ CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁸⁸ C.f. CARNEIRO, D. *Idem*, p. 309-310.

²⁸⁹ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XVII, 27 abr. 1870, p. 4.

"É indescritível, escapa aos circunscritos lineamentos da linguagem humana o quadro sublime, a maravilhosa perspectiva que a cidade apresentou nestes três dias da festa mais pomposa do Paraná, talvez pouco comum em algumas das demais províncias do Império"²⁹⁰.

Um dos voluntários da pátria, Cristiano Pletz, também ficou surpreendido com o modo como foram recebidos: "A manifestação feita pelo povo de Curitiba aos sobreviventes da guerra do Paraguai, não se pode descrever. O entusiasmo era tal, que se pode classificar de loucura"²⁹¹. E mais uma vez os bacharéis tomaram a frente nas celebrações. A tribuna popular, edificada na frente da igreja matriz, não tinha outra finalidade se não a de servir como suporte para os discursos e declamações dos bacharéis. De lá eles proferiram praticamente todos os discursos e recitaram poesias patrióticas que eram freneticamente aplaudidas pela multidão: "Tomando sucessivamente lugar na tribuna os Srs. Drs. chefe de polícia, Barros, M. Eufrásio, Generoso, Pedrosa, Faria e Ernesto, capitão Previsto e Coriolano Motta e outros, fizeram discursos secundados por estrondosas manifestações de aplauso"²⁹². E naquele momento de tamanha exaltação, pelo menos em curto período, houve trégua entre os partidos políticos: "Reinava uma completa cordialidade entre os diversos créditos políticos"²⁹³.

Cerca de um mês depois daquelas celebrações, chegaram à capital um segundo grupo de voluntário da pátria, contando com 6 oficiais e 37 soldados²⁹⁴. Mais uma vez a câmara municipal nomeou uma comissão composta, sobretudo, por bacharéis, como Lourenço de Sá Ribas, Bento Fernandes de Barros, Sérgio Francisco de Souza Castro, Tertuliano Teixeira de Freitas e Joaquim de Almeida Faria Sobrinho²⁹⁵. Os bacharéis, novamente, tomaram a frente e proferiram vários discursos. O mais exaltado deles foi o do bacharel, então vice-presidente da província, Agostinho Ermelino de Leão que da varanda do palácio presidencial: "dirigiu-lhes uma alocução unguida do mais fervoroso patriotismo"²⁹⁶.

A posição e a presença dos bacharéis nessas comemorações são coisas que não podem passar despercebidas. Elas são representativas do papel político

²⁹⁰ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XVII, 30 abr. 1870, p. 3.

²⁹¹ CARNEIRO, D. *O Paraná na Guerra do Paraguai*, p. 157.

²⁹² *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XVII, 4 mai. 1870, p. 3.

²⁹³ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XVII, 4 mai. 1870, p. 3.

²⁹⁴ C.f. CARNEIRO, D. *O Paraná na Guerra do Paraguai*, p. 323.

²⁹⁵ C.f. CARNEIRO, D. *Idem, ibidem*.

²⁹⁶ CARNEIRO, D. *Idem*, p. 324.

exercido pelos bacharéis no imaginário da população local. Em todos os momentos, eles desempenharam os principais papéis e eram reconhecidos como aqueles que mais legitimamente tinham o direito e as condições culturais para falar ao público. Essa relação, que se estabelecia quase que espontaneamente entre os bacharéis e o ato de se manifestar publicamente, é um aspecto importante do bacharelismo na política. Afinal, esse foi um momento em que a figura do político estava cada vez mais próxima dos atributos dos bacharéis e do seu modo peculiar de se comunicar, empregando elementos da retórica e da oratória que os outros membros da câmara e da assembleia não possuíam. Essas diferenças ficam bem claras em alguns dos debates que ocorriam na assembleia provincial e que foram publicados nos jornais. Mas, como se viu nas comemorações do fim da Guerra do Paraguai, nenhum personagem foi tão prestigiado como os bacharéis. A festa, como um todo, foi um palco para a sua performance política. Na verdade, toda ela foi intermediada por eles, seja no planejamento, através dos programas estabelecidos pelas comissões da câmara, seja nos discursos dirigidos ao público.

A centralidade dos bacharéis, no cenário político de Curitiba, foi um fenômeno cultural que se desenvolveu e criou raízes ao longo dos anos 70 do século XIX. A maior parte das fontes que atestam o contínuo fortalecimento dos bacharéis na política é proveniente das publicações nos jornais, mas não pretendo entrar nesse momento na questão do bacharelismo e da imprensa local que será objeto da próxima seção. Por hora, o que mais preocupa é no sentido de apontar a maneira como eles atuavam na política e como a compreendiam. Afinal, não havia algo mais importante na carreira de um bacharel do que a política. Esses profissionais formavam uma elite urbana que dependia de cargos públicos e que não podia se manter neutra ou ignorar a política. A carreira política era praticamente um modo de subsistência dos bacharéis. Essa dependência fez com que eles, como nenhum outro grupo na cidade, compreendessem melhor o seu contexto político e o jogo das relações de interesse para disputar por cargos públicos e por posições de destaque.

Em 1874, Curitiba contava com 2 mil votantes, dentre eles 1705 eram lavradores, apenas 38 ocupavam-se de ofícios manuais, como carpinteiros, pedreiros e ferreiros, e a outra parte era composta de 257 eleitores, que incluía cargos públicos e outros profissionais, como advogados, médicos, negociantes e

militares. Todos eles possuíam uma renda anual mínima superior a cem mil réis²⁹⁷ e o número total de votantes variava a cada ano. Embora os bacharéis representassem uma parcela muito pequena do eleitorado, eles eram os candidatos mais votados na província. Dentre eles sobressaíam figuras como Tertuliano Teixeira de Freitas, João José Pedrosa, Manoel Eufrásio Corrêa, Generoso Marques, além de muitos outros.

Um dos temas de maior preocupação dos bacharéis era o dos partidos políticos. Em Curitiba, os bacharéis estavam divididos em dois partidos, o liberal e o conservador. Não foi encontrada nas fontes nenhuma referência ao partido republicano. Em torno deles formavam-se coligações e grupos mais ou menos coerentes, ligados por laços e interesses comuns. Esses interesses nem sempre ficam claros nas fontes, mas, em geral, a preocupação era com o fortalecimento do grupo e do partido através das eleições.

Os interesses e as disputas entre os partidos podem ser traçados a partir dos jornais que se filiavam a eles. Mas, no caso do partido liberal, a questão é um pouco mais nebulosa, pois o único jornal, ainda conservado e disponível para consulta era o "Província do Paraná" e mesmo assim não é uma fonte tão rica e confiável, pois, embora fosse favorável ao partido liberal, ela se declarava como defensora dos interesses da província de modo geral. A situação do partido conservador era mais favorável. Ao longo da década de 70 e início da de 80, ele contou com o apoio dos jornais "25 de Março", "O Paranaense" e o "Gazeta Paranaense". Portanto, as críticas do partido conservador são mais fáceis de serem resgatadas do que as do partido liberal que só aparecem indiretamente e de modo fragmentário em jornais que não pertenciam propriamente ao partido, como o "Dezenove de Dezembro".

A relação entre os membros dos diferentes partidos era tensa. As denúncias na imprensa tinham um tom dramático, exaltado e muitas vezes agressivo. Essas acusações podiam ser dirigidas ao partido como um todo ou contra qualquer um em particular, inclusive o presidente da província. Dizia, em 1883, uma nota do jornal "Gazeta Paranaense":

²⁹⁷ C.f. CARDOSO, Jayme Antonio. *A população votante de Curitiba - 1853-1881*, 1974. 221f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 105.

"O partido liberal está dando ao país um espetáculo triste e repulsivo: já não somente os esbanjamentos repetidos, a especulação sórdida e indigna, a elevação escandalosa das famílias privilegiadas, o sacrifício das reformas, apostasia dos princípios mais solenemente afirmados, a preterição acintosa do merecimento [...]"²⁹⁸.

Em 1882, o alvo, dessa vez, foi o presidente da província, depois de ter sido encontrado, estendido na calçada, um cadáver que parecia ter sido morto com golpes de espada. O jornal do partido conservador logo acusou os seus adversários do partido liberal, nesse caso, o presidente da província e bacharel Carlos de Carvalho: "As administrações do Sr. Carlos de Carvalho na província do Paraná, assinalam-se com o sangue das vítimas que caem sob a espada criminosa do governo"²⁹⁹. O redator, provavelmente, Justiniano de Mello e Silva, logo esclarece suas intenções:

"S. Ex. não pode continuar à testa da administração. A reprovação moral de seu procedimento caprichoso e inqualificável o obriga a deixar a direção dos negócios públicos. A opinião pública é unânime em condená-lo e cumpre pela própria dignidade retirar-se afim de que possa o povo entrar na ordem de sua vida, alterada pelo funesto desfecho da questão comercial. A farda de S. Ex. como chefe de Polícia foi mergulhada no sangue de nossos concidadãos no Imbuial; a de presidente, nas ruas públicas da cidade, manchou-se no sangue da vítima que no dia 30 sucumbiu à mão armada da força pública dirigida pelo governo."³⁰⁰.

Essas notícias tinham como finalidade manipular a opinião pública através da imprensa. Muitas delas, como essa citada, eram capazes de gerar verdadeiras crises políticas, acirrar a disputa entre os partidos e dismantelar a imagem e a carreira de muitas lideranças políticas. Nesse mesmo caso, as acusações podiam tomar um aspecto de apelo extremamente dramático e retórico que podia impressionar os leitores:

²⁹⁸ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 21 jul. 1883, p. 1.

²⁹⁹ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 5 abr. 1883, p. 1.

³⁰⁰ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 5 abr. 1883, p. 1.

"O sangue do povo banhou o solo da nossa pacífica e ordeira província, para que o governo possa abrir as arcas do erário público aos que têm sede de dinheiro. O governo desprestigiado, decaído da posição moral em que se poderia manter se fosse mais criterioso, põe em ação todos os elementos de força para castigar o povo, de cujos esforços vive!"³⁰¹.

O presidente Carlos de Carvalho recebeu tantas críticas na imprensa, e praticamente todas elas por parte de Justiniano de Mello e Silva, que não suportou a pressão pública e solicitou, em abril de 1883, a demissão do cargo³⁰². Mesmo assim as acusações continuaram. Justiniano era um dos mais exaltados críticos da gestão do partido liberal. Ele simplesmente não dava trégua para nenhum opositor. Quando o jornal "Dezenove de Dezembro" publicou uma nota, destacando os aspectos positivos da gestão de Carlos de Carvalho, em clara oposição ao "Gazeta Paranaense", Justiniano atacou novamente: "Pobre, triste e ridícula é a posição em que sempre se colocam incensadores de mau gosto. Vergonhosa é a pretensão de iludir a opinião, quando esta já tem formado seu juízo certo e seguro a respeito de uma verdade"³⁰³.

As críticas políticas dos bacharéis nos jornais, embora muitas vezes exaltadas, tinham como finalidade instruir a população a respeito de algumas irregularidades na administração pública para em seguida apresentar o seu juízo peculiar a respeito. Fica claro que a disputa era pela opinião pública e pelo voto dos eleitores. Os próprios membros do partido liberal tentavam alertar a população a respeito. Dizia, em 1882, um representante do partido: "Sabemos que os adversários, falando aos sentimentos de amizade particular, tentam colher votos em nossos arraiais, para enfraquecer nossa chapa [...]"³⁰⁴. Mas, o aspecto mais interessante, sob essa perspectiva, é que a posição política dos bacharéis era a de intermediação entre um contexto político mais amplo e a opinião pública. Nenhum outro grupo antes deles preocupou-se em instruir a população sobre questões políticas e jurídicas. Nos jornais em que atuavam diretamente, eram comuns artigos sobre constitucionalismo, sistema representativo e partidarismo. No entanto, esses esclarecimentos nunca eram imparciais, sempre estavam inseridos na disputa entre os partidos. Se se falava em regeneração da representação e dos partidos era para

³⁰¹ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 12 abr. 1883, p. 1.

³⁰² *C.f. Gazeta Paranaense*. Curitiba, 26 mai. 1883, p. 1.

³⁰³ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 2 jul. 1883, p. 1.

³⁰⁴ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 4 jan. 1882, p. 3.

atacar a oposição. De fato, em todos os casos, a questão de fundo é sempre uma oposição entre os membros de um partido.

A acirrada disputa entre os partidos nem sempre ocorria ao nível das palavras por meio das graves acusações na imprensa. Ela podia ocorrer também até no momento da realização das eleições que, não em raras ocasiões, acabava sendo anulada por tumultos e assaltos às urnas comandados pelos líderes dos partidos. Em 1873, quando os eleitores depositavam seus votos na urna que se encontrava na igreja da matriz, subitamente, grupos do partido conservador, a mando do líder do partido, Tertuliano Teixeira de Freitas, assaltaram a urna e a arrombaram a pontapés. A cena é descrita em uma nota do governo provincial:

"Ia ser recolhida a cédula, quando o bacharel Tertuliano dá um novo sinal ao juiz de paz e este gritou: vota, há de votar! Em gritos terríveis, a malta de capangas, colocada atrás do bacharel Tertuliano, atira-se sobre a urna repetindo essas palavras. Daí em diante, não houve contê-los. Vendo o Sr. Tenente coronel Enéas e seus amigos que a urna ia ser arrebatada, empregaram todo esforço, para não ser ela tirada, como não foi, de cima da mesa e naquele ato recebeu o mesmo tenente coronel um profundo golpe de punhal ou faca na mão direita, com a qual impediu que o ferro se lhe cravasse no peito para onde era dirigido [...] o instrumento que ferira o Sr. tenente coronel Enéas fora manejado pelo próprio juiz de paz que estava próximo. Na impossibilidade de arrebatarem a urna, um dos capangas do bacharel Tertuliano, Cândido Prestes, saltou sobre a mesa, e com os pés conseguiu molgar a arrombar a urna [...]. Quando entrou a força na igreja e dissolveu o tumulto, já estava realizado a tenebroso plano do bacharel Tertuliano Teixeira de Freitas!"³⁰⁵.

As eleições podiam terminar em motins, lesões corporais e alvoroços que chocavam a população, sobretudo pelo seu caráter sanguinário. O tumulto da igreja foi apenas um naquele dia, depois ocorreram outros incidentes:

"Não terminaram, porém, na igreja os atentados. À tarde do mesmo dia da desordem, um indivíduo de nome Manoel Feliciano, que pouco antes havia votado com o bacharel Tertuliano [...], apeando-se empuxado a porta da casa do Sr. Dr. Sérgio de Castro, membro do diretório liberal, penetrou no escritório, onde este se achava, e acometeu-o com duas facadas, que felizmente puderam ser desviadas"³⁰⁶.

³⁰⁵ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 18 out. 1873, p. 1.

³⁰⁶ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 18 out. 1873, p. 1.

Essa medida dramática tinha como objetivo anular as eleições para que elas fossem adiadas. Isso porque o partido liberal encontrava-se naquele momento em vantagem em relação ao partido conservador. O caso teve uma gravíssima repercussão e foi narrado pelo "Dezenove de Dezembro" como uma questão partidária: "Os acontecimentos do dia 18, que contristaram não só a população desta cidade como a da província inteira, foram [...] o resultado do espírito partidário, sempre funesto quando não é aconselhado nos princípios da moderação"³⁰⁷. Outro caso de violência nas eleições, causado por esse "espírito partidário", ocorreu em 1876, quando no paço da câmara municipal se procedia à apuração geral das eleições para um senador e dois deputados pela província do Paraná. O recinto da câmara de repente foi tomado por um tumulto, ocasionado pelo fato de ter sido suspenso o seu presidente, João José Pedrosa. Nessa ocasião, o guarda-fiscal acabou acertando e ferindo Justiniano de Mello e Silva na cabeça com uma bengala e acabou respondendo um processo criminal por isso³⁰⁸.

A vida política dos bacharéis não era nem um pouco pacífica. Ela era intensa. Eles sempre estavam envolvidos em escândalos políticos que acabavam gerando grandes repercussões na cidade. Mas nenhuma delas foi tão conturbada e debatida como no caso que ficou conhecido como o "Conflito do Imbuial"³⁰⁹. Esse provavelmente foi o maior abalo político que Curitiba e toda a província sofreram na década de 70 do século XIX. Nenhum outro caso revela melhor a tensão entre os partidos políticos do que esse e, dessa vez, o conflito foi muito mais longe do que se poderia imaginar, ultrapassando qualquer limite moral da época. O caso ficou marcado na memória dos moradores como o massacre das autoridades policiais contra famílias indefesas. As acusações eram dirigidas contra a administração do presidente da província e principalmente contra o chefe de polícia, o bacharel Carlos de Carvalho. Mas muito do que se dizia foi praticamente inventado e exagerado na imprensa pelos bacharéis. Vejamos primeiro o relatório oficial da presidência sobre o ocorrido.

³⁰⁷ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 11 out. 1873, p. 3.

³⁰⁸ C.f. Autos sob o número PB045.PI7454.283, Cx. 283. 1876. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP), p. 2-3.

³⁰⁹ C.f. Autos sob o número PB045.PI7632.291, Cx. 291. 1878. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

A região do Imbuial, atualmente, é um bairro localizado ao norte da cidade de Colombo, mas no século XIX era um distrito afastado, que fazia parte do município de Curitiba. Em 1878, no quarteirão do Palmital, essa região foi palco de um conflito entre soldados e moradores, que acabou resultando em mortes e teve uma repercussão política nunca vista antes, envolvendo mais uma vez as diferenças entre os partidos políticos. Como foi dito anteriormente, a disputa pelo voto dos eleitores muitas vezes acabava se manifestando em tumultos e agressões. Mas, no caso do conflito do Imbuial, a disputa tomou um aspecto sanguinário na imprensa, surpreendendo aos moradores e aos líderes políticos.

O conflito começou com uma disputa judicial em um processo de execução contra João de Souza e Oliveira. A sua casa e as suas plantações de milho haviam sido penhoradas, mas isso não impediu que ele, acompanhado de cerca de 10 a 12 homens, todos armados de revólveres, pistolas, adagas e facas, invadissem os roçados, colhesse o milho e o conduzisse para a sua própria casa. Diante dessa infração, entendida como crime, constante do art. 259 do Código Criminal, o depositário dos bens, José Felix Bonet, requereu um mandado de busca e apreensão ao subdelegado de polícia da capital. O mandado foi expedido e um oficial de justiça, acompanhado de seis praças do esquadrão de cavalaria, seguiu até a casa de João de Souza e Oliveira no Imbuial, no dia 20 de maio de 1878. No entanto, o oficial de justiça foi impedido de cumprir o mandado pelo executado e por mais oito companheiros seus, dentre eles o seu próprio filho, todos também armados de pistolas e revólveres. Eles declararam que não consentiam de nenhum modo com a execução do mandado e que estavam preparados para a resistência. O oficial de justiça em seguida pediu à escolta que procedesse com o desarmamento dos resistentes. Quando um dos companheiros, Joaquim Prestes de Macedo, foi desarmado foi dado por ele ordem para que o filho de João de Souza abrisse fogo contra os oficiais, o que acabou resultando na morte de um dos soldados. Os praças do esquadrão tentaram repelir a agressão e dispararam as carabinas sobre os resistentes, caindo morto Joaquim Prestes de Macedo, um dos representantes do partido conservador na região, e fugindo os demais companheiros. Em seguida, o oficial de justiça tentou penetrar na casa e foi surpreendido por João de Souza, armado, mas acabou sendo preso e conduzido até a cadeia pública de Curitiba.

Do conflito resultou a morte de um soldado e de um companheiro da resistência. Além disso, uma das filhas de João de Souza sofreu ferimentos quando tentava impedir que seu pai fosse preso³¹⁰. Naquele mesmo dia também foi encontrado, no mato do Imbuial, próximo a uma trilha que levava à casa de Joaquim Prestes, o corpo de Joaquim Lemes, um dos que haviam tomado parte no conflito e fugido em seguida³¹¹. A notícia do ocorrido chegou à cidade no mesmo dia e causou grande revolta na população e o impacto na imprensa foi imediato.

O caso, que parecia ser apenas uma disputa judicial, ganhou dimensões políticas, principalmente pela intermediação dos bacharéis. O partido conservador, logo em seguida, nomeou uma comissão para investigar o conflito. Um dos membros, o bacharel Tertuliano Teixeira de Freitas, apresentou um relatório em que acusava José Felix Bonet de ter sido o responsável pela morte de Joaquim Lemos. Ele afirmava que Bonet estava sob proteção da autoridade policial, que, através dos seus atos, pretendia ocultar o crime. Posteriormente, Tertuliano Teixeira de Freitas chegou a ser denunciado pelo promotor de justiça por suas alegações contra o presidente da província e o chefe de polícia³¹². Os membros do partido conservador acreditavam que se tratava, na verdade, de um massacre com pretensões políticas e partidárias. A versão que sustentavam era a de que Joaquim Prestes de Macedo era um dos maiores representantes do partido conservado na região do Imbuial e lá exercia grande influência. Eles acusavam o subdelegado de polícia e o partido liberal de terem ordenado e planejado uma matança para eliminar a representação do partido conservador na região. As teses defendidas por Tertuliano foram atacadas na imprensa no relatório do então chefe de polícia, o bacharel e liberal Carlos de Carvalho. Ele negava que o conflito tivesse sido um golpe político do partido e que, na verdade, tudo havia transcorrido na forma estabelecida na lei e que tudo não passava de mentiras com pretensões eleitorais:

³¹⁰ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 23 mai. 1878, p. 3-4.

³¹¹ C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 8 jun. 1878, p. 3.

³¹² C.f. Autos sob o número PB045.PI7605.289, Cx. 289. 1878. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

"Esqueceu-se ela (a comissão do partido conservador) de que a força dos partidos políticos, alma da liberdade e do regime representativo, não se conserva pela calúnia e pela difamação, e que embora todos os interesses, todos os princípios, todas as opiniões, todas as teorias, todos os sentimentos possam encontrar suas expressão sob o regime da liberdade constitucional, há um princípio superior a que tudo isso está subordinado, princípio mais inflexível do que a lei, menos contingente do que a justiça, o pudor"³¹³.

Esse caso imediatamente tornou-se um conflito político entre os partidos e ocupou por semanas as páginas dos jornais. Pela primeira vez ao longo de toda a década, as circunstâncias peculiares de um crime e a investigação policial foram detalhadamente publicadas nos jornais, incluindo os autos de corpo de delito e o depoimento das testemunhas. Esse pode ser considerado como a primeira matéria policial na imprensa paranaense. Cada partido defendia uma versão dos fatos, embora ambos lamentassem o ocorrido. Dizia Justiniano, como uma das maiores vozes do partido conservador: "Corria há poucos dias a notícia de que as autoridades superiores da província tinham enlouquecido"³¹⁴. E continuava:

"Quem visse desfilar pelas ruas da cidade aquela massa compacta de soldados, precedida de clarins, deveria supor ou que o governo tinha perdido a razão, ou que se preparava a hecatombe dos nossos correligionários, cujo sangue já tinha ensopado a farda do presidente da província"³¹⁵.

O que indignava Justiniano era o fato de que havia sido morto pelos soldados um membro do partido conservador:

"A capital soubera, que um membro do nosso partido, pertencente a uma família influente, fora barbaramente assassinado por uma escolta enviada pelo chefe de polícia, segundo uns, pelo subdelegado, como asseveraram outros, e em todo o caso com aquiescência de ambos. [...] Mas a capital ignorava qual o crime cometido por esse conservador que caía banhado no próprio sangue diante de uma soldadesca sedenta de carnagem, e encorajada pelas promessas dos influentes da situação."³¹⁶.

³¹³ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXV, 8 jul. 1878, p. 3.

³¹⁴ *O Paranaense*. Curitiba, 26 mai. 1878, p. 1.

³¹⁵ *O Paranaense*. Curitiba, 26 mai. 1878, p. 1.

³¹⁶ *O Paranaense*. Curitiba, 26 mai. 1878, p. 1.

O objetivo de Justiniano era atacar os membros do partido liberal que controlavam a presidência da província e as secretarias. Outros bacharéis também proferiram discursos na assembleia provincial, recriminando a presidência da província pelo desfecho desastroso do conflito do Imbuial. Dizia o deputado e advogado Fernandes de Barros:

*"A polícia, sob a desastrosa direção do Sr. Dr. Augusto de Carvalho, contra a qual me pronunciava nesta casa ante ontem pelas suas medidas ofensivas à liberdade e à segurança pessoal de nacionais e estrangeiros; a polícia, cujos atos me incutiram no ânimo as mais sérias apreensões de que era o instrumento de um plano de reação descomunal contra o adversário da atual situação: essa polícia não tardou em confirmar essas suspeitas. [...]"*³¹⁷.

Até o membro do partido liberal, Manoel Eufrásio Corrêa, mostrava indignação e revolta com o ocorrido:

*"Os gritos de ameaça, o rir cínico daquele que a fazem, o barulho das armas, a desenfreada perseguição de que estão sendo vítimas conservadores prestigiosos do bairro do Imbuial, mostra que a autoridade está entregue a gente que não conhece nem teme responsabilidade de espécie alguma"*³¹⁸.

E uma voz no recinto exclamou: "São agentes que recebem ordem de uma autoridade criminosa"³¹⁹.

Os apelos dos bacharéis, representantes do partido conservador, fizeram do caso um verdadeiro espetáculo de retórica. O conflito do Imbuial era apresentado como um momento de absoluto terror gerado por um atentado da autoridade policial contra a população. O tom dramático, mais um vez predominava, e em muitos casos

³¹⁷ *O Paranaense*. Curitiba, 31 mai. 1878, p. 1.

³¹⁸ *O Paranaense*. Curitiba, 31 mai. 1878, p. 3.

³¹⁹ *O Paranaense*. Curitiba, 31 mai. 1878, p. 3.

os acontecimentos eram traduzidos por uma linguagem apelativa, muito própria dos bacharéis. Assim declarava Fernandes de Barros:

"Ainda fumega o sangue das vítimas; ainda ouve-se o eco da confusa grita de uma soldadesca feroz, unindo-se ao medonho som das armas empunhadas contra cidadãos inermes e pacíficos! Cadáveres juntam a verde campina; ao redor e ao longe derramaram-se o terror e a desolação. As esposas, os filhos, os irmãos, os amigos dos assassinados, no abismo da dor, ajuntam as suas plangentes vozes para implorar a justiça divina!"³²⁰.

Mas nenhum bacharel polemizou tanto o conflito do Imbuial, quanto Justiniano de Mello e Silva que surpreendia com denúncias quase que literárias:

"Pois bem: quando as futuras gerações indagarem pelos vossos feitos, não faltará quem aponte para um largo fosso repleto de cadáveres, e para a imagem de um louco, que atíça o incêndio de miseráveis choupanas, - exclamando: - Eis o que era o Paraná em 1878!"³²¹.

O conflito do Imbuial, como muito outros, mostra como os bacharéis eram capazes de influenciar a compreensão que se tinha sobre determinados acontecimentos na cidade, através do uso da retórica e do apelo político. O papel que desempenhavam era o de intermediadores, mas muitas vezes, o que praticavam era uma manipulação da informação, inserindo elementos não necessariamente vinculados à realidade dos fatos. Na verdade, os bacharéis introduziram na cidade um novo vocabulário político. Sem o emprego desses artifícios, que eram do domínio comum dos bacharéis, como a capacidade de narrar os eventos através de uma linguagem dramática cheia de metáforas, dificilmente teriam ocorrido na cidade as crises políticas e as polêmicas que pouco a pouco minaram a imagem e desmistificaram a aura, quase sagrada, de governantes, como o presidente da província. Pela primeira vez, a cidade podia contar com um grupo de bacharéis, politicamente atuante, que fazia da administração pública o seu objeto preferido de debate e crítica.

³²⁰ *O Paranaense*. Curitiba, 31 mai. 1878, p. 1.

³²¹ *O Paranaense*. Curitiba, 28 ago. 1878, p. 1.

3.2 A IMPRENSA E O PROTAGONISMO POLÍTICO

Durante todo o trabalho, a imprensa, como fonte principal, esteve presente em todos os tópicos e isto não foi sem propósito. Além de ter sido a fonte por excelência desta pesquisa, é preciso reconhecer que poucos documentos conseguiram, como ela, registrar com tanta riqueza e detalhe a vida dos moradores e dos bacharéis em Curitiba no período analisado de 1870 até 1883. Os jornais constantemente estavam produzindo registros de diversos aspectos do cotidiano, inclusive muitos que aparentemente não possuíam uma importância tão imediata e aparente. Através dessas fontes, é possível reconhecer grupos menores, com seu hábitos e costumes que em outros documentos dificilmente poderiam ser apreendidos. Diferente dos livros, por exemplo, e nesse caso, mais especificamente, dos livros jurídicos, os jornais eram textos sem uma uniformidade de pensamento e sua estrutura estava aberta para uma diversidade temática muito grande. Em geral, eles conseguiam absorver crenças, valores e ideias locais conflitantes e contraditórias mesmo que houvesse um filtro comum das elites. Além disso, boa parte do texto nas colunas dos jornais era produzida por moradores da própria cidade que podiam pertencer a distintos grupos sociais. Nesse caso, é possível afirmar, inclusive, que os jornais eram uma produção textual compartilhada, aberta para a participação dos moradores.

Essas características da imprensa local fazem dela uma fonte privilegiada. Além disso, os jornais em Curitiba possuíam uma circularidade muito maior que os livros, seja pelo preço, seja pela facilidade de acesso, e o seu lastro temático era tão grande que é praticamente impossível dimensioná-lo nesse momento. Portanto, o impacto da imprensa na capital não pode ser subestimado. Alguns dos principais mecanismos de circularidade cultural só se tornaram possíveis graças à presença dos jornais em Curitiba. Nesse momento, gostaria de iniciar uma análise mais detalhada da imprensa e o modo como os bacharéis comunicavam-se através dela.

Antes da instalação da imprensa local e das tipografias paranaenses, circulavam em Curitiba os jornais da corte e principalmente os de São Paulo. Os jornais paulistas que mais circularam em Curitiba nesse período foram, segundo Romário Martins: "O Governista", "O Verdadeiro Paulista", "O Ypiranga", "O

Nacional” e “O Paulista Official”³²². Quando apareceram a primeira imprensa e o primeiro periódico em Curitiba, em 1854, pela primeira vez a população da cidade pode ter acesso a documentos escritos que expressavam, ainda que parcialmente, a sua realidade e o seu contexto local. Até 1883, cerca de 30 anos depois da fundação do “Dezenove de Dezembro”, haviam sido fundados cerca de 40 jornais diferentes. No entanto, apenas uma pequena parcela deles foi conservada e encontra-se disponível para consulta nos arquivos locais. Muitos jornais tiveram uma vida curta e descontinuada, outros tiveram uma duração mais prolongada. Felizmente foi preservada uma parte significativa dos jornais que eram controlados pelos bacharéis como o “Gazeta Paranaense”, “O Paranaense” e “25 de Março”.

A imprensa era uma força modernizadora de hábitos e crenças e um catalisador cultural muito eficiente. O seu impacto, sociologicamente, podia alterar aos poucos as relações mais íntimas na cidade, como nos casos já vistos a respeito das moralidades e da família. No primeiro número do “Dezenove de Dezembro”, essas potencialidades da imprensa não passaram despercebidas:

“Às vezes solta e desenfreada como a anarquia, a imprensa atropela tudo, nada para ela é sagrado, nada inviolável; não há poder, que respeite, nem preceito a que submeta-se; ataca e escarnece do que é mais caro e precioso ao homem; subverte e desmorona sem nada edificar, e no lugar das ilusões apenas deixa o malogro e o desespero; eis o seu lado mau”³²³.

Essas passagens mostram os aspectos da imprensa que eram considerados como negativos e prejudiciais para a sociedade. Talvez, nos dias atuais, essas características não sejam assumidas como aspectos negativos, mas invariavelmente representam bem alguns dos efeitos da imprensa sobre as comunidades que passariam a estar permanentemente sob pressão, sendo questionada, desde suas bases, por ela mesma. Essa força de caráter ideológico podia derrubar antigos ídolos e eleger outros em seu lugar. Isso ficou bem claro no surgimento das comemorações cívicas, nas celebrações das lideranças políticas nas biografias e na desmistificação da imagem dos governantes nos momentos de crises políticas que

³²² C. f MARTIN, Romário. *Catálogo dos jornais publicados no Paraná de 1854-1907*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908, p. 4.

³²³ *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano I, 1 abr. 1854, p. 1.

provavelmente jamais teriam ocorrido sem o impulso dado pela imprensa. Dentre os grupos sociais do meio urbano, os bacharéis foram os que mais contribuíram para impulsionar esses efeitos, ainda que, em muitos casos, inconscientemente. A imprensa era uma força ativa que vinha de cima no sentido de promover, em muitos casos, uma reforma da cultura, como se viu no segundo capítulo. Mas, apesar dos impactos negativos, o redator também descreve aqueles que considerava como vantagens sociais:

"Outras vezes, porém, desveladamente ocupada em investigar só a verdade útil e profficua ao país, a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões de maior interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos [...]. Debaixo desse aspecto, ela tributa profunda homenagem à moralidade, e curva-se ao espírito de partido, nem ao interesse pecuniário, declara guerra à mentira, à hipocrisia, e às paixões vis e odientas: eis o belo da imprensa"³²⁴.

As vantagens e desvantagens da imprensa possuíam diversos condicionantes históricos, mas o principal deles era o grupo social e a formação cultural de quem se comunicava através dela. Nesses casos, podiam ser grupos de trabalhadores, de imigrantes, de associações literárias, assim como de bacharéis. Esses últimos, mais do que nenhum outro, podiam acirrar ainda mais as contradições entre as vantagens e as desvantagens destacadas pelo redator. A população em geral tinha o seu próprio modo para se comunicar através dos jornais ou fazer uso deles. São abundantes, por exemplo, anúncios de compra e venda de escravos, de objetos perdidos e de protestos contra devedores e oficiais da câmara. Em alguns momentos, os moradores mais cultos publicavam seus poemas e faziam críticas bastante eruditas sobre os eventos culturais da cidade, como as apresentações teatrais. Mas os bacharéis tinham o seu próprio modo de fazer uso dos jornais. Além disso, empregavam uma linguagem própria que os outros moradores jamais demonstraram nas fontes. Vários deles já foram destacados, como na questão dos debates e conflitos políticos e nas apologias ao evolucionismo e ao darwinismo social.

³²⁴ *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano I, 1 abr. 1854, p. 1-2.

A política era uma das grandes temáticas presentes nos jornais. Na verdade, muitos deles nasciam com o propósito de divulgar o programa do partido e atacar os oponentes políticos. Isso deveria causar estranheza para um historiador como José Murilo de Carvalho, para quem o partido conservador nunca teria publicado um programa escrito³²⁵. Provavelmente, ele não tenha analisado adequadamente os jornais do período imperial, porque, pelo menos no Paraná, o partido mantinha um jornal justamente com esse fim. Justiniano de Mello e Silva, em 1877, no primeiro exemplar do "O Paranaense" apresentou o programa político do partido. O bacharel defendia acima de tudo a soberania da nação como princípio fundamental para a igualdade entre os indivíduos:

*"Foram-se os tempos em que os partidos deviam inspirar-se em princípios exclusivistas, na desigualdade das classes, na preterição do direito, no abastardamento das consciências. Hoje todas as agremiações políticas, respirando o mesmo ambiente, que é a soberania da nação são obrigadas a procurar o apoio e a vitalidade na igualdade dos indivíduos, na equiponderância dos direitos, no sufrágio da opinião"*³²⁶.

Esse tipo de linguagem na imprensa foi introduzido pelos bacharéis, é como uma marca exclusiva da sua cultura. Defender direitos e princípios como soberania e igualdade e propor reformas políticas só aparecem com os bacharéis na segunda metade da década de 70 do século XIX. Como foi dito, eles introduziram uma nova linguagem política e jurídica na cidade através da imprensa.

Em muitos casos, os bacharéis eram mais pretensiosos e chegavam a propor na imprensa o remodelamento da sociedade e a regeneração política e social. Justiniano tinha algumas propostas nesse sentido para a sociedade brasileira: "O nosso estado social não revela falhas tão profundas na constituição orgânica da raça, que não possam modificá-las um regime discreto, uma boa higiene política, uma larga cultura científica"³²⁷. Mais uma vez a questão da raça aparece como um problema que poderia ser contornado com uma política higienista, mas não bastava esperar: "Não devemos, entretanto, confiar ao tempo, exclusivamente, o

³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro das sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 205.

³²⁶ *O Paranaense*. Curitiba, 9 dez. 1877, p. 1.

³²⁷ *O Paranaense*. Curitiba, 9 dez. 1877, p. 1.

remodelamento de nosso estado social, o aperfeiçoamento de nossos costumes; a direção nova que solicitam o caráter e as tendências da sociedade brasileira"³²⁸. A solução proposta era o patriotismo dos partidos, as liberdades do sistema representativo e uma prudente democracia. Esses diagnósticos, embora em muitos aspectos eminentemente retóricos, circulavam na imprensa e por isso mesmo não podem deixar de serem considerados como uma atitude radical e um acontecimento completamente novo para a cultura urbana da capital.

Os bacharéis colocavam para si mesmos a incumbência de denunciar os abusos e as irregularidades na administração pública. Eram, portanto, os fiscais por excelência da administração da província. A imprensa era o melhor veículo para o seu livre pensamento. Como dizia Justiniano:

*"Aqui neste recanto do império, também a imprensa política está exercendo o seu doloroso sacerdócio. Dirigidos pela honra, inspirados pela consciência temos profligado dia por dia todos os abusos e atentados cometidos contra as liberdades públicas pelas autoridades da situação. Se temos sabido cumprir o nosso dever, com hombridade e independência, também temos feito larga ceifa de prevenções e de ódios, que começam a congregar-se para tolher a livre enunciação do nosso pensamento"*³²⁹.

A imprensa era vista, portanto, como um instrumento de liberdade na circulação de ideias e de críticas políticas. Era quase como um sacerdócio do bacharel, que se considerava responsável pessoalmente em esclarecer problemas políticos e sociais ao público, ou melhor, aos leitores dos jornais. Os jornais dos partidos políticos, mesmo transparecendo sua parcialidade em relação aos seus opositores políticos, acreditavam que eram neutros e que não diziam nada além da mais pura verdade aos leitores. Que outro modo seria melhor para controlar a opinião pública? O redator do "Gazeta Paranaense" declarava que o seu jornal:

³²⁸ *O Paranaense*. Curitiba, 9 dez. 1877, p. 1.

³²⁹ *O Paranaense*. Curitiba, 21 mai. 1878, p. 1.

"[...] procura com muito cuidado informar seus leitores do que ocorre, não se desviando nunca da verdade, nem levantando [?] que possam ser desfeitos com um sopro qualquer. Pode errar, há de mesmo errar mais de uma vez nas apreciações que faz, mas a verdade é tão respeitada por ela como o pode ser pelo órgão da publicidade que melhor se prezam [...]"³³⁰.

A imprensa era tida como um mecanismo de transformação da sociedade e qualquer forma de passividade nos jornais diante do contexto político era vista como uma ameaça ao desenvolvimento do país. Portanto, a ideia que se tinha da imprensa não era a de um instrumento de entretenimento da população, mas algo que pudesse gerar condições de progresso para o país e para a sociedade através da mudança de hábitos, da introjeção de ideias, ou seja, uma mudança de caráter cultural. O redator do jornal "Íris Paranaense" fazia uma proposta semelhante:

"Quando a voz da imprensa se acha quase emudecida na província de cujos prelos saem atualmente três jornais apenas, inclusive a folha oficial quando o indiferentismo pela causa pública, parecendo atestar ausência de vitalidade, senão falta de patriotismo entre nós, ameaça comprimir o desenvolvimento nascente desta filha do Cruzeiro, é um dever sagrado a todo o paranaense despertar do sono de negligência, para opor forte reação contra esse marasmo em que vamos caindo"³³¹.

O jornal era, desse modo, um mecanismo de progresso com o qual todos deveriam preocupar-se e manter-se atentos. Naquele período, acreditava-se que o cultivo da erudição e de uma cultura mais próxima das sociedades europeias podia contribuir diretamente para o desenvolvimento da indústria, como uma forma de se alcançar o progresso material. Nesse momento, a cultural popular de traços orais estava sendo cada vez mais desprestigiada. O desenvolvimento e o progresso eram sinônimos de inteligência e pensamento marcadamente abstratos. Até a instrução da população na literatura era vista como uma forma de progresso moral e material:

³³⁰ *Gazeta Paranaense*. Curitiba, 12 abr. 1882, p. 1.

³³¹ *Íris Paranaense*. Curitiba, 19 out. 1878, p. 1.

*"Acorçoar o pensamento no estudo da literatura, ao mesmo tempo que promover, na proporção de suas forças, os interesses morais e materiais desta bela província, incitando a indústria e desenvolvendo todos os mais elementos de prosperidade; trabalhar para o progresso dos espíritos e em defesa dos direitos de todas as classes sociais, eis mais explicitamente os fins a que ele tende"*³³².

O "Íris Paranaense" confiava que a literatura era parte da solução para o atraso cultural e econômico da província, mas de algum modo, não parecia confiar que o debate político tivesse alguma relevância para o seu progresso e desenvolvimento. Assim declarava o redator: "Inteiramente destituída de caráter político, esta folha não se envolverá nas lutas, ordinariamente estéreis, em que se debatem os partidos"³³³. Em 1878, outro jornal, "O Diabo Azul", sustentava a mesma crença de que só o trabalho intelectual teria valor para o progresso: "Aqui estuda-se; aqui trabalha-se pela inteligência, trabalho santo que não justifica somente probidade cívica; mas, sim garantia de vida, porque representa civilização e progresso, isto é: a sagração da liberdade"³³⁴. Pouco antes, declara a mesma repulsa pelo debate político: "Essa audácia, contudo, não levá-lo-á, de longe mesmo sequer, a contemplar as negras tendas do prelo político em que os homens moralmente se assassinam"³³⁵. Essas passagens indicam que o espaço do debate político na imprensa realmente estava restrito aos bacharéis que o cultivavam e mantinham jornais exclusivamente para esse fim. Os demais membros da elite que acabaram por fundar jornais em Curitiba acreditavam mais no potencial da literatura e das artes para o progresso do que no debate político travado na imprensa que eles condenavam.

Os bacharéis também introduziram em Curitiba, através dos jornais, sem, no entanto, criar raízes, aquilo que se pode chamar de doutrina jurídica. Em 1873, pela primeira vez, foi publicado no "Dezenove de Dezembro" um texto de doutrina e, além disso, de autoria do jurista Augusto Teixeira de Freitas, primo e genro de Tertuliano Teixeira de Freitas. Ele chegou a Curitiba, vindo da corte e acompanhado pelo seu genro, no dia 15 de janeiro de 1873. Algumas semanas depois, em 5 de fevereiro,

³³² *Íris Paranaense*. Curitiba, 19 out. 1878, p. 1.

³³³ *Íris Paranaense*. Curitiba, 19 out. 1878, p. 1.

³³⁴ *O Diabo Azul*. Curitiba, 2 jul. 1878, p. 1.

³³⁵ *O Diabo Azul*. Curitiba, 2 jul. 1878, p. 1.

publicou um pequeno artigo sobre injúria em carta missiva. Ele propunha o seguinte problema: "A injúria cometida em carta particular, dirigida ao ofendido, dá lugar a queixa contra o ofensor? Qual o art. do Cód. Crim. Aplicável à hipótese?"³³⁶. E em seguida respondia:

"Racionalmente, e na jurisprudência criminal moderna, não há dúvida sobre a criminalidade das injúrias cometidas em cartas missivas, recebidas pelas pessoas a quem são endereçadas, ou tais pessoas sejam públicas, ou simples particulares. Que dúvida pode haver sobre este ponto, se o caso reúne os dois elementos da imputação criminal, quais o dano, a consideração e dignidade pessoal do ofendido, com intenção de injuriar da parte do ofensor? Fora negativa a solução, quando as cartas missivas não chegam ao seu destino, ou são dirigidas a terceiras pessoas; e ainda assim, com resistência de notáveis escritores, a jurisprudência francesa contém alguns arestos em contrário. Assim respondo ao 1 quesito. Quanto ao 2 quesito, assenta a nossa solução do quesito antecedente no art. 238, que pune em geral toda a injúria cometida por qualquer meio não compreendido no art. 230 do citado Cód., isto é, por papéis impressos, litográficos, ou gravados. Com tal indistinção, as injúrias em cartas missivas, pelo nosso direito, entram na classe das injúrias escritas"³³⁷.

Nesse pequeno artigo, estão presentes novas modalidades textuais que até então eram incomuns para os padrões dos bacharéis que viviam em Curitiba. De fato, nenhum bacharel se identificava com a figura de um jurista, com exceção do próprio Augusto Teixeira de Freitas que viveu em Curitiba até os finais da década de 70. Esse texto jurídico, primeiro, propõe um problema abstrato absolutamente alheio a um contexto político. Ou melhor, diferente dos textos de qualquer outro bacharel, a questão jurídica proposta por Teixeira de Freitas não suscita disputas locais e nem conflitos entre os partidos. Trata-se apenas de um problema abstraído sem uma causa política aparente. Talvez diante desse aspecto, seja possível falar de um texto jurídico científico se for adotada a clássica distinção entre ciência e política, ou entre técnica e apologia. Mas isso não foi suficiente para impedir que os outros bacharéis, sobretudo os adversários políticos de Tertuliano, atacassem o artigo. Em 12 de fevereiro de 1873, o então presidente da câmara municipal e um dos líderes do partido liberal, João José Pedrosa, incomodado com o artigo, publicou outro muito mais extenso, contestando e rivalizando com as conclusões de Teixeira de Freitas.

³³⁶ O Dezenove de Dezembro. Curitiba, ano XX, 8 fev. 1873, p. 3.

³³⁷ O Dezenove de Dezembro. Curitiba, ano XX, 8 fev. 1873, p. 3.

Em primeiro lugar, ele negou a possibilidade de se resolver o problema proposto pelo jurista através da ciência penal e que o único modo seria através da legislação brasileira:

*"Não discutiremos a tese em face dos princípios da ciência penal, pois longe iríamos se tivéssemos de ventilá-la nesse terreno, quando é certo que os limites do direito de punir são ditados ou restringidos conforme o sistema em que o fazem apoiar-se. Trata-se apenas de encará-la perante as leis pátrias, e, conseqüentemente, não devemos afastá-la daí"*³³⁸.

Ao final, a conclusão de Pedrosa ia numa direção completamente oposta daquela apresentada por Teixeira de Freitas e ele não escondia as suas reais intenções em confrontar seu parecer com as conclusões do jurista: "É o nosso parecer, que sujeitamos a publicidade em cumprimento tão somente de um imperioso dever, e não pelo desejo ou pela vaidade de provocar polêmicas que tenham por fim prevenir o espírito de qualquer juiz"³³⁹. Criar uma polêmica foi o que João José Pedrosa realmente conseguiu. Não há maiores detalhes sobre esse incidente que colocou Teixeira de Freitas no meio das disputas locais entre os partidos. O incômodo de Pedrosa com a presença de Teixeira de Freitas é quase óbvio. Além de ser um opositor político de Tertuliano, ele era o advogado mais atuante de Curitiba e ainda jovem temia provavelmente perder espaço para o jurista que havia se transferido permanentemente para a cidade. Ele cometeu um grave engano, porque, na verdade, Teixeira de Freitas nunca chegou a exercer a advocacia ou demonstrou qualquer interesse pela política na capital.

O impasse entre Teixeira de Freitas e João José Pedrosa perdurou até outubro de 1874, quando novamente o jurista publicou um novo artigo no "Dezenove de Dezembro" sobre uma questão processual de validade da conciliação. O problema estava dividido em 3 quesitos e as respostas para cada um deles foi direta e muito curta, apenas com referências à legislação processual. O mais interessante não foi tanto o parecer em si, mas a finalidade daquela publicação. Logo abaixo do parecer assinado pelo jurista, constam as conclusões pessoais dos advogados que atuavam em Curitiba. Tertuliano Teixeira de Freitas, B. Fernandes de Barros, José

³³⁸ *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 12 fev. 1873, p. 3.

³³⁹ *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 12 fev. 1873, p. 3.

Lourenço de Sá Ribas e até mesmo João José Pedrosa, todos se colocaram de acordo com tudo que havia sido dito por Teixeira de Freitas, inclusive o próprio Pedrosa que nesse momento parecia retratar-se para resolver o conflito que ele mesmo havia criado³⁴⁰. Além desse artigo, textos que podem ser considerados como doutrina jurídica só vão aparecer cerca de 10 anos depois em discussões como divórcio e casamento civil, como já foi indicado nos capítulos anteriores.

3.3 O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

As principais atividades dos bacharéis, em Curitiba, estavam concentradas na imprensa e na política. Elas compõem, na verdade, os temas clássicos dos trabalhos sobre elite política e sobre o bacharelismo no período imperial. Sem dúvida, essas duas áreas foram as mais privilegiadas e as que mais chamaram a atenção dos historiadores. Mas é preciso lembrar que as esferas de atuação dos bacharéis não estavam restritas a elas. Uma dimensão extremamente ampla e importante da vida profissional dos bacharéis, que até aqui foi ignorada, era o exercício da advocacia. Se os bacharéis ocupavam uma posição de mediação na política e na imprensa, considerando a si mesmos como representantes do povo, na advocacia, através da representação judicial, eles atuavam como intermediadores nos processos judiciais, sobretudo, na relação entre o juiz e as partes no processo.

A sobrevivência material dos bacharéis nos centros urbanos dependia de espaços de intermediação entre as instituições públicas e a população. Por isso, não é difícil entender o motivo pelo qual os bacharéis eram aqueles que defendiam mais acirradamente o partidarismo e a representação política, como sendo os principais elementos da democracia. Essa intermediação podia ser exercida através de cargos públicos ou de posições políticas na assembleia provincial e na câmara municipal. A advocacia era mais uma forma de intermediação e representação que garantia a eles grandes oportunidades de carreira, na defesa dos interesses de terceiros. Se a representação política, vista, naquele momento, como um dos pilares da democracia e da liberdade, era uma forma de intermediação pública, a advocacia tinha um caráter privado. Nesse caso, o advogado, diferente do deputado e do vereador, era um representante dos interesses de um particular e não de toda uma coletividade,

³⁴⁰ C. f. *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXI, 24 out. 1874, p. 3.

mas ainda assim permanece como mais uma forma de mediação em muitos aspectos também cultural.

Em Curitiba, entre os anos de 1870 e 1883, a advocacia foi uma atividade que se expandiu muito. Uma quantidade significativa de novos escritórios foi instalada na cidade. Mas a questão que fica é sobre qual teria sido o impacto dessa atividade na esfera cultural. Já desde o início da década, o juízo municipal da capital estava praticamente monopolizado pelos bacharéis. Naquele período, dificilmente algum morador demandava em causa própria, e quando o fazia em geral era um comerciante mais abastado, cobrando dívidas dos devedores, ou um morador bastante versado que, sem dificuldades com as letras, escrevia sua própria petição, seguindo a mesma forma das petições que eram escritas pelos advogados. Para os moradores que não tinham condições de contratar um advogado e sequer sabiam ler e escrever, a melhor opção era contratar os serviços de um solicitador. Esses personagens eram procuradores simples, sem formação em direito, mas que concorriam do mesmo modo com os advogados. Curitiba contava com alguns solicitadores, por volta de três, que foram muito atuantes, até mais do que boa parte dos advogados. Um deles era Joaquim José Pedrosa, o irmão mais novo do bacharel João José Pedrosa. Além dele, também exerceu ininterruptamente a profissão José Corrêa Lisbôa, o mais atuante deles³⁴¹. Em geral, os moradores os procuravam e eles produziam uma petição bastante simples. Eles atendiam principalmente a trabalhadores do rocio e moradores mais pobres do centro urbano. Os casos pertenciam às mais distintas áreas, sendo mais comuns as petições de cobrança de dívida e ações de manutenção de posse.

Os advogados mais atuantes em Curitiba eram os bacharéis João José Pedrosa, Tertuliano Teixeira de Freitas e seu filho Augusto José Teixeira de Freitas, Generoso Marques dos Santos, Bento Fernandes de Barros, José Lourenço de Sá Ribas, Sérgio Francisco de Souza Castro, Francisco Alves Guimarães, Justiniano de Mello e Silva e, no início da década de 80, Vicente Machado, Emygdio Westphalen e Eufrásio Corrêa. Muitos advogados do Rio de Janeiro e de São Paulo também ofereciam serviços de advocacia na cidade, caso os moradores precisassem demandar nessas localidades. Na verdade, os jornais estão cheios de anúncios de escritórios de advocacia. Em 1872, ninguém menos do que o filho do jurista Augusto

³⁴¹ BARROS, José Ferreira de (org). *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província do Paraná para o anno de 1877*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior Editor, s.a, p. 97.

Teixeira de Freitas informou aos moradores de Curitiba no "Dezenove de Dezembro" sobre os seus serviços prestados na corte:

"O Dr. Augusto Teixeira de Freitas Júnior, tendo por espaço de mais de seis anos feito o seu tirocínio de advocacia no escritório de seu pai o Dr. Augusto Teixeira de Freitas, estabeleceu o seu escritório na corte, ao Becco das Cancellas n. 4, 1.º andar, onde, dedicando-se só, e exclusivamente aos trabalhos da sua profissão, e dispondo de agentes que tem a seu cargo, espera merecer a confiança das pessoas que quiseram honrá-lo com as suas relações"³⁴².

Quando o jurista Augusto Teixeira de Freitas transferiu seu domicílio para Curitiba, em 1873, o seu filho assumiu o seu escritório na Corte. Mas ele mesmo nunca advogou em Curitiba.

Os anúncios, na maior parte das vezes, eram bem curtos, mas em alguns casos eles são mais longos e podem oferecer pistas importantes sobre as atividades dos bacharéis no cotidiano da advocacia. Os advogados, em geral, atendiam em qualquer hora do dia, inclusive à noite. O expediente comum nos escritórios era das 9 horas da manhã até às 4 horas da tarde. Fora desse horário, eles podiam ser procurados nas suas casas de residência. Os serviços oferecidos pelo advogado e as suas atividades profissionais na cidade eram basicamente a de responder a consultas jurídicas, defender perante o júri, atuar em causas cíveis e comerciais em qualquer lugar da província, redigir quaisquer peças forenses avulsas, reclamações e recursos em matéria administrativa. Além disso, os advogados também se ofereciam para redigir defesas em forma de artigo para serem publicadas na imprensa. Eles podiam, além disso, intermediar a compra de terras devolutas, com a retirada do título, e a prestação de fianças fiscais³⁴³. Os advogados também intermediavam os pedidos de naturalização dos imigrantes perante a presidência da província. Tertuliano Teixeira Freitas, José Lourenço de Sá Ribas e Generoso Marques dos Santos parecem ter se ocupado desse tipo de demanda³⁴⁴.

A gama de atividades na advocacia era muito grande, não se restringia às demandas judiciais. Apesar disso, nem todas as atividades deixaram registros. As

³⁴² *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 1 jun. 1872, p. 4.

³⁴³ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XIX, 6 ago. 1873, p. 4.

³⁴⁴ Registro de naturalização (1879 e 1881). Acervo da Câmara Municipal de Curitiba.

únicas fontes que podem revelar alguns aspectos dessa profissão são os processos judiciais que se encontram no Arquivo Público do Paraná. O número de processos disponível para consulta é muito grande, mas ainda assim não é possível ter uma ideia global da atividade.

Os advogados além de patrocinar as causas particulares também podiam advogar em favor de instituições públicas. Muitos deles ocuparam cargos de procurador fiscal na tesouraria da fazenda e na câmara municipal. Os processos que resultaram dessa atuação são numerosos. Na tesouraria da fazenda, por exemplo, as ações que predominavam eram as de execução por sonegação de impostos. O principal alvo era os negociantes dos líquidos espirituosos ou da cachaça. Na procuradoria da câmara, são abundantes processos de cobrança de dívida por multa e pelo não pagamento dos foros das terras distribuídas pela câmara aos moradores.

A advocacia era uma excelente fonte de renda. É difícil mensurar o valor cobrado pelos advogados para patrocinar a causa. Esses contratos particulares de prestação de serviços advocatícios não chegaram até nós. Mas existem alguns raros processos de cobrança de honorários que foram preservados, permitindo-nos ter uma ideia dos valores que eram cobrados. Em 1875, Bento Fernandes de Barros foi contratado por um negociante para ser defendido contra seu sócio no juízo comercial da capital. Nessa ocasião, para essa defesa, o advogado cobrou um valor de três contos de réis pelos serviços advocatícios, pagáveis em duas prestações de um conto e quinhentos mil réis cada uma³⁴⁵. Esse valor era muito significativo para os padrões da cidade. Pelos inventários, é possível perceber que em raríssimas ocasiões alguma pessoa conseguia acumular ao longo de toda vida um patrimônio superior a esse valor. Nesses patamares, os serviços prestados pelos advogados certamente não estavam ao alcance da grande maioria da população. Pelo valor cobrado pelos serviços advocatícios, esse seria um caso limite e não seria muito representativo. De fato, não nos oferece um indício muito confiável para se estipular qual seria seguramente o custo de uma demanda judicial ou para se mover uma ação, patrocinada por um advogado em Curitiba nesse período. Em algumas ocasiões, os escravos conseguiam o patrocínio de um advogado para promover ações de liberdade. Há um caso como esse em que um escravo foi representado por

³⁴⁵ C.f. Autos sob o número PB045.PI7294.279, Cx. 279. 1875. Departamento estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).

Tertuliano Teixeira de Freitas que defendeu seu direito à liberdade com base nas disposições da Lei do Ventre do Livre de 1871.

A defesa dos advogados nos processos tinha uma qualidade técnica inegável. Quase na totalidade das vezes, as discussões e os fundamentos utilizados para defender seus clientes giravam em torno de questões processuais, coisas que fugiam do domínio comum dos moradores. Dificilmente nos processos a defesa apelava para discussões de direito material e quando apresentavam algo nesse sentido, na verdade, eram sempre apelos retóricos e abstratos sem um maior aprofundamento. O melhor artifício era indicar nulidades e irregularidades nos procedimentos judiciais. A principal fonte do direito, se não quase que exclusivamente, era as Ordenações Filipinas. Mas no caso do advogado Bento Fernandes de Barros, as defesas em geral eram mais complexas e faziam remissão a um conjunto maior de fontes, como direito romano e a doutrina. Nenhum outro advogado fazia tantas referências a outras fontes do que ele. Mas, mesmo nesse caso, essas referências não eram muito representativas. Nesse momento, não pretendo entrar em cada processo para apresentar exemplos de defesas e de peças processuais para não correr o risco de se perder nas minúcias de um número incontável de fontes. O que mais interessa nesse momento é indicar os aspectos mais gerais e comuns da advocacia na cidade.

Em uma cidade como Curitiba, demandar judicialmente não parece ter sido muito fácil. O espaço do fórum, ocupado por juízes e advogados, estava distante do cotidiano da população. A intermediação dos bacharéis, como advogados, podia custar o sustento de uma família e as economias de uma vida toda. Um dos aspectos do bacharelismo no âmbito do judiciário era a representação judicial. Embora os advogados não tivessem a prerrogativa da capacidade postulatória, aos poucos eles conseguiram converter o fórum em mais um de seus espaços privilegiados. Para se demandar perante um juiz, formado em direito, era preciso dominar um vocabulário específico para se obter o êxito naquilo que era pretendido. A população, incapaz de se comunicar com o juiz, nesses termos, passou a depender da intermediação de uma profissional, versado na mesma linguagem e nas mesmas crenças dos magistrados. Esses graus de linguagem, no âmbito judicial, são algumas das marcas dos diferentes níveis culturais que estavam operando simultaneamente no espaço do fórum. Nesse processo, que não deixa de

ser uma forma de disputa, mais uma vez a cultura letrada saía vitoriosa. A representação judicial aproximava-se muito de uma forma de paternalismo cultural, como forma de concentração de autoridade³⁴⁶, que representava a velha perspectiva da cultura dos pobres rústicos, como uma cultura subordinada. Afinal, a população e os magistrados, para se comunicarem, precisavam necessariamente da intermediação de um advogado que tinha como função fazer a mediação entre duas culturas distintas, do mesmo modo que ocorria no âmbito da política e da imprensa.

³⁴⁶ C.f. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, p. 29.

CONCLUSÃO

A maior parte dessa pesquisa, por incrível que pareça, não está escrita em nenhum dos capítulos. O trabalho escrito é, na verdade, o resultado de um esforço de síntese. Mas o ofício do historiador também envolve técnicas e habilidades manuais e artesanais, que não aparecem explicitamente no texto, como a transcrição de manuscritos e a coleta, seleção e sistematização das fontes.

A opção por fazer uma análise micro-histórica de um fenômeno cultural que se iniciou no século XIX, conhecido como bacharelismo jurídico, teve muitas vantagens sob um aspecto metodológico, mas também impôs muitos desafios. Os bacharéis na cidade de Curitiba entre os anos de 1870 e 1883 formavam um grupo que compartilhava das mesmas aspirações e crenças. Eles possuíam um mesmo código de linguagem que aparece na política, na imprensa e na advocacia. Mas nem sempre foi fácil selecionar nas fontes as diversas atitudes, comportamentos e casos sociais que pudessem expressar as marcas de uma experiência comum e de uma cultura compartilhada. Na verdade, o trabalho com uma quantidade significativa de fontes primárias impõe ao historiador uma dificuldade muito maior no momento de traduzir diversos fragmentos textuais, aparentemente desconexos e pouco significativos, em sínteses temáticas e em termos genéricos para designar grupos, objetos e experiências.

Várias questões preocuparam-me ao longo do trabalho. A intenção era a de apresentar uma realidade material do bacharelismo em um contexto bem localizado, no espaço da cidade. Foi preciso combater a todo o momento uma tendência muito forte, que atinge frequentemente os historiadores, de se identificar facilmente com as fontes que analisa e de se colocar no lugar das elites e da aristocracia³⁴⁷. Afinal, "os 'trabalhadores pobres' não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta"³⁴⁸.

Do mesmo modo, foi constante a preocupação com aquilo que o historiador paranaense, Magnus Pereira, chamou de "miragem das balizas cronológicas e geográficas". Segundo ele: "Delimitado o tema no tempo e no espaço, tudo parece

³⁴⁷ C.f. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, p. 26.

³⁴⁸ THOMPSON, E. P. *Idem*, p. 26.

ter ocorrido no interior deste recorte, e apenas nele"³⁴⁹. Essa crítica metodológica, na verdade, não foi direcionada para os trabalhos de micro-história, mas sim para os anacronismos cometidos em estudos que ignoram o passado do próprio contexto que está sendo analisado. A delimitação espacial e temporal assumida nesse trabalho inicialmente tinha uma outra finalidade. O objetivo era procurar os vestígios deixados pelo jurista Augusto Teixeira de Freitas em Curitiba desde o momento da sua chegada. Mas acidentalmente, essa demarcação, que seguia um padrão biográfico e prosopográfico, coincidiu com um momento peculiar de transformação cultural que estava ocorrendo naquele mesmo espaço e tempo. Tentar compreender, por exemplo, os aspectos culturais do bacharelismo de 1870 a 1883, com base nos anos anteriores não parece ser uma solução adequada. O desafio foi captar, através das fontes, um momento numa sucessão de imagens. Não bastava apresentar um caso ou outro espalhado num universo de análise muito amplo, buscando raízes e pincelando fontes temporalmente muito distantes. Como observou Geertz:

*"Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...], a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade"*³⁵⁰.

Analisar um fenômeno como bacharelismo jurídico exigia uma delimitação muito precisa, reduzir a escala de observação para uma dimensão palpável, afinal para se conseguir identificar elementos da cultura, como hábitos e crenças de um grupo específico no âmbito de uma cidade, era preciso ter um olhar mais minucioso sobre documentos que nem sempre são fáceis de serem compreendidos e que, muitas vezes, foram produzidos ao acaso ou passaram por diferentes mecanismos de filtragem ideológica. Como disse o historiador Antonio Manuel Hespanha: "[...] a única escala de observação é, portanto, a pequena escala, aquela que reconstrói

³⁴⁹ PEREIRA, Magnus (org). *Posturas municipais Paraná, 1829 a 1895*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

³⁵⁰ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*, p. 10.

aquela situação que, por sua vez, constrói os atores, os lances (*enjeux*) e as estratégias”³⁵¹.

Se tivessem chegado até nós apenas os documentos que foram selecionados e considerados como importantes pelas elites, só poderíamos fazer história com base nos livros e por meio de revisões bibliográficas. O espaço das bibliotecas, por exemplo, é dedicado a livros e textos que foram um dia selecionados por membros de uma coletividade que desfrutavam de uma condição privilegiada, como os juristas e suas obras doutrinárias. Nessa pesquisa, a opção foi pelos arquivos, pelas fontes primárias, para conseguir captar algo que os livros jamais nos diriam. As fontes dos arquivos, diferente das bibliotecas, oferecem documentos menores, fragmentados, que não passaram por um trabalho de racionalização ou sistematização e, na maior parte das vezes, não apresentam um núcleo coerente de ideias que pode se afastar diametralmente do plano concreto da vida no cotidiano. Nesse caso, ao invés de oferecer o pensamento de um determinado autor, as fontes primárias referem-se, em grande medida, ao cotidiano e ao vivido de um número maior de pessoas, inclusive muitas que jamais poderiam expressar seus pensamentos e ideias através de livros. Embora os bacharéis que viveram em Curitiba na segunda metade do século XIX tenham pertencido à elite política e desfrutassem de uma posição social privilegiada, mesmo eles só poderiam ser conhecidos a partir de uma análise de fontes primárias.

Os bacharéis não se organizavam como uma classe, no máximo, podem ser identificados como membros de um grupo que dividia uma cultura em comum. Ao se olhar para as fontes, esses personagens pareciam dispersos, mas, como bem observou Thompson: “Se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições”³⁵². Esse é um dos caminhos que pode nos oferecer algo novo, que não seja apenas uma nova interpretação ou reflexão a respeito das dimensões de um fenômeno visitado muitas vezes; algo que possa ser trabalhado e analisado materialmente e que ao final permita desvendar antigos enigmas, iluminar cantos escuros e dar visibilidade para processos históricos, grupos sociais, conflitos e disputas locais que do contrário estariam completamente perdidos.

³⁵¹ HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecilias: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 29.

³⁵² THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I, p. 12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

1. Manuscritas

Arquivo Público do Paraná

Departamento Estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP).
Caixas: 273-291 (1873-1879).

Câmara Municipal de Curitiba

Atas da Câmara Municipal de Curitiba (1868-1880)
Livro de atas da Câmara Municipal (1883-1886)
Registro de naturalização (1844-1879)
Registro de naturalização (1881)
Termo de verificação dos marcos do Rocio (1873)
Termos de juramento (1833-1877)
Termos de juramentos de funcionários públicos (1877-1893)

2. Impressas

Biblioteca Pública do Paraná

Divisão de Documentação Paranaense - Seção de materiais especiais (microfilmados)
DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba. 1870-1883.
GAZETA PARANAENSE. Curitiba. 1882-1883.
O PARANAENSE. Curitiba. 1877-1882.
25 DE MARÇO. Curitiba. 1876.
IMPRESA LIVRE. Curitiba. 1867.
ÍRIS PARANAENSE. Curitiba. 1873.
O DIABO AZUL. Curitiba. 1878.
O ESFOLA GATOS. Curitiba. 1866.
O MASCARADO. Curitiba. 1861.
PROVÍNCIA DO PARANÁ. Curitiba. 1881-1883.

Recenseamento do Brazil em 1872

A Província do Paraná. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>

Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná (1870-1883)

PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª. sessão da 9ª. legislatura pelo Presidente o illustrissimoe Exm. Sr. Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho.* Curitiba: Typographia de Candido Lopes, 1870.

____. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 2ª. sessão da 9ª. legislatura pelo Exm. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa no dia 15 de fevereiro de 1871.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871.

____. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1ª. sessão da 10ª. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872.* Curitiba: Typographia da Viúva e Filhos de C. M. Lopes, 1872.

____. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Vice-Presidente Manoel Antonio Guimarães pelo Exm. Sr. Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1873.

____. *Relatório com que o Exm. Sr. Vice-Presidente da Província Coronel Manoel Antonio Guimarães abriu a 2ª. sessão da 10ª. legislatura da Assembléa provincial do Paraná.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1873.

____. *Relatório que o Exm. Sr. Comendador Manoel Antonio Guimarães apresentou ao Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná no dia 13 de junho de 1873.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1873.

____. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches abriu a 1ª. sessão da 11ª. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1874.

____. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches abriu a 2ª. sessão da 11ª. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1875.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1875.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1876.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1877.

____. *Relatório apresentado ao illustríssimo e Exm. Sr. Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior pelo 2º. Vice-Presidente Barão do Nacar por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná no dia 17 de agosto último.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1877.

____. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo chefe de polícia da mesma Província Carlos Augusto de Carvalho em 20 de fevereiro de 1879.* Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1879.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 4 de junho de 1879 pelo Exm. Presidente da Província o bacharel Manuel Pinto de Souza Santos Filho.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1879.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Santos Filho.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1880.

____. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa a administração da Província em 4 de agosto de 1880.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1880.

____. *Relatório com que o Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da Província ao 1º. Vice-Presidente Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá no dia 26 de janeiro de 1882.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1881.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª. sessão da 14ª. legislatura no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1881.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª. legislatura do dia 1º. de outubro de 1882 pelo Presidente de Província o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1882.

____. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª. sessão da 15ª. legislatura no dia 1º. de outubro de 1883 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1883.

Demais obras

BARROS, Bento Fernandes de. *Discussão da questão de limites entre Paraná e Santa-Catharina.* Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior Editor, 1877.

BARROS, José Ferreira de (org). *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província do Paraná para o anno de 1877.* Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior Editor, s.a.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet (1845-1890). *Novo caminho no Brasil meridional: A Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos (1872-1875).* Tradução: Temístocles Linhares. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1874.

Boletim do Archivo Municipal de Curityba: Documentos para a história do Paraná: Atas das sessões da Câmara. Vol. LXV e LXVII. Curitiba, 1960.

Boletim especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense comemorativo ao sesquicentenário da Independência do Brasil (1822-1972). Vol. XV, Curitiba, 1872.

Brevi informazioui per uso degli emigranti che se dirigono al Brasile e specialmente nella Provinci del Paraná. Curitiba: Società D'immigrazione, 1886.

Caminho de ferro de D. Isabel da Província do Paraná à de Matto-Grosso pelos valles dos rios Ivahy, Ivinheima, Brilhante e Mondego. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger, 1872.

Esboço geographico do Paraná. Vols. I e II. S.l, 1889.

CARVALHO, Joaquim José. *Uma patuscada indecente a que vulgarmente se chama bandalheira: História contada aos inseparáveis amigos Dr. Tertuliano de Freitas e Ermelino de Mello pelo Dr. Joaquim José de Carvalho. Curitiba: Typ. Imprensa Paranaense, 1900.*

D'ANDRADE, Antonio Ricardo Lustoza. *Breve notícia da igreja da Ordem 3^a. de S. Francisco das Chagas. Curitiba: Typ. do Paranaense, 1880.*

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. *"Um olhar para o futuro: Coleção Júlia Wanderley". In: Boletim Casa Romário Martins, vol. 29, n. 125, 2005.*

LEÃO, Agostinho Ermelino de Leão. *Índice alphabetico das leis, actos e regulamentos da Província do Paraná até o anno de 1874. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875.*

MARTIN, Romário. *Catálogo dos jornaes publicados no Paraná de 1854-1907. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.*

MURICI, José Candido da Silva (org). *Catalogo dos diversos productos da exposição provincial do Paraná. Curitiba: Typ. de Cândido Martins Lopes, 1866.*

____. *Ligeiras notícias sobre a Província do Paraná. S.l, 187(?)*.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense. Vols. I ao VI. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1927-1950.*

NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar: Deputados provinciais e estaduais do Paraná: Assembléias Legislativas e Constituintes (1854-1954). Curitiba, 1954.*

PEREIRA, Magnus (org). *Posturas municipais Paraná, 1829 a 1895. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.*

PROVÍNCIA DO PARANÁ. *Collecção das leis e decretos da Provincia do Paraná. Tomo XI. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1864.*

____. *Collecções das leis, decretos, regulamentos e deliberações do governo da Província do Paraná*. Tomo V. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858.

____. *Dados estatísticos e esclarecedores para os emigrantes*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

____. *Informações para os emigrantes*. Rio de Janeiro, 1875. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>

____. *Leis e decretos da Província do Paraná*. Tomo XXV. Curitiba: Typ. Paranaense da Viúva Lopes, 1878.

____. *Leis e decretos da Província do Paraná*. Tomo XXVI. Curitiba: Typ. Perseverança, 1879.

____. *Leis e decretos da Província do Paraná*. Tomo XXVII. Curitiba: Typ. Perseverança, 1880.

____. *Leis e decretos da Província do Paraná*. Tomo XXIX. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882.

____. *Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XXX. Curitiba: Typ. Perseverança, 1883.

____. *Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XXXI. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884.

____. *Leis e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XX. Curitiba: Typ. Paranaense da Viúva Lopes, 1873.

____. *Leis e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XXI. Curitiba: Typ. Paranaense da Viúva Lopes, 1874.

____. *Leis e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XXII. Curitiba: Typ. Paranaense da Viúva Lopes, 1874.

____. *Leis e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XXIII. Curitiba: Typ. Paranaense da Viúva Lopes, 1876.

____. *Leis e regulamentos da Província do Paraná*. Tomo XXIV. Curitiba: Typ. Paranaense da Viúva Lopes, 1877.

____. *Regulamento do Instituto normal de preparatórios da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882.

____. *Regimento interno da Assembléa Provincial da Província do Paraná acompanhado do acto adicional*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

____. *Regulamento orgânico da instrução pública da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1876.

RATH, Carlos. *Fragmentos geológicos e geographicos etc. para a parte physica da estatística das provincias de S. Paulo e Paraná*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1856.

REBOUÇAS, André. *Demonstração da superioridade do caminho de ferro de Antonina a Curitiba*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1879.

SÁ, Luiz de França Almeida e. *Compendio de geographia da Província do Paraná*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1871.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *O matte do Paraná*. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Astistico, 1875.

Teses e dissertações

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. *Uma trama na história: A criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial (Lapa, Província do Paraná, 1866-1886)*, 2011. 309 f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: A memória histórica paranaense*, 2007. Tese de doutorado - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: O alimento e suas representações*, 2007. 123f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Particularidades familiares: A trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX*, 2009. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: Arte, ideologia e relações sociais no Paraná, 1853-1953*, 2007. 213f. Tese de doutorado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

COLATUSSO, Denise Eurich. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)*, 2004. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CARDOSO, Jayme Antonio. *Essai d'utilisation dès listes electorales dans l'etude de La population Du Paraná (Bresil) vers 1870*, 1977. 404 f. Tese de doutorado - Ecole dès Hautes Etudes em Sciences Sociales, s.l.

____. *A população votante de Curitiba - 1853-1881*, 1974. 221f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. *Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)*, 2010. 171 f. Tese de doutorado - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GILLIES, Ana Maria Rufino. *O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890): Memórias, trabalho e sociabilidades*, 2010. 200f. Tese de doutorado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População escrava na Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação*, 1974. 187f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

KATO, Allan Thomas Tadashi. *Retrato urbano: Estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*, 2011. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RANKEL, Luiz Fernando. *A construção de uma memória para a nação: A participação do museu paranaense na exposição antropológica brasileira de 1882*, 2007. 90f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VASCO, Ediméri Stadler Vasco. *A cultura do trabalho na Curitiba de 1890 a 1920*, 2006. 117f. Dissertação de mestrado. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Abranches: Paróquia da imigração polonesa: Um estudo de história demográfica*, 1974. 107f. Dissertação de mestrado - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Fontes secundárias

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *História administrativa do Paraná (1853-1947): Criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. "Rebouças: O bairro na história da cidade". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 24, n. 124, 2000.

BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOSCHILIA, Roseli. "A rua 15 e o comércio no início do século". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 23, n. 113, 1996.

_____. "Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 23, n. 110, 1996.

BURKE, Peter. "A invenção da biografia e o individualismo renascentista". In: *Estudos históricos*, nº. 19, p. 83-97, 1997.

_____. *Uma história social do conhecimento: De Gutenberg a Diderot*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *A revolução francesa da historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Livro dos 300 anos*. Curitiba, 1993.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. *História biográfica da república no Paraná*. Curitiba: BANESTADO, 1994.

CARNEIRO, David. *Galeria de ontem e de hoje*. Curitiba: Vanguarda, 1963.

_____. *História do período provincial do Paraná: Galeria de presidentes da província*. Curitiba, 1994.

_____. *História psicológica do Paraná*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1944.

_____. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: BANESTADO, 1940.

CARNEIRO, Newton. *As artes e o artesanato no Paraná*. Curitiba, 1955.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro das sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer: A sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas: Unicamp, 1999.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain: Banco do Estado Paraná, 1991.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Vol I. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. *Oitenta anos de vida do museu paranaense (1876-1956)*. Curitiba, 1956.

FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Airton Cerqueira (orgs). *História do direito em perspectiva: Do antigo regime à modernidade*. Curitiba: Juruá, 2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *Introdução teórica à história do direito*. Curitiba: Juruá, 2010.

FREITAS, Augusto Teixeira de. *Additamentos ao código do comércio*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1878-1879.

_____. *Legislação do Brasil: Additamentos á consolidação das leis civis*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1877.

_____. *Promptuario das leis civis*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico de direito, 1876.

_____. *Regras de direito ; secao classica, em quatro partes, renovada para o Imperio do Brazil ate hoje*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882.

_____. *Vocabulario jurídico*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1883.

FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira de. *Terras e colonização*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. 14^a. ed. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução: António Narino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *História noturna: Decifrando o sabá*. Tradução: Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Tradução: Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: Renovar, 2006.

_____. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Tradução: Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

_____. *O direito entre poder e ordenamento*. Tradução: Arno Dal Ri Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

_____. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Os andarilhos do bem: Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Paura, reverenza, terrore: Rileggere Hobbes oggi*. Parma: Monte Università Parma Editore, 2008.

_____. *Relações de força: História, retórica, prova*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. *Local Knowledge: Further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

_____. *A política perdida: Ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *As vésperas do leviathan: Instituições e poder político: Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. *Cultura jurídica européia: Síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

_____. *Hércules confundido: Sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: O caso português*. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. *Imbecilias: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HOERNER JÚNIOR, Valério. *Curitiba 1900. S.I.*, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Instituto Nacional do Livro, 1971.

LACERDA, Cassiana Lícia de. "Passeio Público: Primeiro parque público de Curitiba". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 28, n. 126, 2001.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou: Povoado occitânico, 1294-1324*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *O carnaval de Romans: Da Candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.

MALINOVSKI, Bronislaw. "Os argonautas do pacífico ocidental". In: *Ethnologia, nova série, nº. 6-8, Trabalho de Campo*. Lisboa: Edições Cosmo e Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 17-37, 1997.

MARTINS, Romário. *Alguns aspectos do Paraná*. s/d.

____. *Curitiba de outrora e de hoje*. s/d.

____. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *Teixeira de Freitas: O jurista do Império, vida e obra*. 2ª ed. Brasília: Cebrap, 1983.

NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. *Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1933.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: Ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PETIT, Carlos (org). *Paixões do Jurista: Amor, Memória, Melancolia, Imaginação*. Curitiba: Juruá, 2011.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Estante Paranista, ano I, nº. 1, 1976.

REVEL, Jacques. *Un momento historiográfico: Trece ensayos de historia social*. Buenos Aires: Manantial, 2005.

SANTOS, Ayrton Ricardo dos. "Lamenha Lins e o engenho central de Morretes". In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, vol. XLIX, s.d.

SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. *Visconde de Guarapuava: Personagem na história do Paraná: Trajetória de um homem do século XIX*. Guarapuava: Unicentro, 2007.

STRAUBE, Ernani Costa. *Biblioteca Pública do Paraná: Sua história*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

SUTIL, Marcelo Saldanha. "Da farmácia à farmácia: Farmácias curitibanas (1857-1940)". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 25, n. 123, 1999.

____. "Tiradentes: A praça verde da Igreja". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 24, n. 120, 1997.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução: João Roberto Martins Filhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

____. *Religião e o declínio da magia: Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. Tradução: Denise Bottmann e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vols. I, II e III. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

____. *Agenda para uma história radical*. Tradução: Elena Grau. Barcelona: Crítica, 2000.

____. *Costumes em comum*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

____. "Folclore, antropologia e história social". In: A. L. Negro; S. Silva (orgs). *A peculiaridade dos ingleses e outros assuntos*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 63-86, 2001.

____. *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Tradução: Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

____. *Senhores e caçadores: A origem da Lei Negra*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

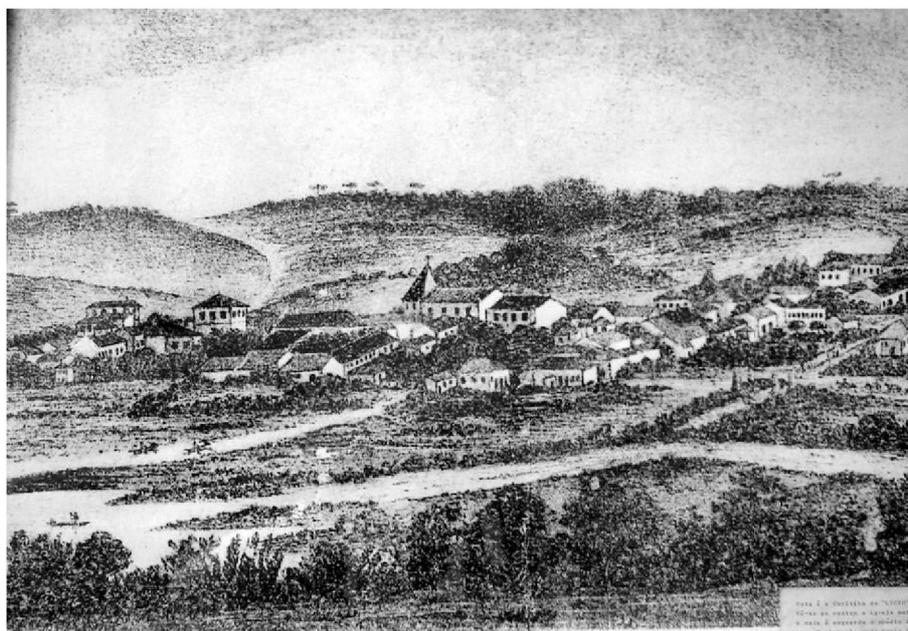
VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Augusto Teixeira de Freitas: Traços biográficos*. Rio de Janeiro: Typ Hildebrandt, 1905.

WACHOWUCZ, Ruy. *História do Paraná*. 9ª. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

ANEXO I

FOTOS E IMAGENS DE CURITIBA



Cartão postal de litografia do topógrafo americano John Elliot, representando uma vista geral de Curitiba em 1855. Original impresso pela Litografia do Comércio.



Foto da Escola Normal, que em 1876 passou a denominar-se como Instituto Paranaense.

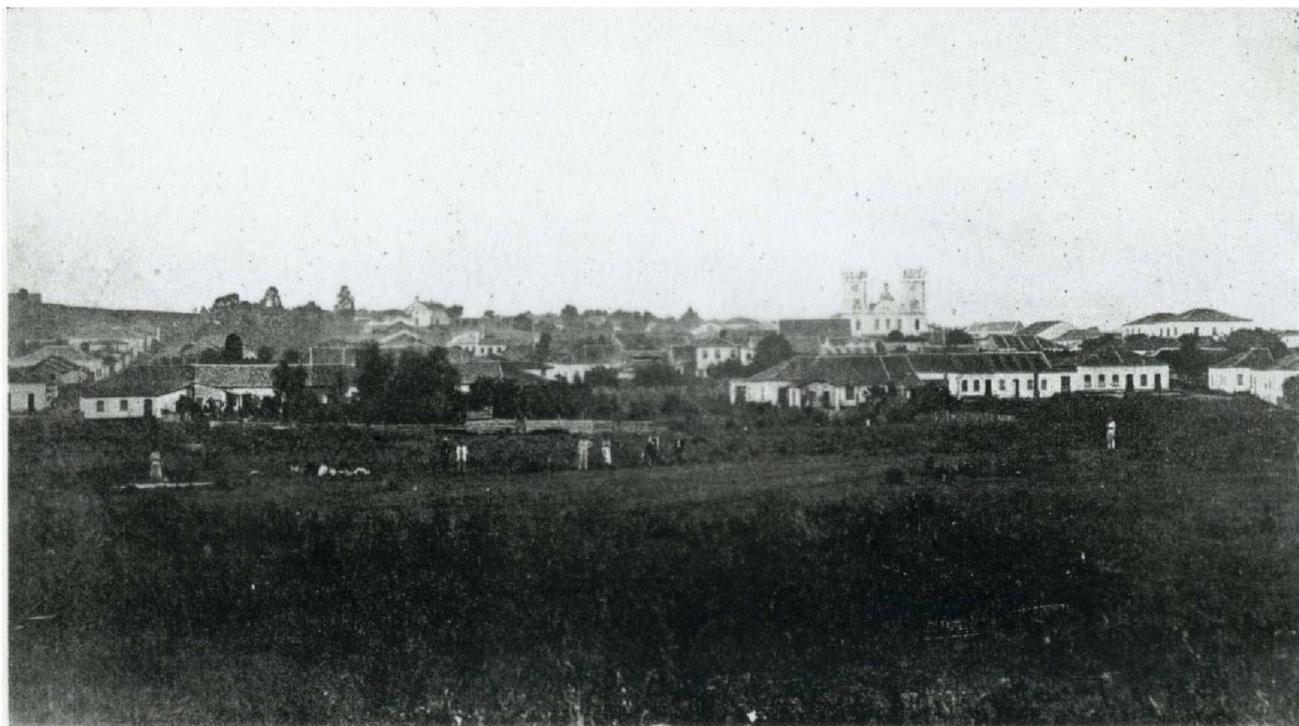


Foto panorâmica de Curitiba em 1875.



Foto da cadeia pública de Curitiba, com o mercado municipal ao fundo, antes do incêndio de 1897.
(Fonte: BOSCHILIA, Roseli "Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 23, n. 110, 1996, p. 7)



Foto do mercado municipal em 1874.

(Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. "Um olhar para o futuro: Coleção Júlia Wanderley". In: Boletim Casa Romário Martins, vol. 29, n. 125, 2005, p. 9)



Foto do Museu Paranaense de 1876.



specialparana.com

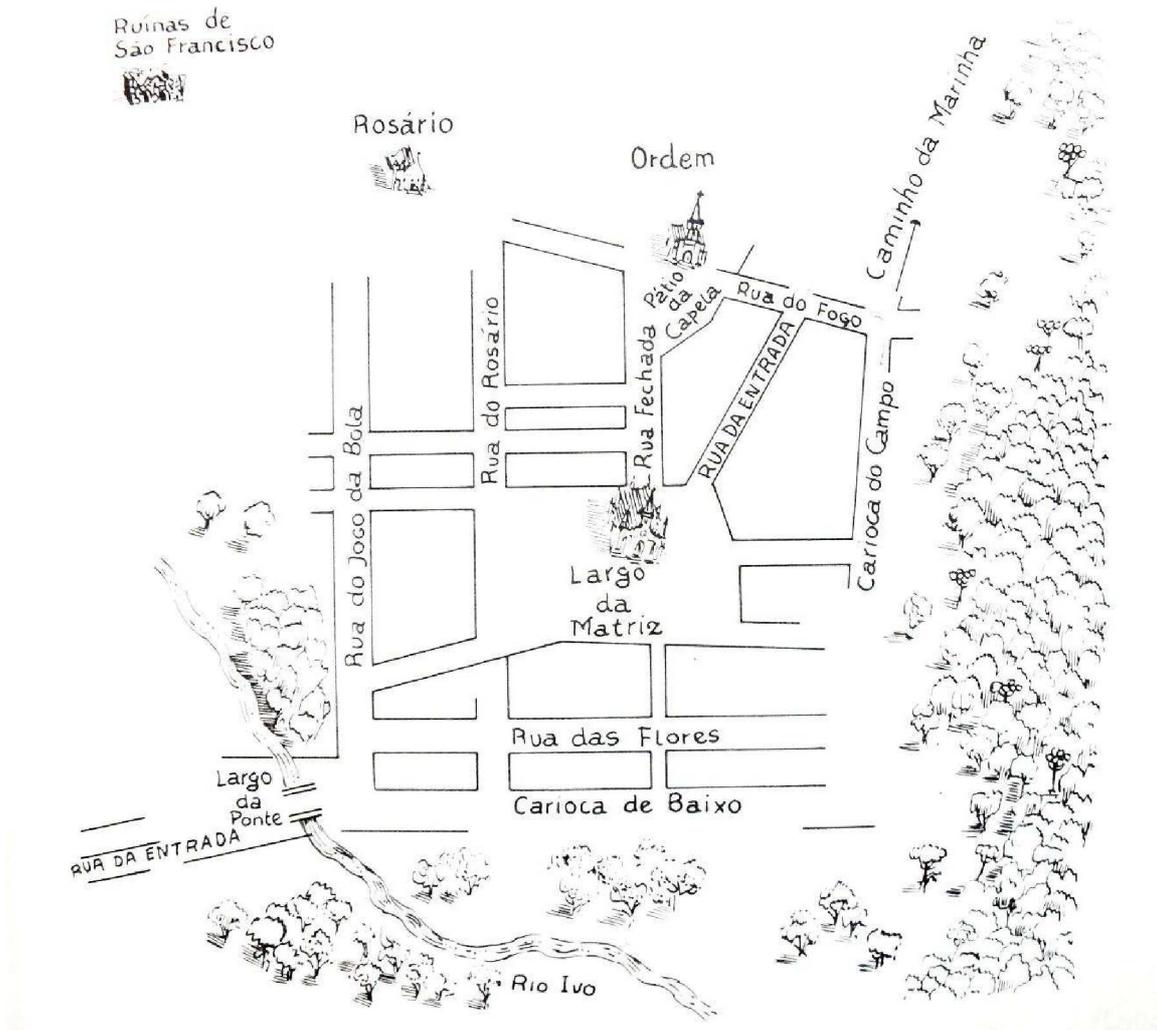
Foto da igreja da matriz, com os preparativos para a recepção dos voluntários da pátria, em 1870.



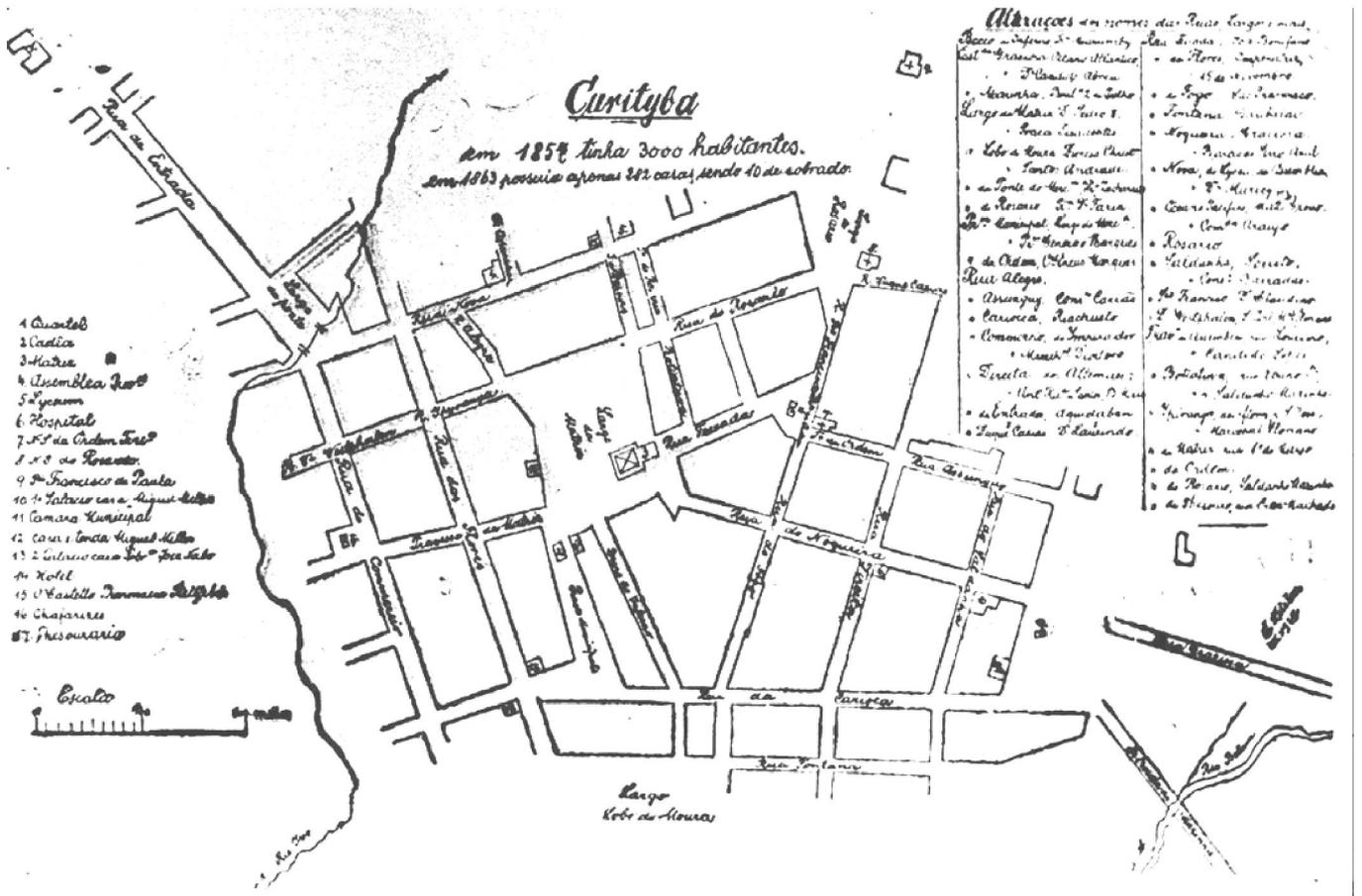
Foto da Rua das Flores em 1877 (atual Rua XV de Novembro).

(Fonte: BOSCHILIA, Roseli. "A rua 15 e o comércio no início do século". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 23, n. 113, 1996, p. 4)

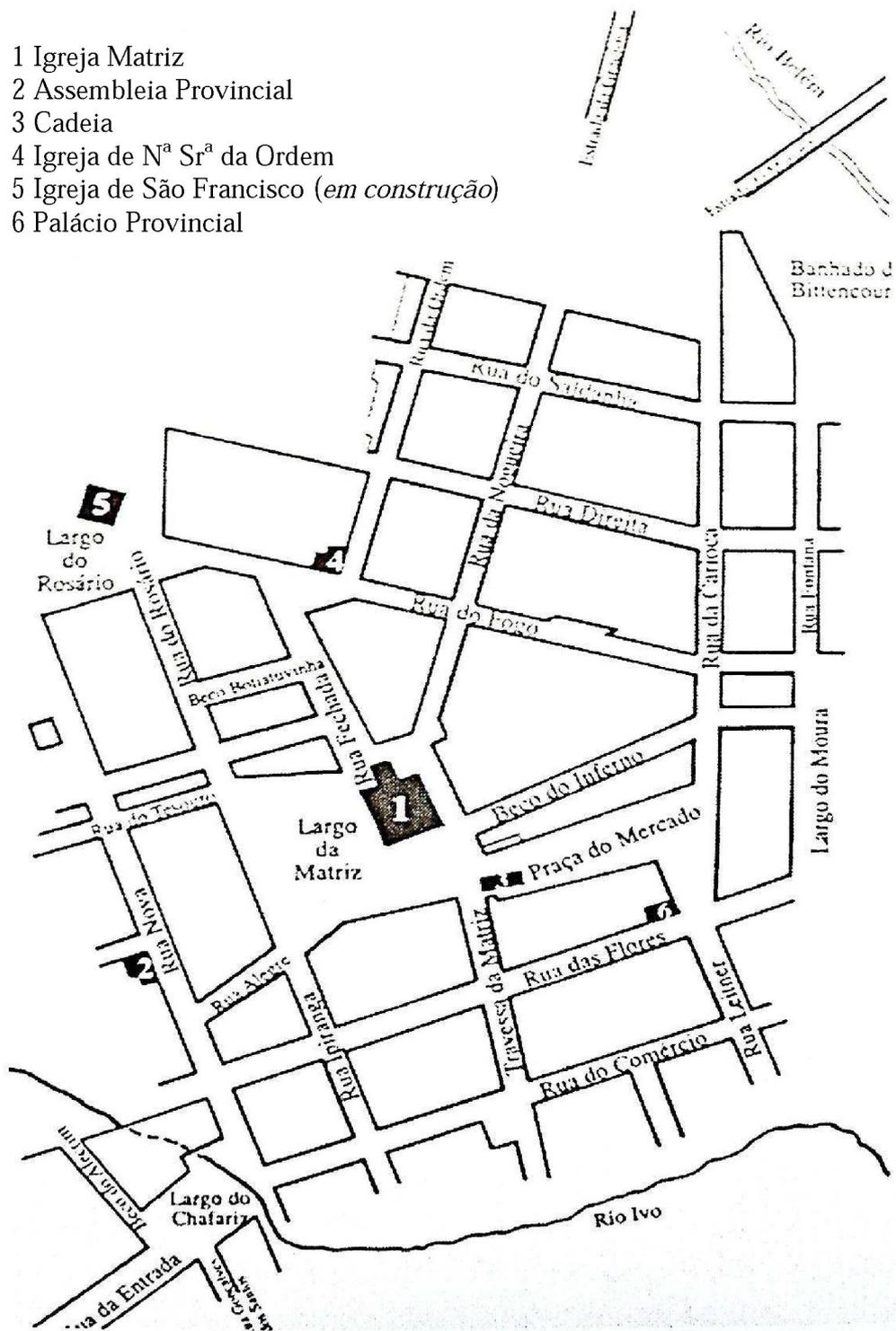
ANEXO II
PLANTAS E MAPAS DE CURITIBA



Mapa de Curitiba em 1850.



Mapa de Curitiba em 1863
 (Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4123>)



Mapa de Curitiba em 1875

(Fonte: LACERDA, Cassiana Lícia de. "Passeio Público: Primeiro parque público de Curitiba". In: *Boletim informativo da Casa Romário Martins*, vol. 28, n. 126, 2001, p. 13)

ANEXO III
BACHARÉIS EM CURITIBA (1870-1883)



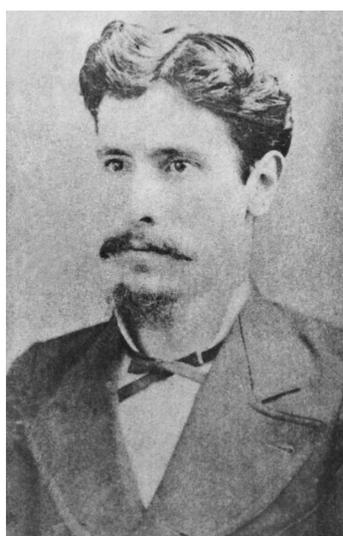
Agostinho Ermelino de Leão



Augusto Teixeira de Freitas



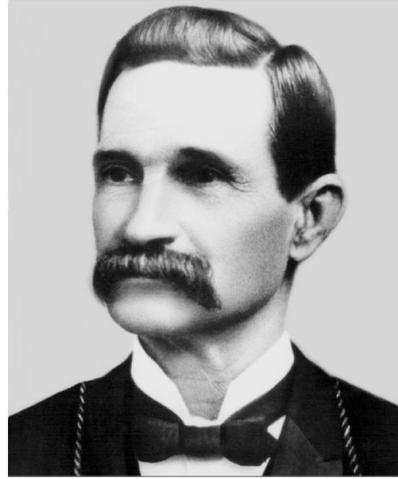
Bento Fernandes de Barros



Cândido Martins Lopes
(proprietário do "Dezenove de
Dezembro", não era bacharel)



Carlos Augusto de Carvalho



Emygdio Westphalen



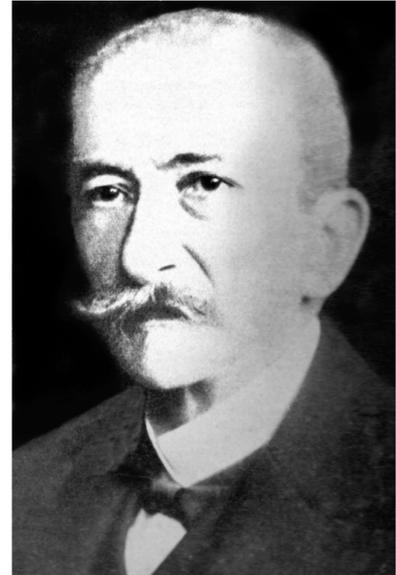
Generoso Marques dos Santos



Manoel Eufrásio Correia



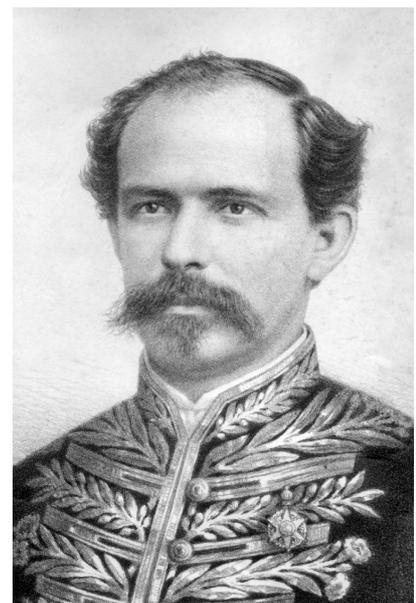
João José Pedrosa



José Francisco da Rocha Pombo



Justiniano de Mello e Silva



Adolfo Lamenha Lins



Tertuliano Teixeira de Freitas



Vicente Machado Silva Lima